



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2015-2018



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Articulação Interna e Externa
3. Projetos
 - Cidadania Enfrentando a Violência: Fortalecimento do sistema municipal de atendimento socioeducativo
 - Comissão de Diretos à Convivência Familiar
 - Transporte Escolar também precisa passar na prova
 - Educação Começa na Infância: Creche como Espaço de Desenvolvimento Integral
 - Criando Espaços na Rede de Atenção: Um CAPS para crianças e adolescentes
 - CAOPIJ Online
 - Conselho é Bom e eu Gosto: Priorizando o aperfeiçoamento dos Conselho Tutelares em Pernambuco
 - A Casa é Sua: Implementando programas de acolhimento familiar
 - CAOPs em Ação: Apresentação dos projetos institucionais da infância juventude e educação
 - Expediente “Força Tarefa”
4. Grupo de Trabalho ESCCA
5. Orientações e Notas Técnicas
6. Comissão Estadual Judiciária de Adoção
7. Participação no Comitê Gestor do Programa Acolher
8. Ciranda de Notícias
9. Fluxo de Denúncias do Disque 100 / SONDHA
10. Estatísticas do Plantão Ministerial da Infância e Juventude 2013-2016
11. Organização Administrativa
12. Intervenções da Equipe Técnica
13. Considerações Finais
14. Referências consultadas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

EQUIPE

Coordenação

Dr. Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda – Promotor de Justiça

Secretaria

Anna Dolores C. Rangel – Secretaria Ministerial

Walter José Brissant Ventura Neto – Recepcionista

Fabiana Nascimento da Silva – Recepcionista (até 31/07/2018)

Veruska Lima – Recepcionista (até 31/10/2017)

Equipe técnica

Daniella Cordeiro Cruz – Analista Ministerial/Pedagogia (até 31/10/2017)

Dilson de Souza Santos Filho – Analista Ministerial /Jurídico (até 19/10/2017)

Gilberto Lucio da Silva – Analista Ministerial/ Psicologia

Luciana Enilde Lyra Macêdo – Analista Ministerial/Psicologia (até 31/10/2017)

Maria Luíza Duarte Araújo – Analista Ministerial/Serviço Social (até 22/06/2015)

Maria Thereza Nogueira de Miranda Medeiros – Analista Ministerial/Jurídico (a partir de 20/10/2017)

Estagiários de nível médio

Fernanda da Silva Feitosa (2015)

Gabriel Capitulino Lins da Silva (2016)

Walter José Brissant Ventura Neto (2017)

Joyce Loirena de Barros Gomes da Silva (2018)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

1. Apresentação

O presente relatório descreve as atividades desenvolvidas no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (CAOPIJ), do Ministério Público do Estado de Pernambuco, durante o período de 2015 a 2018.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 12, de 27 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de Pernambuco, em sua seção VII, artigo 23, os Centros de Apoio Operacional atuam como órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, visando:

- Estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns;
- Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade;
- Estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- Remeter, anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça, relatório das atividades do Ministério Público, relativas às suas áreas de atribuições;
- Exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, bem como a expedição de atos normativos a estes dirigidos.

O CAOPIJ/MPPE tem marcado presença como órgão ministerial que tem priorizado o estabelecimento de condições de ordem técnica e/ou administrativa para o pronto atendimento das mais diversas demandas oriundas das Promotorias de Justiça com atuação na defesa da infância e da juventude, bem como aquelas provenientes de outros representantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, a exemplo das secretarias de governo, das organizações não governamentais e da sociedade



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

em geral. No âmbito da Infância e da Juventude, podemos destacar como atribuições do Ministério Público:

- Assegurar o acesso das crianças e adolescentes à educação, combatendo a evasão escolar;
- Zelar pelo direito à convivência familiar e comunitária;
- Defendê-las contra todo tipo de violência e negligência, inclusive dos pais ou responsáveis;
- Atuar quando um adolescente comete ato infracional;
- Fomentar em todos os Municípios a implantação, estruturação e permanente capacitação do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos.

No intento de efetivar direitos dos quais são titulares as crianças e os adolescentes se busca assegurar aos mesmos um desenvolvimento sadio e as bases para o pleno exercício da cidadania.

2. Articulação Interna e Externa

Para o alcance dos objetivos previstos nas atribuições do CAOPIJ intervenções e projetos foram desenvolvidos no quadriênio, e parte dessas ações pode ser verificada pela consulta da agenda de articulação interna e externa do coordenador deste órgão auxiliar.

O estímulo à integração e ao intercâmbio entre órgãos de execução que atuam na mesma área de atividade e que possuem atribuições comuns, e o estabelecimento de contato permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados de áreas afins, no intuito de obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções, por exemplo, são ações que podem ser constatadas pelo volume de reuniões com membros e equipes do Poder Judiciário, coordenadores de circunscrições ministeriais, Promotorias de Justiça e outros órgãos do Ministério Público, secretarias de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

governo estadual e municipais, universidades, conselhos profissionais, conselhos de defesa de direitos da infância e da juventude, conselhos tutelares.

Articulação Interna e Externa				
Ações	2015	2016	2017	2018
Total de Reuniões Internas	21	23	70	42
Reuniões com a Procuradoria-Geral e as Promotorias de Justiça	13	14	31	22
Reuniões com setores e órgãos auxiliares do MPPE	8	9	39	21
Total de Reuniões Externas	13	24	50	36
Reuniões com o Poder Judiciário	9	6	11	5
Reuniões com órgãos governamentais	4	18	39	17
Reuniões com entidades e/ou profissionais do Sistema de Garantia de Direitos	5	10	15	16
Participação em Audiências Públicas, seminários, cursos	10	15	31	31
Inspeções em entidades da rede de proteção e socioeducativa	3	3	0	0
Participação em eventos nacionais	1	1	7	5
Participação em outros eventos	1	5	0	2

A remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade, por seu turno, foi atendida mediante a publicação de cartilhas temáticas, elaboração e publicação de notas técnicas, de modelo de peças judiciais e extrajudiciais, desenvolvimento de projetos, realização de eventos regionais e de inspeções interprofissionais nas unidades de atendimento protetivo ou socioeducativo em todo o Estado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Não menos importante, o envio anual do relatório das atividades desenvolvidas por este Centro de Apoio, ao Procurador-Geral de Justiça, tem sido realizado semestralmente ao longo desta gestão, sendo agora consolidado no presente documento.

AGENDA DE ARTICULAÇÃO INTERNA E EXTERNA

2015

MARÇO

- Reunião do coordenador do CAOPIJ, Dr. Carlos Alberto Pereira Vitória, com a equipe do CAOPI – 09.03.15J;
- Reunião com os Procuradores Criminais – 10.03.15;
- Reunião para apresentação do plano de ação de enfrentamento do trabalho infantil nas estações do metrô – Maria Luiza, Analista Ministerial Assistente Social, compareceu representando o CAOPIJ – 11.03.15;
- Reunião com Dra. Maria de Fátima de Araújo (5ª PJDC Jaboatão dos Guararapes) e as analistas ministeriais Daniella Cruz e Luciana Magalhães, sobre unidade de acolhimento de Jaboatão dos Guararapes – 17.03.15;

MAIO

- Reunião do Procurador-Geral com os coordenadores de CAOPs – 06.05.15;
- Reunião com a Corregedoria – 07.05.15;
- Reunião do coordenador do CAOPIJ, Dr. Luiz Guilherme Lapenda, com o presidente do TRE e Dra. Rosa Carneiro, 32ª PJDC, sobre as eleições de conselheiros tutelares – 13.05.15;
- Reunião com o desembargador Dr. Luiz Carlos Figueiredo sobre audiência concentrada, na CIJ – 14.05.15;
- I Seminário Regional do Programa Acolher – participação do coordenador do CAOPIJ na mesa de abertura – 15.05.15;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com o CAOP Cidadania, 21ª PJ Criminal e promotores da infância sobre a entrada e permanência de crianças e adolescentes nas unidades prisionais – 19.05.15;
- Reunião com Dra. Hélia Viegas na CEJA – 21.05.15;
- XI Congresso Estadual do Ministério Público: O Ministério Público do amanhã: ainda defensor dos direitos humanos? Garanhuns – Participação do coordenador do CAOPIJ – de 27 a 29.05.15;

JUNHO

- Reunião com o Procurador-Geral – 01.06.15;
- Reunião com Dra. Maria de Fátima Moura (1ª PJDC Jaboatão) – 04.06.15;
- Reunião da Câmara de Prevenção Social do pacto pela Vida no CEFOSPE – 08.06.15;
- Reunião com Dra. Liliane Asfora (3ª PJ Abreu e Lima) – 11.06.15;
- Reunião com os promotores da infância e juventude da capital sobre as férias de julho, na Fernandes Vieira – 12.06.15;
- Reunião com o Procurador-Geral e subprocuradores sobre o contingenciamento de recursos, apresentação das demandas dos órgãos de execução e gestão estratégica – 2013/2016 – 16.06.15;

JULHO

- Participação do coordenador do CAOPIJ na abertura de um Seminário na UNICAP – 01.07.15;
- Reunião com Dra. Liliane Asfora (3ª PJ Abreu e Lima) e os conselheiros tutelares na sala B18 – 15.07.15;
- Reunião com os conselheiros tutelares de Jaboatão dos Guararapes – 29.07.15;
- Reunião com a CMTI sobre a página do CAOPIJ – 30.07.15

AGOSTO

- II Reunião Ordinária da COPEIJ-GNDH, participação do coordenador do CAOPIJ – 05 a 07.08.15;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com a equipe técnica para tratar sobre os projetos do Centro de Apoio – 10.08.15;
- Reunião com os promotores de infância na Fernandes Vieira – 10.08.15;
- Reunião do Procurador-Geral com os coordenadores de CAOPS – 13.08.15;
- Inspeção em unidade de acolhimento de Palmares, com as analistas Daniella Cruz e Luciana Magalhães, para instrução de projeto em curso do CAOPIJ – 17.08.15;
- Inspeção na unidade socioeducativa de Vitória, com os analistas Dilson Santos e Gilberto Lúcio, para instrução de projeto em curso do CAOPIJ – 18.08.15;
- 2º Seminário Regional Direitos da Criança e do Adolescente e a Promoção da Igualdade Racial – Participação do coordenador do CAOPIJ na mesa de abertura e como palestrante, no Fórum Rodolfo Aureliano – 20.08.15;
- Reunião dos coordenadores de CAOPs com a Subprocuradora-Geral em Assuntos Administrativos sobre as salas dos Centros de Apoio – 13.08.15;
- Inspeção em unidade de acolhimento de Garanhuns, com as analistas Daniella Cruz e Luciana Magalhães, para instrução de projeto em curso do CAOPIJ – 26.08.15;
- Participação do coordenador do CAOPIJ no Seminário: Marcos Legais para o Enfrentamento da Violência de Gênero – 9 anos da Lei Maria da Penha, Auditório do Banco do Brasil – 28.08.15;
- Reunião para tratar sobre as sugestões de alterações das RES/CPJ 002.2012 e 003.2012, que tramitam perante o CPJ, com Dr. Guilherme Lapenda, coordenador do CAOPIJ, Dra. Zulene Norberto, Dr. Antônio Fernandes e Dr. Antônio Carlos de Oliveira – 31.08.15;
- Atendimento da Sra. Brígida sobre o concurso da FUNASE – 31.08.15;

SETEMBRO

- Reunião com o Procurador-Geral, Dr. Clênio Valença e diversos conselheiros tutelares sobre as eleições unificadas – 01.09.15;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com a equipe do CAOPIJ, Arnaldo e Natália da AMPEO sobre os projetos do Centro de Apoio – 02.09.15;
- Reunião com o desembargador Dr. Luiz Carlos Figueiredo sobre o plantão no dia das eleições unificadas para conselheiro tutelar – 03.09.15;
- Reunião com o PPCAAM e o desembargador Dr. Luiz Carlos Figueiredo na CIJ – 16.09.15;
- Reunião na Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, com o Secretário Isaltino Nascimento, sobre as eleições unificadas para conselheiro tutelar – 16.09.15;
- Atendimento a estudante de direito Sra. Sílvia sobre o consumo de bebida alcoólica na adolescência – 18.09.15;
- Reunião no gabinete do Procurador-Geral sobre corrupção – 21.09.15;
- Reunião com Paulo Teixeira, do Tribunal de Justiça, sobre adoção – 22.09.15;
- Reunião com o Procurador-Geral sobre os projetos (RAP) – 30.09.15;

OUTUBRO

- Plantão no Centro de Apoio, com o analista jurídico Dilson Santos e a recepcionista Fabiana Nascimento, para suporte durante as eleições unificadas para conselheiro tutelar – 04.10.15;
- Reunião com Dr. Aguinaldo Fenelon, Secretário-Geral, sobre o Projeto Abraçando a Escola, na sala dos órgãos Colegiados – 05.10.15;
- Reunião com o desembargador Dr. Luiz Carlos Figueiredo, sobre a situação das unidades de acolhimento, na CIJ – 07.10.15;
- Curso para os novos promotores de justiça, ESMP – 20.10.15;
- Seminário do Projeto Novas Oportunidades – CEFOSPE – designada secretária ministerial, Anna Dolores Rangel – 20.10.15;
- Reunião com os promotores do plantão da infância e juventude da região metropolitana do Recife, sorteio da ordem da escala de 2016 – 23.10.15;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- II Encontro sobre Acolhimento Institucional, Auditório das Promotorias de Justiça de Caruaru – 27.10.15;
- Reunião com o Conselho Municipal de Jaboatão, Sra. Silvana Roberta – 28.10.15;

NOVEMBRO

- Reunião com Dr. Édipo Soares, Dr. Mavíael Silva, Dra. Yélena Monteiro, Paulo Teixeira e o senador Humberto Costa sobre a Lei nº 13.106/2015;
- Audiência Pública sobre a Lei nº 13.106/2015 na ALEPE. Participação de Dr. Édipo Soares e Paulo Teixeira – 13.11.15;
- Audiência Pública sobre exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes na ALEPE. Participação da analista ministerial Maria Luiza Duarte Araújo – 19.11.15;
- Atendimento: orientação a casal com filho adolescente usuário de drogas – 24.11.15;
- Reunião dos coordenadores de CAOPs e de circunscrição na sala dos Órgãos Colegiados – 30.11.15;

DEZEMBRO

- Reunião com a Secretária de Saúde de São Lourenço e Dra. Márcia Cordeiro sobre o PROJETO CRIANDO ESPAÇOS NA REDE DE ATENÇÃO: UM CAPS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – 09.12.15;
- Reunião com o Desembargador Dr. Luiz Carlo Figueiredo na CIJ – 23.12.15.

2016

JANEIRO

- Palestra para os novos estagiários da instituição – 08.01.16;
- Reunião no gabinete do Procurador-Geral com representantes do Consulado Americano – 14.01.15;

FEVEREIRO

- Reunião com representantes do PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – 03.02.16;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com o Procurador-Geral – 04.02.16;
- Reunião com a ASSCOM – Assessoria de Comunicação sobre os projetos e cartilhas do Centro de Apoio – 17.02.16;
- Reunião com Dr. Luiz Carlos Figueiredo Desembargador da Coordenadoria da Infância e Juventude e equipe do CAOPIJ sobre o Provimento nº 001/2016 do TJPE – 25.02.16;

MARÇO

- Reunião do Procurador-Geral sobre os projeto do CAOPIJ – 08.03.16;
- Reunião com representantes do PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – 09.03.16;
- Inspeção nas unidades de acolhimento do Cabo de Santo Agostinho com a equipe técnica do CAOPIJ – 15.03.16;
- Atendimento ao Sr. Inocêncio: orientação sobre estupro de vulnerável – 16.03.16;
- Ida a Gravatá com o Consulado Americano para inspeção na Fazenda Oliveira Verde – 17.03.16;
- 1º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ, em São Lourenço da Mata – 30.03.16;
- Reunião com Dra. Aline Arroxelas e Maria Luiza Duarte, da 1ª PJDC de Olinda sobre o Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, que será realizado em Olinda no dia 27 de abril e projetos do CAOPIJ – 31.03.16;

ABRIL

- Reunião com representantes do GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares sobre o assassinato de adolescente que estava no PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – 12.04.16;
- Reunião com o Sr. Normando da Secretaria de Direitos Humanos – 13.04.16;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião extraordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade na sala dos Órgãos Colegiados – 18.04.16;
- 2º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ, em Olinda – 27.04.16;

MAIO

- III Congresso Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência, promovido pelo PROINFÂNCIA - Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência com o apoio da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT) – 29.04 a 01.05.16;
- Reunião do Comitê Setorial de Prevenção e Enfrentamento de Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes na Assembleia Legislativa, deputada Simone Santana – 02.05.16;
- 1ª Reunião ordinária do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos – 04 a 06.05.16;
- Reunião no gabinete do Procurador-Geral com os representantes do Consulado Americano – 11.05.15;
- Participação nos 10 anos da Coordenadoria da Infância Juventude do TJPE – fórum Rodolfo Aureliano – 13.05.16;
- Assinatura do convênio entre Ministério Público e Consulado Americano para troca de informações – 13.05.16;
- Curso de capacitação para os novos promotores na área da infância e juventude – 17.05.16;
- Reunião com a equipe do NECA sobre seminário regional – 18.05.16;
- Audiência com a Promotora de Justiça de São Lourenço da Mata Dra. Márcia Cordeiro, instituição de acolhimento e secretaria de assistência social de São Lourenço da Mata sobre fluxo de atendimento da rede de atenção social – 19.05.16;
- Seminário Segurança no Sistema de Garantias no CEFOSPE – 20.05.16;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com o Sr. Gerailson e o Sr. Iran sobre o Encontro Estadual de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Pernambuco – 23.05.16;

- Reunião com o Procurador-Geral sobre os projetos do CAOPIJ – 31.05.19;

JUNHO

- 3º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ, em Palmares – 01.06.16;
- Ação Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil em Brasília – 02 e 03.06.16;
- Reunião com os conselheiros tutelares Sr. Gerailson e Sr. André sobre capacitação – 06.06.16;
- Reunião com Rafael da Arquitetura sobre pesquisa da sede única – 07.06.16;
- IV Encontro de Acolhimento Institucional, evento promovido pelo CAOPIJ, em Arcoverde – 16.06.16;
- Reunião com Dra. Yélena Araújo (promotora de justiça), Dr. Wilson Aquino (Auditor da Receita Federal) e a Sra. Patrícia Arruda (conselheira do CEDCA), sobre a unificação das eleições do COMDICA e Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa – 20.06.16;

JULHO

- Reunião sobre Projeto do CNMP com as equipes técnicas do MP e do TJ – 19.07.16;
- Reunião com o Sr. Normando – 21.07.16;
- Reunião do Pacto pela Vida Câmara de Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – 26.07.16;
- Reunião com o Detran/DER e PM sobre o projeto de transporte escolar – 27.08.16;

AGOSTO

- Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: Um Caps para Crianças e Adolescentes em Salgueiro – 10.08.16;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com Dra. Deluse Amaral na ESMP – 15.08.16;
- Participação no 3º Encontro de diálogo entre a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Olinda e os conselheiros tutelares – 16.08.16;
- Atendimento aos alunos da Escola Professor Fernando Mota sobre a redução da maioridade penal – 17.08.16;
- Reunião do Pacto pela Vida Câmara de Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública sobre a implantação de videoconferência nas audiências da FUNASE – 23.08.16;
- V Encontro Regional de Acolhimento Institucional em Serra Talhada – 25.08.16;
- Reunião no Gabinete do PGJ sobre o Disque 100 – 29.08.16;
- Reunião na SEPLAG – 30.08.16;
- Reunião com Natália da AMPEO sobre o Projeto da Comissão de Acolhimento – 30.08.16;
- Reunião referente às metas do Plano Decenal Socioeducativo no Auditório da Vara Regional da Infância e Juventude – 31.08.16;

SETEMBRO

- Reunião com Dr. José Roberto da Corregedoria sobre recomendação do CNMP – 02.09.16;
- Reunião da Câmara Setorial de Prevenção Social do PPV no CEFOSPE – 05.09.16;
- Reunião com o Conselho Gestor do PPCAAM para tratar sobre questões relativas a crianças e adolescentes ameaçados de morte – 06.09.16;
- Audiência Pública: Violência contra a Mulher e Saúde: medidas de enfrentamento, atenção e prevenção MPF – 12.09.16;
- Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: Um Caps para Crianças e Adolescentes em Petrolina – 14.09.16;
- Reunião com Andréa Corradini da ASSCOM, Paulo Teixeira, psicólogo da promotoria da infância – 19.09.16;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- 3ª Reunião Ordinária da Comissão Interinstitucional do Sinase no auditório da Vice-governadoria – 19.09.16;
- Audiência Pública sobre as medidas socioeducativas em meio aberto em Olinda – 20.09.16;
- 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público em Brasília – 21 a 23.09.16;
- Reunião com os promotores de justiça, que participam do plantão da infância e juventude da região metropolitana do Recife, para o sorteio da escala para o ano de 2017 – 29.09.16;

OUTUBRO

- Reunião com Dra. Lais Teixeira, Subprocuradoria Geral em Assuntos Administrativos, sobre recomendação CNMP – 03.10.16;
- Reunião com o Procurador-Geral de Justiça – 10.10.16;
- Inspeção em unidade de acolhimento de Camaragibe – 11.10.16;
- Reunião no gabinete do Procurador-Geral de Justiça, FOCCO, imprensa: transição dos governos municipais – 17.10.16;
- Reunião no gabinete do Procurador-Geral de Justiça e com o CREMEPE: crianças desaparecidas – 18.10.16;
- 129ª Assembleia Extraordinária Ampliada – FUNASE – apresentação do plano de redução do excedente de adolescentes para unidade CASE Abreu e Lima – 21.10.16;
- Reunião na Corregedoria com a 1ª e 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes sobre o fluxo de acolhimento institucional – 26.10.16;

NOVEMBRO

- Reunião Ordinária da COPEIJ / GNDH, na sede do Ministério Público do Pará – 09 a 11.11.16;
- Reunião com o Presidente da FUNASE, Dr. Roberto Franca e advogada Dra. Rafaela Dourado sobre as condições das unidades socioeducativas – 16.11.16;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- VI Encontro Regional de Acolhimento Institucional em Petrolina – 23.11.16;
- Audiência Pública: situação das unidades de atendimento socioeducativo em Pernambuco, plenário da ALEPE – 25.11.16;
- Reunião da SEPLAG com o Secretário de Administração – 29.11.16;

DEZEMBRO

- Reunião com a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e a equipe da FUNASE sobre as condições precárias e insegurança nas unidades socioeducativas do Estado. – 01.12.16;
- Reunião do Pacto pela Vida – Câmara de Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública na SEPLAG – 06.12.16;
- Reunião com o desembargador Dr. Luiz Carlos Figueiredo, o coordenador do CAOP Saúde Dr. Édipo Soares e o Secretário de Saúde de Pernambuco sobre internação compulsória, na Secretária de Saúde – 09.12.16;
- Reunião com a equipe do Detran-PE sobre o projeto de Transporte Escolar – 15.12.16;
- Reunião com o presidente do Sindicato do Transporte Escolar sobre o projeto de Transporte Escolar – 20.12.16.

2017

JANEIRO

- Reunião com os membros designados para os cargos de confiança e o novo Procurador-Geral, Convite nº 001/2017, no salão dos órgãos colegiados. Pauta: posse dos cargos de confiança, apresentação das diretrizes de trabalho e apresentação do Secretário-Geral (orçamento 2017) – 19.01.17;
- Reunião com o DETRAN-PE e a equipe técnica do CAOPIJ sobre o Projeto de Transporte Público Escolar – 24.01.17;
- Reunião com o Procurador-Geral e o Núcleo de Mediação sobre Justiça Restaurativa – 26.01.17;
- Reunião com a equipe técnica do CAOPIJ e das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital para tratar do apoio operacional que será



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

dado pela equipe especializada do CAOPIJ à equipe especializada da Promotorias da Infância e Juventude da Capital – 27.01.17;

- Reunião do Pacto pela Vida – Câmara de Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – 31.01.17;
- Reunião com a Subprocuradora-Geral em Assuntos Institucionais, Dra. Lúcia de Assis, Dra. Rosa Barros e Sra. Maria de Lourdes do CEDCA sobre o CASE Caruaru – 31.01.17.

FEVEREIRO

- Reunião com a equipe do CAOPIJ para tratar sobre as metas para 2017 – 03.02.17;
- Posse do novo Procurador-Geral de Justiça no auditório Tabocas no Centro de Convenções – 03.02.17;
- Reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e a FUNASE para apresentação do panorama das unidades socioeducativas – 06.02.17;
- Reunião do Pacto pela Vida – Câmara de Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – 07.02.17;
- Reunião com a Sra. Renata Rodrigues Gerente-geral do Gabinete do Secretário de Educação do Estado de Pernambuco e a equipe técnica do CAOPIJ sobre o projeto de transporte público escolar – 07.02.17;
- Entrevista com o Sr. Geraldo do “Portal Leia Já” sobre a área da infância e juventude - 08.02.17;
- Reunião com Riedja Ramalho, Gerente Ministerial de Saúde e Assistência Social sobre inspeções nas unidades socioeducativas da FUNASE – 08.02.17;
- Reunião sobre termo de cooperação do MPRJ – quero uma família, adoção tardia – 08.02.17;
- Reunião com o Secretário-Geral Dr. Alexandre Augusto Bezerra sobre os projetos do CAOPIJ – 09.02.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Assinatura do Termo de Cooperação entre TJPE, MPPE e Governo do Estado, o qual criou um Comitê Gestor para tratar sobre crianças com síndromes e doenças raras – 10.02.17;
- 1ª Reunião Ordinária da Comissão Interinstitucional do SINASE – 15.02.17;
- Reunião com a coordenadora do Edf. Paulo Cavalcanti, Dra. Helena Capela, e os coordenadores de CAOPs – 15.02.17;
- Reunião Ordinária do Programa Acolher no Auditório da Coordenadoria da Infância planejamento das ações para 2017 – 16.02.17;
- Correição – 17.02.17;
- Reunião com Dra. Isabel e os coordenadores de circunscrição sobre plantão – 20.02.17;
- Reunião com Dr. Aguinaldo Fenelon, na ESMP, para apresentar o planejamento das ações da Escola Superior para 2017 – 20.02.17;
- Curso de Justiça Restaurativa na UNICAP – 21.02.17;
- Reunião sobre plantão com os promotores da infância e juventude que integram o plantão da região metropolitana na área da infância – 22.02.17.

MARÇO

- Audiência Pública sobre a implementação, acompanhamento e fiscalização permanente de políticas públicas na Promotoria de Justiça de Nazaré da Mata – 07.03.16;
- Visita do Secretário-Geral Dr. Alexandre Augusto Bezerra ao CAOPIJ – 08.03.17;
- Reunião com o Núcleo de Composição – 09.03.17;
- Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – COPEIJ, em João Pessoa – de 15 a 17.03.17;
- I Encontro Regional sobre Transporte Público Escolar em Salgueiro – 22.03.17;
- II Encontro Regional sobre Transporte Público Escolar em Petrolina – 23.03.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião do NUPIA sala do anexo III – 24.03.17;
- Reunião com o Procurador-Geral no gabinete – 27.03.17;
- Reunião no Conselho Superior sobre a FUNASE – 29.03.17;
- Reunião com Dra. Vera Rejane da Promotoria de Justiça Cível e de Defesa da Cidadania de Vitória de Santo Antão, Dr. Maviel Silva, Coordenador do CAOP Patrimônio Público, Dr. Alexandre Raimundo, Corregedor da FUNASE, e Dra. Nadja Alencar, presidente da FUNASE, sobre o CASE Pacas – 30.03.17;
- Reunião com o Procurador-Geral no gabinete para tratar sobre o relatório conclusivo da correição do CNMP – 30.03.17;
- Reunião da Comissão Interinstitucional do SINASE, no Auditório da Vara Regional no CICA – 31.03.17.

ABRIL

- Reunião com a Sra. Verônica Campos, da GRE Recife Norte, sobre bullying – 03.04.17;
- Convocação nº 13/2017 PGJ Oficina de Painel de Contribuição com a equipe do CAOPIJ – 04.04.17;
- Reunião na FUNASE com o presidente – lançamento do plano de ação de curto prazo – 05.04.17;
- Reunião do Comitê Gestor da Microcefalia – 06.04.17;
- Encontro Novos Promotores, em Pesqueira – 07.04.17;
- Reunião com o CAOP Saúde e CREMEPE sobre as unidades da FUNASE – 10.04.17;
- Reunião da Câmara Setorial de Prevenção Social do PPV, SEPLAG – 17.04.17;
- Reunião com o GAECO sobre a FUNASE – 17.04.17;
- FONAJUP – Fórum Nacional da Justiça Protetiva, Maceió – 19 e 20.04.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com os promotores de justiça dos locais onde existem unidades socioeducativas com apresentação da experiência do MPRN por Dr. Marcus Aurélio de Freitas Barros, Convocação nº 17/2017 – 24 e 25.04.17;
- Reunião do NUPIA – 27.04.17;
- Reunião da Comissão Interinstitucional do SINASE no Auditório da Vice-governadoria – 28.04.17.

MAIO

- Audiência com Dra. Áurea Rosane Vieira (43ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital), Dra. Lucila Varejão Dias Martins (15ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital), Dr. Roberto Franca (Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude), Dra. Rafaela Dourado Mancilha (Gerente - geral jurídica da SDSCJ), e Dra. Nadja Maria Alencar Vidal Pires (presidente da FUNASE), sobre a FUNASE – 02.05.17;
- Reunião com Sr. Romero Silva, do GAJOP, sobre a FUNASE – 02.05.17;
- Reunião do Comitê Gestor de Síndrome e Doenças Raras – 04.05.17;
- Entrevista com a Sra. Marcionila, sobre a FUNASE – 04.05.17;
- Reunião com a Sra. Jane Santos, do UNICEF, sobre medidas socioeducativas – 04.05.17;
- Reunião com Dr. André Rabelo e a equipe da Promotoria de Justiça de Fernando de Noronha sobre várias questões afetas à área da infância e juventude da ilha de Fernando de Noronha – 05.05.17;
- Videoconferência sobre socioeducação na SEPLAG – 09.05.17;
- Reunião com Dr. Sílvio Tavares, Procurador de Justiça e diretor da ESMP, sobre Justiça Restaurativa – 10.05.17;
- 3ª reunião da Comissão Interinstitucional do SINASE na Vice-governadoria – 11.05.17;
- Reunião na Promotoria de Justiça de Carpina e Lagoa do Carro com os conselheiros tutelares – 16.05.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com Dra. Maísa Oliveira, Dra. Aline Arroxelas, Promotoras de Justiça de Olinda, e o CAOP Saúde sobre a rede de atendimento de Olinda – 18.05.17;
- Reunião do Pacto pela Vida – Câmara de Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – 23.05.17;
- Fórum Nacional da Justiça Protetiva da Infância e da Juventude no Rio de Janeiro – 25 e 26.05.17;
- Reunião com os Promotores de Justiça dos locais onde existem unidades socioeducativas e o CNMP sobre a FUNASE – 26.05.17;
- Reunião com a Sra. Taciana da ONG Associação Esporte é Vitória, de Vitória de Santo Antão – articulação para melhorias na rede e interlocução para o seu não fechamento – 29.05.17;
- Reunião do Pacto pela Vida – Câmara de Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – 30.05.17;
- Audiência Pública nas Promotorias de Justiça de Olinda sobre as unidades de acolhimento do município;
- III Encontro Regional sobre Transporte Público Escolar em Surubim – 31.05.17.

JUNHO

- IV Encontro Regional sobre Transporte Público Escolar em Caruaru – 01.06.17;
- V Encontro Regional sobre Transporte Público Escolar em Arcoverde – 02.06.17;
- Reunião com a equipe do CMATI sobre as inspeções nas unidades socioeducativas, que deverão ser realizadas à luz do SINASE – 05.06.17;
- Reunião com Dra. Maísa Oliveira, Dra. Aline Arroxelas, Promotoras de Justiça de Olinda, CAOP Saúde, CAOPIJ e a Secretaria de Saúde do município de Olinda sobre a rede de atendimento municipal – 05.06.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

- Reunião com o Chefe adjunto da Polícia Civil Dr. Charles Gutiergues e a Subprocuradora-Geral em Assuntos Institucionais Dra. Lúcia de Assis sobre a FUNASE – 07.06.17;
- Reunião com a Sra. Cláudia de Souza Gerente de Proteção Social Especial de Alta Complexidade sobre o plano de municipalização, reordenamento e regionalização dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes – 08.06.17;
- Reunião com o Governador do Estado e o Procurador-Geral sobre FUNASE – 08.06.17;
- Reunião do NUPIA – 09.06.17;
- Reunião com o GAECO sobre a FUNASE – 09.06.17;
- Reunião de formação do Comitê Gestor de acompanhamento da FUNASE, na SEPLAG – 12.06.17;
- Reunião do Pacto pela Vida – Câmara de Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – 13.06.17;
- Reunião com o Procurador-Geral e a CIJ / CNMP sobre FUNASE em Brasília – 13 e 14.06.17;
- Entrevista com a Assessoria de Comunicação sobre o sistema socioeducativo – 15.06.17;
- Reunião Interinstitucional na Alepe sobre trabalho infantil – 15.06.17;
- Reunião com Dr. Luís Sávio Loureiro, CAOP Criminal, sobre a FUNASE – 19.06.17;
- Reunião com Dr. Luís Sávio Loureiro, CAOP Criminal, e Dr. Richarlison, delegado de polícia, sobre a FUNASE – 21.06.17.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ



JULHO

- Reunião sobre os 6 meses de gestão na sala dos órgãos colegiados – 18.07.17;
- Reunião com a equipe do CMAT sobre as inspeções nas unidades da FUNASE – 19.07.17;
- Reunião GT ESCCA (MPT, ALEPE, PCPE, SDSCJ, PRF, CEDCA, CENDHEC) – 20.07.17;
- Reunião nas Promotorias de Justiça da infância de Jaboatão – 21.07.17;
- Oficina de levantamento de necessidades de treinamento – LNT – ESMP – 25.07.17;
- Reunião na Promotoria de Justiça de Vitória de Santo Antão – 27.07.17;
- Reunião do NUPIA – 28.07.17;

AGOSTO

- Curso Medida Socioeducativa em Meio Aberto – CIJ/CNMP – Brasília – 01.08.17;
- 8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público – CNMP, Brasília – 02 a 04.08.17;
- Reunião no Colégio de Procuradores de Justiça – 07.08.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião no gabinete do Procurador-geral sobre movimentos sociais – 08.08.17;
- Reunião com o coordenador do GAECO, Dr. Frederico Guilherme – 08.08.17;
- Reunião com as Promotoras de Justiça de Caruaru e o Procurador-Geral do Estado sobre as unidades da FUNASE – 09.08.17;
- Reunião do NUPIA – 10.08.17;
- Posse dos novos Promotores de Justiça – 10.08.17;
- Reunião GT ESCCA e Assessoria de Comunicação – 14.08.17;
- Reunião com Shirley da GMSAS – 14.08.17;
- Reunião com o CEDCA – 14.08.17;
- Palestra e relato de experiências – Justiça Restaurativa na tutela dos direitos da criança e do adolescente – 16.08.17;
- Reunião com Dra. Vanessa Harmuch, Promotora de Justiça de Ponta Grossa e o NUPIA – 17.08.17;
- Audiência Pública sobre “Crimes contra dignidade sexual das crianças e dos adolescentes: a prevenção começa em casa” - Dra. Ana Carolina representou o CAOPIJ – 18.08.17;
- Encontro dos Movimentos Sociais – CEFOSPE – 18.08.17;
- Curso para os novos Promotores de Justiça – 21.08.17;
- Seminário Perspectiva de Segurança na Socioeducação – CNMP – 23 e 24.08.17;
- Reunião com Dr. Luís Sávio, CAOP Criminal, Dra. Aline Arroxelas, Promotora de Justiça de Olinda, Dr. Richardson Silva, Delegado do Polícia Civil, sobre a DEPOL de Olinda, unidades da FUNASE e qualidade dos boletins de ocorrências – 29.08.17;
- Seminário de Consolidação das Propostas para o Plano Estadual Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente em Pernambuco – CEGOE – UFRPE – 31 e 01.09.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ



SETEMBRO

- Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) em Florianópolis, 04 a 07.09.17;
- Reunião com os analistas Paulo Teixeira e Shirley Nascimento da GMSAS sobre as unidades da FUNASE – 08.09.17;
- Reunião na ASPP – Ação Social Paróquia Palmares com representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado e outros Promotores de Justiça da Mata Sul sobre a regionalização das unidades de acolhimento – 11.09.17;
- Encontro Regional de Acolhimento Institucional em Palmares – 12.09.17;
- Encontro Regional de Transporte Público Escolar em Palmares – 12.09.17;
- Assinatura do Termo de Cooperação Técnica de Prevenção de Conflitos e Redução de Violência Infanto-juvenil – Palácio do Campo das Princesas – 21.09.17;
- Reunião com Dra. Aline Arroxelas, Promotora de Justiça, o Prefeito de Olinda, presidente do COMDACO e coordenadora do Conselho Tutelar sobre a política de proteção à criança e ao adolescente no município de Olinda – 25.09.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com Dr. Édipo Soares, CAOP Saúde e Dr. Luís Sávio Loureiro, CAOP Criminal sobre o PNAISARI – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória – 25.09.17;
- Reunião com Dra. Jailda Pinto do MPT e Dra. Simone Santana da Alepe sobre o GT ESCCA – 27.09.17;
- Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes – Gravatá – 28.09.17;
- Reunião do GT Transparência - 29.09.17.



OUTUBRO

- Reunião sobre o transtorno do espectro autista – TEA – na ALEPE – 03.10.17;
- Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes – Caruaru – 04.10.17;
- Reunião com os novos Promotores de Justiça na ESMP – 05.10.17;
- Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual – Goiana – 06.10.17;
- I Encontro dos Promotores de Justiça da Infância e Juventude de Pernambuco na ESMP – de 09 a 11.10.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com Dra. Helena Capela e Dra. Ana Maria Moura sobre o plantão da infância e juventude – 13.10.17;
- Reunião Ordinária na Alepe sobre Convivência familiar e enfrentamento à violência contra crianças – 16.10.17;
- Reunião com a Sra. Rita de Cássia coordenadora do Conselho Regional de Psicologia – 16.10.17;
- 30ª Reunião do Pacto pela Vida Câmara de Articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – 17.10.17;
- Encontro Individualizando o Cuidado: Estratégias para utilização dos Planos Individuais de Atendimento (PIA) nas Casa de Acolhimento do Recife – 17.10.17;
- Reunião com Dr. Sérgio Gadelha, CAOP Educação e a CMTI sobre as páginas dos CAOPS – 18.10.17;
- Reunião com os coordenadores de CAOPs com o Procurador-geral – 19.10.17;
- Reunião com o presidente do CREMEPE, Dr. André Dubeux – 23.10.17;
- Reunião com Dr. Luís Sávio Loureiro, CAOP Criminal, sobre as unidades da FUNASE – 25.10-17;
- Reunião com a Corregedoria – 25.10-17;
- Evento: As Origens da violência extrema no Brasil: juventude e evasão escolar – 26.10.17;
- Reunião com o Desembargador Luiz Carlos Figueiredo na CIJ/TJPE – 27.10.17;
- Reunião com o GT ESCCA e o presidente do CREMEPE sobre o cronograma dos Encontros Interinstitucionais de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual para 2018 – 30.10.17;
- Reunião Ordinária na ALEPE – 01.11.17;
- Reunião com a equipe da GMAE E GMSAS sobre as unidades da FUNASE – 01.11.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

- Reunião do Comitê Gestor de ações preventivas na educação, CIJ/TJPE – 08.11.17;
- Reunião com Promotores de Justiça da Cidadania sobre o plantão da infância e juventude da sede das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital – 08.11.17;
- Reunião com o Desembargador Luiz Carlos Figueiredo na CIJ/TJPE – 09.11.17.



NOVEMBRO

- Reunião com os Promotores de Justiça Dra. Andréa Karla Reinaldo, Dr. Eleonora Marise, Dra. Rosa Maria Carvalheira, o Secretário Estadual de Educação e a equipe da Secretaria Municipal de Educação sobre educação na socioeducação – 14.11.17;
- Reunião Ordinária na ALEPE – 16.11.17;
- Reunião na CEJA – 20.11.17;
- Reunião com Dr. Alexandre Augusto Bezerra, Secretário-geral, Dra. Gilka Maria de Almeida sobre convênios – 20.11.17;
- Reunião Ordinária nº 23 da Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência na ALEPE – 21.11.17;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Mesa redonda “Uma perspectiva jurídica no tratamento multidisciplinar de crianças com diagnóstico de autismo” na ESMP – 23.11.17;
- Reunião setorial sobre “*Crimes contra a dignidade sexual das crianças e dos adolescentes: a prevenção começa em casa*” – CICA – 24.11.17;
- Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes – Garanhuns – 27.11.17;
- Encontro Transporte Público Escolar – Garanhuns – 28.11.17;
- Reunião com Dr. Édipo Soares, CAOP Saúde, Dr. Érico de Oliveira, Dra. Ana Cláudia de Sena, Promotores de Justiça de Petrolina e representantes da rede de proteção sobre o PNAISARI – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória – Petrolina – 30.11.17;

DEZEMBRO

- Convocação PGJ nº 42/2017 – Gestão estratégica – 05.12.17;
- Reunião com Dr. Édipo Soares, CAOP Saúde e o Secretário Estadual de Saúde – 06.12.17;
- Reunião com Dr. João Paulo Pedrosa, Promotor de Justiça de Palmares e Sra. Cláudia Souza (SDSCJ) sobre a situação do serviço de acolhimento da Mata Sul do Estado – 07.12.17.

2018

JANEIRO

- Reunião com representantes da FUNASE e da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude para tratar sobre as unidades socioeducativas do Estado – 09.01.18;
- Reunião com Paulo Teixeira, Analista Ministerial em Psicologia, e Shirley Nascimento, Analista Ministerial em Serviço Social, sobre a FUNASE – 16.01.17;
- Atendimento ao Sr. Fernando, Conselheiro Tutelar de Igarassu – 31.01.18;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

FEVEREIRO

- 9ª reunião da Câmara do Sistema Socioeducativo – FUNASE – 01.02.18;
- Reunião com Andréa Corradini, da ASSCOM, sobre os projetos e eventos do CAOPIJ para o ano de 2018 – 05.02.18;
- Reunião com os coordenadores dos CAOPs Infância e Juventude, Saúde e Cidadania e os Promotores de Justiça de Cidadania sobre as questões da infância e saúde nos plantões de sobreaviso – 05.02.18;
- Solenidade de posse dos novos Promotores de Justiça no Teatro Beberibe – 06.02.18;
- Curso de capacitação na área da Infância e Juventude para os novos Promotores de Justiça – 08.02.18;
- Curso de capacitação para os novos Promotores de Justiça – procedimentos extrajudiciais e taxinomia – 16.02.18;
- Reunião com a Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos Institucionais Dra. Lúcia de Assis, a Procuradora do Trabalho Dra. Jailda Pinto, representantes da SDCJ/PE e da CMGP sobre o Programa Jovem Aprendiz– 16.02.18;





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

- Reunião com o CAOP Criminal e representante da SDS/PE sobre fluxo de atendimento das demandas da infância no âmbito das delegacias de polícia e casos oriundos das unidades FUNASE – 19.02.18;
- Reunião dos coordenadores de CAOPs – 21.02.18;
- Audiência em Garanhuns com o CAOP Saúde sobre o PNAISARI– 22.02.18;
- Lançamento do Programa Cuidar (ressocialização de jovens infratores) Cupira – 26.02.18;
- 1ª reunião da Comissão Interinstitucional do SINASE – 27.02.18;
- Reunião na SGMP sobre o Programa Jovem Aprendiz – 28.02.18;

MARÇO

- Reunião com Paulo Teixeira, Analista Ministerial em Psicologia, e Shirley Nascimento, Analista Ministerial em Serviço Social, sobre a FUNASE – 05.02.18;
- I Reunião Ordinária do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos em Brasília – de 07 a 09.03.18;



- Reunião com o CAOP Criminal e o representante da Polícia Civil sobre o fluxo de atendimento das demandas da infância nas delegacias – 13.03.18;
- Audiência Pública na Promotoria de Justiça de Olinda sobre delegacia especializada para crianças e adolescentes no município – 14.03.18;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião do Sistema Socioeducativo auditório do COMDEPE-FIDEM – 16.03.18;
- Encontro Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o Aperfeiçoamento dos Conselho Tutelares e CAOPs em Ação: Apresentação dos projetos institucionais da infância, Juventude e Educação, em Caruaru – 20.03.18;
- Encontro Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o Aperfeiçoamento dos Conselho Tutelares, em Garanhuns – 21.03.18;
- Encontro Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o Aperfeiçoamento dos Conselho Tutelares e CAOPs em Ação: Apresentação dos projetos institucionais da infância, Juventude e Educação, em Arcoverde – 22.03.18;
- Curso para os Promotores de Justiça em estágio probatório, em Arcoverde – 22 e 23.03.18;

ABRIL

- Convocação nº 008/2018 PGJ – Oficina de Gestão Estratégica na Faculdade Salesiana do Nordeste – 05.04.18;
- Reunião dos coordenadores de CAOPs na Procuradoria-Geral – 09.04.18;
- Reunião com Dra. Fernanda Nóbrega, em Gravatá – 10.04.18;
- Reunião com a Promotoria de Justiça da Infância e os Conselheiros Tutelares – 10.04.18;
- Mesa redonda “Nova Política de Saúde Mental” – 12.04.18;
- Reunião com Dr. Carlos, da ATMA, na ALEPE – 12.04.18;
- Reunião com Conselheira Tutelar de Fernando de Noronha – 13.04.18;
- Reunião no CEDCA sobre exploração sexual – 16.04.18;
- Reunião com representantes do CEDCA e da Escola Conselho – 23.04.18;
- Reunião com a GMAE sobre inspeções nas unidades da FUNASE – 23.04.18;
- 10ª Reunião da Câmara de Articulação sobre central de vagas na FUNASE, na SEPLAG – 24.04.18;
- Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual em Gravatá – 26.04.18;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

- Comissão Interinstitucional do SINASE, revisão do PEDAS – 27.04.18;



MAIO

- Reunião interinstitucional sobre central de vagas na FUNASE, no CICA – 02.05.18;
- Lançamento da Campanha do 18 de maio no CEDCA – 03.05.18;
- Audiência Pública: A necessidade de ações intersetoriais no combate eficaz ao trabalho infantil, ALEPE – 09.05.18;
- 10ª reunião da Câmara do Sistema Socioeducativo FUNASE – 09.05.18;
- Reunião no CEDCA – 14.05.18;
- Reunião solene na ALEPE, entrega do título cidadão de Pernambuco para Dr. Édipo Soares – 16.05.18;
- Novos Horizontes Infância, Juventude e Educação em Fernando de Noronha – 23 a 25.05.18;
- Convocação do PGJ para todos os membros da gestão – 29.05.18;
- Reunião sobre escuta qualificada na CIJ/TJPE – 30.05.18;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ



JUNHO

- Reunião com o CAOP Saúde sobre o PNAISARI – 04.06.18;
- Reunião com Dra. Aline Arroxelas, 1ª PJDC Olinda, Dra. Jacqueline Elihimas, 33ª PJDCC e Silvia Donato, CAOP Criminal, para discutir a uniformização do atendimento policial para infância e juventude nas delegacias do Estado – 05.06.18;
- Reunião com o CAOP Educação e representante da PRF sobre os projetos dos CAOPS – 05.06.18;
- Acompanhamento de visita na ESMP a um grupo de estudante de Direito – Dr. Sérgio Souto foi representando o CAOPIJ – 08.06.18;
- Encontro Regional do Sistema Socioeducativo, mesa de abertura, CEFOSPE – 15.06.18;

JULHO

- Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual em Garanhuns – 16.07.18;
- Reunião com a Sra. Maria do Carmo – Conselheira Tutelar de Fernando de Noronha – sobre as eleições para conselheiro tutelares daquele distrito – 24.07.18;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião sobre Escuta Qualificada na Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco – 25.07.18;
- Curso de Vitaliciamento dos novos Promotores de Justiça na Escola Superior – 26 e 27.07.18;
- Reunião com o Procurador-geral e a Subprocuradora-geral em assuntos institucionais – 31.07.18;

AGOSTO

- Reunião sobre o CASE PACAS com Dra. Tathiana Barros, Promotora de Justiça de Vitória de Santo Antão e representantes da FUNASE– 06.08.18;
- Reunião com os Promotores de Justiça da área da Infância e da área Criminal sobre uniformização do atendimento policial para infância e juventude em Pernambuco– 08.08.18;
- Reunião com os coordenadores de CAOPS e membros da gestão sobre avaliação das metas do CNMP no Catamarã – 09.08.18;
- III Fórum Pernambucano da Infância e Juventude – a Promotora de Justiça Dra. Andréa Karla Reinaldo representou o Ministério Público e o CAOPIJ nesse evento – 09.08.18;
- Oficina de Construção de Indicadores e Metas 2018-2023 na Escola Superior – 13.08.18;
- Reunião com os Promotores de Justiça Dra. Andréa Karla Reinaldo e Dr. Josenildo Costa sobre as unidades da FUNASE – 14.08.18;
- Correição CNMP neste Centro de Apoio – 20.08.18;
- Reunião sobre a estrada de acesso ao CASE PACAS com Dra. Tathiana Barros, Promotora de Justiça de Vitória de Santo Antão, representantes da FUNASE e o secretário de infraestrutura de Vitória – 28.08.18;
- Posse da nova diretoria do Instituto do Ministério Público de Pernambuco no Rossini Alves Couto – 29.08.18;
- Audiência Pública sobre a semana nacional de aprendizagem, auditório do Ministério Público Federal – 30.08.18;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

SETEMBRO

- Reunião Ordinária do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos e da Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ em Fortaleza – de 03 a 06.09.18;
- Encontro promovido pela Comissão da Infância e Juventude do CNMP “Proteção e Socioeducação”, na Escola Superior do Tribunal de Contas da União – Brasília – 11 e 12.09.18;
- Reunião sobre projetos inovadores para área da infância e juventude com integrante do Laboratório de Inovação do Ministério Público (MP Labs) – 13.09.18;
- Reunião com a Promotora de Justiça Dra. Maria José Mendonça sobre as questões da infância e juventude de Nazaré da Mata – 14.09.18;
- Reunião do Laboratório de Inovação do Ministério Público (MP Labs) na Rua do Sol – 17.09.18;
- Reunião com o COMDICA sobre o fundo municipal – 19.09.18;
- Solenidade de assinatura do termo de cooperação de Ações Preventivas na Educação – Palácio da Justiça – 19.09.18;
- 1ª Sessão Ordinária da CEJA/PE na sala do Conselho da Magistratura – a Procuradora de Justiça Dra. Laíse Queiroz compareceu ao evento representando o Ministério Público e este Centro de Apoio – 20.09.18;
- Reunião com a Promotora de Justiça de Abreu e Lima Dra. Liliane Asfora e os conselheiros tutelares do município sobre a atuação dos conselheiros e outros temas da área da infância e juventude – na sede da Promotoria de Justiça de Abreu e Lima – 21.09.18;
- Reunião com Dra. Aline Arroxelas, Promotora de Justiça de Olinda, sobre a uniformização do atendimento policial para infância e juventude – 25.09.18;
- Curso de capacitação na área da infância e juventude para os Novos Promotores de Justiça – na Escola Superior – 26 e 27.09.18;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

- 4ª Reunião da Comissão Interinstitucional do SINASE na vice-governadoria – 28.09.18;

OUTUBRO

- Posse da nova diretoria do CREMEPE em Rose Beltrão – 04.10.18;
- Reunião com os integrantes do FOJUPE – Fórum das Juventudes de Pernambuco sobre ações para o público jovem do Estado – 08.10.18;
- Projeto CAOPS em Ação Infância, Juventude e Educação para 13ª Circunscrição Ministerial – na sede das Promotorias de Justiça de São Lourenço da Mata – 18.10.18;
- Reunião sobre a escala de plantão da infância e juventude para o ano de 2019 – na sede das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital – 19.10.18;
- Reunião com representantes dos Conselhos Regionais de Serviço Social e Psicologia e os analistas ministeriais Paulo Teixeira e Shirley Nascimento sobre a atuação de psicólogos e assistentes sociais no âmbito da FUNASE – 22.10.18;
- Reunião com a Promotora de Justiça Dra. Rosa Carvalheira sobre acolhimento de crianças e adolescentes, oriundos de outros municípios – na sede das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital – 19.10.18;
- Curso Escuta Qualificada – CNMP – Brasília – 24 e 25.10.18;
- Reunião com representantes dos Conselhos Regionais de Serviço Social e Psicologia e os analistas ministeriais Paulo Teixeira e Shirley Nascimento sobre a atuação de psicólogos e assistentes sociais no âmbito da FUNASE – 26.10.18;
- Reunião conjunta com o TJPE, com o Promotor de Justiça Dr. Josenildo Costa e representantes do Mecanismo de Combate à Tortura – no CICA – 26.10.18;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Reunião com os Promotores de Justiça Dra. Andréa Karla Reinaldo, Dr. Josenildo Costa e Dra. Julieta Batista sobre as unidades da FUNASE – 31.10.18;

NOVEMBRO

- Convocação nº 35/18 – Oficina de Ideias e Projetos da Gestão Estratégica 2018-2023 – Escola Superior – 01.11.18;
- Reunião com a Sra. Raquel Lins da plataforma digital Orbe Político sobre transparência no serviço público e combate à corrupção – 05.11.18;
- Projeto CAOPS em Ação Infância, Juventude e Educação para 12ª Circunscrição Ministerial – na Secretária de Educação de Gravatá – 07.11.18;
- Curso Escuta Especializada – Escola Superior – 08, 09, 22 e 23.11.18;
- Reunião com o Procurador-geral – gabinete itinerante – 13.11.18;
- Reunião com o Sr. Elano, sobre autismo nas escolas – 19.11.18;
- Reunião com a Promotora de Justiça Dra. Kamila Guerra sobre a implantação dos projetos do CAOPIJ na comarca de Floresta – 20.11.18;
- Projeto CAOPS em Ação Infância, Juventude e Educação para 7ª Circunscrição Ministerial – na ASPP (Granja Paraíso) – 21.11.18;
- Reunião com representantes do Conselho Regional de Psicologia e os analistas ministeriais Paulo Teixeira e Shirley Nascimento sobre a atuação de psicólogos e assistentes sociais no âmbito da FUNASE – 26.11.18;
- Oficina prática de procedimentos do TCE/PE – Escola Superior – 26.11.18;
- Reunião com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Água Preta – 27.11.18;
- Solenidade de entrega do título de cidadão pernambucano para Dr. Antônio Edílio Magalhães, na ALEPE – 28.11.18;
- Participação no curso de vitaliciamento dos Promotores de Justiça em Garanhuns – 29.11.18;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- III Fórum das Equipes Profissionais da Infância e Juventude do TJPE – a Promotora de Justiça Dra. Andréa Karla Reinaldo representou o Ministério Público e o CAOPIJ nesse evento – 29 e 30.11.18;



DEZEMBRO

- Audiência Pública “Crimes contra a dignidade sexual das crianças e dos adolescentes: conscientizar e prevenir” no Centro Cultural – 03.12.18;
- Apresentação do Relatório Final das atividades da Frente Parlamentar da Primeira Infância, na ALEPE – 04.12.18.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

3. Projetos

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude instaurou, entre 2015 e 2018, nove projetos e um Expediente de apoio, a saber:

- a) Cidadania Enfrentando a Violência: Fortalecimento do sistema municipal de atendimento socioeducativo** (Arquimedes nº AUTO: 2015/1933515)

Objetivo: projeto voltado ao fortalecimento da rede do Sistema de Atendimento Socioeducativo e apoiar os Promotores de Justiça nas ações de indução e acompanhamento dos planos socioeducativos municipais.

- b) Comissão de Diretos à Convivência Familiar** (Arquimedes nº AUTO: 2015/1955606)

Objetivo: apoiar os Promotores de Justiça nas ações de reformulação e reordenamento dos serviços de acolhimento, visando adequá-los à necessidade de garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

- c) Transporte Escolar também precisa passar na prova** (Arquimedes nº AUTO: 2015/1956061)

Objetivo: apoiar os Promotores de Justiça nas ações de reformulação e reordenamento dos serviços de transporte escolar, visando adequá-los às normas de segurança.

- d) Educação Começa na Infância: Creche como Espaço de Desenvolvimento Integral** (Arquimedes nº AUTO: 2017/2204976)

Objetivo: Promover junto às 14 Circunscrições Ministeriais do Estado de Pernambuco, palestras e reuniões com prefeitos e secretários municipais de Educação, a fim de que passem a contemplar a execução



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

de metas e estratégias definidas no Plano Nacional e Municipal de Educação, em especial as relativas à ampliação da educação infantil em creches e pré-escolas.

e) Criando Espaços na Rede de Atenção: Um CAPS para crianças e adolescentes (Arquimedes nº AUTO: 2015/1955628)

Objetivo: projeto de apoio aos Promotores de Justiça nas ações de estruturação e/ou organização do serviço de atenção a crianças e adolescentes usuários/dependentes de substâncias psicoativas.

f) CAOPIJ Online (Arquimedes nº AUTO: 2017/2563605)

Objetivo: projeto que buscou consolidar, como ação permanente do CAOP Infância e Juventude, a utilização das redes sociais Instagram e Facebook, para difundir informações pertinentes ao âmbito dos direitos de crianças e adolescentes.

g) Conselho é Bom e eu Gosto: Priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares em Pernambuco

Objetivo: projeto voltado à capacitação dos conselheiros tutelares e a rede de atendimento, visando auxiliá-los no bom desempenho de suas atribuições e promovendo a proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos das crianças e adolescentes.

h) A Casa é Sua: Implementando programas de acolhimento familiar

Objetivo: visa incentivar a apresentação de projeto de lei municipal para fomentar a criação e a regulamentação do Programa Família Acolhedora, visando garantir a efetivação da Política de Proteção às Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade, abandono e/ou risco, e propiciar convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes afastados das famílias de origem por ordem judicial.

i) CAOPs em Ação: Apresentação dos projetos institucionais da infância juventude e educação

Objetivo: Apresentar os projetos institucionais em curso nos CAOPs Infância, Juventude e Educação, visando auxiliar os Promotores de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Justiça na racionalização de atribuições, otimização do trabalho e eficiência da atividade institucional; além de mapear as principais necessidades e demandas das áreas da infância, juventude e educação dos municípios do Estado.

j) Expediente “Força Tarefa” (Arquimedes nº AUTO: 2017/2609725)

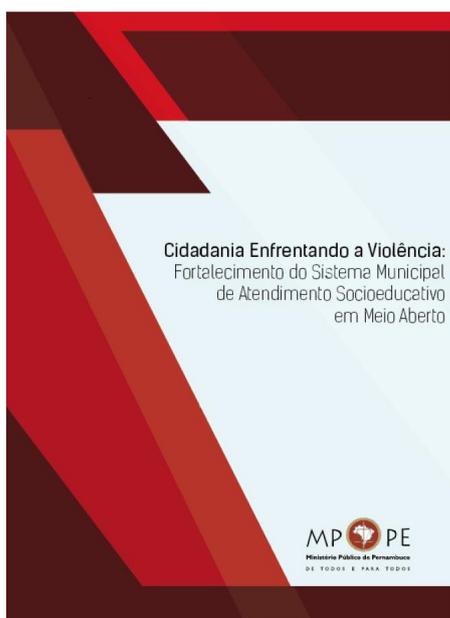
Objetivo: Auxiliar na implantação e acompanhamento da execução do Projeto nº 001/2015 CAOPIJ, que visa ao fortalecimento da rede do Sistema Socioeducativo de Pernambuco, apoiando os Promotores de Justiça nas ações de indução e acompanhamento dos planos socioeducativos municipais, bem como auxiliando na execução das MSE nas várias unidades de internação e semiliberdade.

Em razão da criação do CAOP Educação, em 01 de novembro de 2017, os projetos *Transporte Escolar também precisa passar na prova* e *Educação Começa na Infância: Creche como Espaço de Desenvolvimento Integral* foram remetidos ao mencionado Centro de Apoio para prosseguimento das ações neles previstas. Desse modo, apenas as ações realizadas no projeto sobre transporte escolar serão pormenorizadas neste relatório, assim como as ações dos demais projetos acima citados, levados a termo pelo CAOP Infância e Juventude.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

Projeto Cidadania Enfrentando a Violência: fortalecimento do sistema municipal de atendimento socioeducativo



O advento da Lei nº 12.594/2012 determinou a elaboração e efetiva implementação nas três esferas de governo de uma política pública especialmente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional, por meio dos planos de atendimento socioeducativo, com abrangência decenal e aprovação por conselhos estaduais e municipais de direitos, que incluam a oferta de programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto, a cargo dos

municípios, e privadas de liberdade, sob a responsabilidade dos estados.

O projeto em tela foi desenvolvido a partir de três grandes eixos:

- Promoção de um amplo diagnóstico da situação de atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto no estado de Pernambuco;
- Garantia do acesso as informações aos adolescentes e famílias que estão passando por situações que envolvem medidas protetivas ou socioeducativas, de modo que possam compreender os elementos e etapas do processo e garantir o exercício de direitos e deveres;
- Instrumentalização e orientação metodológica para ação do Ministério Público direcionada à elaboração e implantação dos Planos municipais de medida socioeducativa e expansão dos serviços de proteção social de adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Como parte de sua execução foram elaboradas as cartilhas:

- ✓ **Cidadania enfrentando a violência: fortalecimento do sistema municipal de atendimento socioeducativo em meio aberto**, que busca promover a ação articulada de Promotores de Justiça com atribuição na infância e juventude para consecução de dois objetivos: a implantação dos planos Municipais de Atendimento socioeducativo, bem como a expansão e qualificação dos Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto;
- ✓ **E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas**, com projeto organizado e redigido pela ex-coordenadora do CAOPIJ, a Promotora de Justiça Ana Carolina Paes de Sá Magalhães, a cartilha foi atualizada e efetivamente implementada, em 2015, com o objetivo de levar informações aos adolescentes e famílias que estão passando por situações que envolvem medidas protetivas ou socioeducativas para que compreendam o processo e possam estar atentos e exercer seus direitos e deveres.



Ambas as cartilhas, e outras produzidas pela equipe do CAOPIJ começaram a ser distribuídas no segundo semestre de 2016, tendo sido enviadas para a Comissão Nacional da Infância e da Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, para o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para as bibliotecas do MPPE, do TJPE e da OAB, entre outras entidades jurídicas, e para as Promotorias de Justiça de 185 municípios do Estado de

Pernambuco.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Destaque-se que as escolas públicas e privadas de Pernambuco têm, desde a promulgação da Lei Estadual nº 16.003/2017, a obrigação legal de possuir, no mínimo, dois exemplares da cartilha E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas, a fim de permitir que pais, alunos e profissionais da educação tenham acesso fácil ao material.

De acordo com o texto da lei, as instituições de ensino devem ainda afixar, em locais de fácil visualização, cartazes informando que a escola dispõe dos exemplares da cartilha elaborada pelo MPPE.

O mapeamento da demanda de atendimento socioeducativo no âmbito municipal destacou que apenas 34,05% (63) das comarcas do estado de Pernambuco apresentaram dados sobre a realidade local das medidas socioeducativas em Meio Aberto. A precariedade inicialmente verificada na implementação das MSEMA, pode ser contraposta ao perfil dos adolescentes residentes na comarca de Recife atendidos no plantão da infância e juventude da capital 2016/2017 (realizado pelo CAOP Infância e Juventude), em que quase metade dos adolescentes residiam em outras comarcas do estado, sinalizando que a falta do devido acompanhamento pode estar associada a maior vulnerabilidade para o envolvimento com atos infracionais.

A atualização e quantificação dos dados, concluída em 12 de março de 2018, evidencia que o Mapeamento da implantação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo (PMASE), com base nas informações colhidas pelas Circunscrições Ministeriais, a partir do recebimento de respostas, por meio de ofícios e certidões oriundos das Varas de Justiça de cada Comarca e das prefeituras municipais consultadas, apresentou a seguinte configuração:

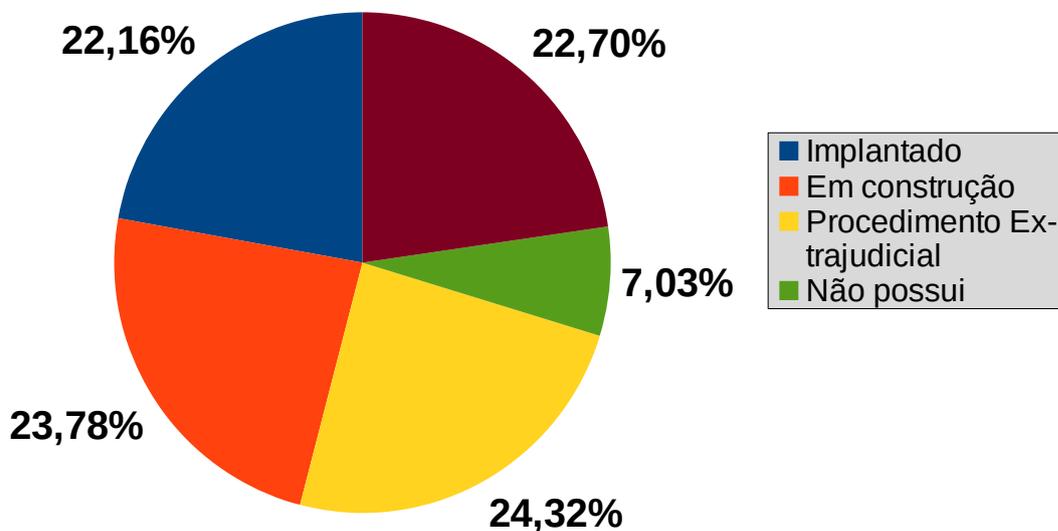
a) Quanto ao quesito mapeamento da implantação dos PMASE, 146 comarcas (78,91%) do estado retornaram a solicitação encaminhada pelas Sedes de cada Circunscrição Ministerial, e reiterada pelas Promotorias de Justiça de cada município, conforme gráfico a seguir.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

Mapeamento PMASE PE

janeiro 2017 a fevereiro de 2018



b) A distribuição das respostas por Circunscrição apresentou-se conforme a tabela a seguir.

Informação sobre Implantação do PMASE																	
Circunscrição	Capital	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	Fernando de Noronha	Total
Municípios	1	16	7	13	14	22	18	11	13	8	13	19	10	3	16	1	185
Respostas	1	15	3	5	13	20	15	10	13	8	10	11	10	3	9	0	146

c) Com relação ao total de 146 (cento e quarenta e seis) municípios que informaram a situação atual, cerca de 137 (cento e trinta e sete) responderam positivamente quanto à existência do plano, sendo que desse número, 41 (quarenta e um) estão com o plano em execução, e 96 (noventa e seis) estão construindo o PMASE.

d) Entre os 42 (quarenta e dois) municípios que, inicialmente, informaram a não implementação do plano, houve abertura de procedimento extrajudicial no acompanhamento da temática pelo MPPE em 30 (trinta) casos, restando apenas 07 (casos) em que a negativa não resultou em intervenção.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

e) Cerca de 22,7% dos municípios do estado não encaminharam até o momento manifestação quanto à existência ou não do PMASE.

Foram baixadas 13 Portarias, sendo 01 Procedimento Preliminar de Investigação (PJ Belo Jardim) e 12 Procedimentos Administrativos para acompanhamento (PJs Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Camocim de São Félix, Cachoeirinha, Correntes, Cupira, Panelas, Rio Formoso, Toritama e Tupanatinga). Um Termo de Ajustamento de Conduta (PJ Lagoa do Ouro) foi celebrado e 17 Recomendações foram expedidas (PJs Aliança, Agrestina, Bezerros, Escada, Ibirajuba, Inajá, Jucati, Jupi, Pedra, Macaparana, Manari, Mirandiba, Nazaré da Mata, São José do Belmonte, Sertânia, Solidão e Tabira). Houve ainda a instauração de 20 Inquéritos Cíveis (PJs Calçado, Gravatá, Iati, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Jaqueira, Jurema, Lagoa do Ouro, Manari, Maraial, Olinda, Palmares, Poção, Quipapá, São Benedito do Sul, São Bento do Una, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré).

Destaque-se que um total de 12 (doze) PMASE foram enviados para conhecimento e/ou análise por parte desse CAOP Infância e Juventude.

Projeto Comissão de Diretos à Convivência Familiar



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

II Encontro Regional

Acolhimento Institucional

Os Encontros Regionais sobre Acolhimento Institucional fazem parte das ações referentes à necessidade de qualificação dos serviços e tem por objetivo à sensibilização e troca de informações quanto ao acolhimento de crianças e adolescentes nos municípios participantes, contribuir para o aprimoramento do serviço e do fluxo de acolhimento institucional com discussão sobre o Plano de Atendimento Individual e Familiar (PIA) e Guia de Acolhimento Institucional,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

além de favorecer a articulação de toda a rede de atendimento à infância e juventude dos municípios.

Esses encontros atendiam objetivos do projeto do CAOPIJ nº 002/2015: “Instituições de Acolhimento: caminhos para a qualificação e municipalização do atendimento” (iniciado no ano de 2015), cujas ações foram ampliadas em 2016. Tiveram como público-alvo/participantes: Promotores de Justiça, servidores do Ministério Público, Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente, dirigentes e equipes técnicas de instituições de acolhimento, Secretarias de Assistência Social dos Municípios, dentre outros.



Município sede do evento	Ação / Municípios contemplados com o evento	Período
Caruaru	Planejamento e Divulgação do II Encontro de Acolhimento Institucional	Agosto/2015
Caruaru	Realização do evento / Caruaru, Gravatá, Bezerros, Santa Cruz do Capibaribe, São Joaquim do Monte e Vitória de Santo Antão	Outubro/2015
São Lourenço da Mata	Planejamento e Divulgação do III Encontro de Acolhimento Institucional	Janeiro e Fevereiro/2016
São Lourenço da Mata	Realização do evento / Aliança, Buenos Aires, Camaragibe, Carpina, Macaparana, Moreno, Nazaré da Mata, Paudalho, São Lourenço da	Fevereiro/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Mata, Timbaúba, Tracunhaém,	
Arcoverde	Planejamento e Divulgação do IV Encontro de Acolhimento Institucional	Maio e Junho/2016
Arcoverde	Realização do evento / Arcoverde, Buíque, Ibimirim, Pedra, Pesqueira, São Bento do Una, Sertânia, Triunfo, Tupanatinga e Venturosa	Junho/2016
Serra Talhada	Planejamento e Divulgação do V Encontro de Acolhimento Institucional	Julho e Agosto / 2016
Serra Talhada	Realização do evento / Afogados da Ingazeira, Betânia, Brejinho, Calumbi, Carnaubeira da Penha, Cedro, Custódia, Floresta, Itapetim, Mirandiba, Petrolândia, Salgueiro, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, Triunfo, e Verdejante	Agosto/2016
Petrolina	Planejamento e Divulgação do VI Encontro de Acolhimento Institucional	Outubro e Novembro/2016
Petrolina	Realização do evento / Afrânio, Araripina, Bodocó, Cabrobó, Dormentes, Exu, Lagoa Grande, Orocó, Ouricuri, Parnamirim, Petrolina, Santa Cruz, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista e Trindade	Novembro/2016
Palmares	Realização do evento / Água Preta, Xexéu, Belém de Maria, Catende, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Lagoa dos Gatos, Marial, Palmares, Quipapá e São Benedito do Sul	Setembro/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Projeto Transporte Escolar também precisa passar na prova

ENCONTRO REGIONAL SOBRE TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR



Priorizando a agilização das ações previstas nesse projeto, a coordenação do CAOPIJ responsabilizou-se pela realização do cronograma dos seminários regionais previstos para o ano de 2017. A programação contou com palestras da equipe do DETRAN – Domingos Sávio Nunes Serra Júnior e Edson Moura do Nascimento – e do Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, Luiz Guilherme Lapenda. Foram abordados temas como a legislação de trânsito, itens de segurança para circulação dos veículos escolares e a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais pelo Ministério Público, no caso de realização do serviço em situações inapropriadas de segurança.

Desse modo, contando com o apoio da Assessoria de Comunicação do MPPE para elaboração do material de apoio e divulgação dos eventos abaixo listados.

SEMINÁRIO	LOCAL	DATA	PARTICIPANTES
I	Salgueiro	22.03.2017	52
II	Petrolina	23.03.2017	69
III	Surubim	31.03.2017	60
IV	Caruaru	01.06.2017	24
V	Arcoverde	02.06.2017	40
VI	Palmares	12.09.2017	48
VII	Garanhuns	28.09.2017	21



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

Projeto Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes



A procura por garantir para o público infantojuvenil o efetivo e integral exercício de seus direitos fundamentais, inclui preservar o direito à saúde (art. 196, CF, *caput*) e à proteção especial, por meio de “programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins” (art. 227, CF, § 3º, inciso VII). Para ter garantido a inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos, em regime ambulatorial e hospitalar (art. 101, inciso V e VI, ECA), mantendo como diretriz a municipalização no atendimento (art. 88, inciso I, ECA), todos os serviços existentes de atenção a crianças e adolescentes usuários/dependentes de SPA devem integrar a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, acompanhado da promoção de ações preventivas e de reinserção social.

Em que pese o cenário epidemiológico contemporâneo, o qual envolve um crescente consumo de substâncias psicoativas, que vem tomando dimensões preocupantes, ocasionando sérios prejuízos à população, principalmente entre crianças, adolescentes e adultos jovens, verifica-se que, em geral, esse fenômeno está associado a contextos de vulnerabilidade familiar e a recorrente e constatável carência de políticas e programas de atendimento, que priorizem esse público e suas respectivas famílias.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

De igual modo, sabe-se que transtornos mentais não diagnosticados precocemente resultam em agravamento dos sintomas iniciais e cronicidade dos problemas na vida adulta.

Uma intervenção mais efetiva do Ministério Público, legítimo defensor extrajudicial e judicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude (arts. 127 e 129, inciso II, CF, art. 201, inciso V e VIII, e 210, inciso I, ECA), deve priorizar a adequação dos serviços disponíveis, seja no aspecto da prevenção, em termos do retardamento do início do consumo, seja no aspecto do tratamento.

Ao pensar especificamente em políticas públicas que estabeleçam ações voltadas à atenção para o público infantojuvenil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) é a diretriz fundamental, devendo ser respeitado em qualquer projeto de atenção a esse público.



Atendendo ao objetivo estratégico de atuar de forma proativa, efetiva, preventiva e resolutiva, assegurando o respeito aos direitos da criança e do adolescente, em 2016 foi implementado o projeto Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, visando garantir a promoção do direito à saúde de crianças e adolescentes, por meio da articulação intersetorial e ações que visem à detecção precoce dos agravos em saúde



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

mental, prevenção do abuso de drogas e a garantia do serviço de atendimento especializado aos usuários/dependentes.

Ao longo de dois anos (2016-2017) esse projeto procurou realizar, de igual modo, o mapeamento da rede de atenção básica em saúde mental, atenção psicossocial especializada, atenção em urgência e emergência, atenção residencial de caráter transitório, atenção hospitalar especializada e outros componentes da rede de atenção, disponíveis no território; o levantamento de dados sobre situação de atendimento à população de cada circunscrição ministerial, com destaque para as demandas detectadas e não acolhidas pela rede existente; promover o estímulo à capacitação de agentes públicos ao enfrentamento do problema; bem como a divulgação das boas práticas desenvolvidas por membros do MPPE.



Os principais objetivos foram:

a) A promoção do direito à saúde de crianças e adolescentes, por meio da articulação intersetorial e ações que visem à detecção precoce dos agravos em saúde mental, a prevenção do abuso de drogas e a garantia do serviço de atendimento especializado aos usuários/dependentes;

b) O mapeamento da rede de atenção básica em saúde mental, atenção psicossocial especializada, atenção em urgência e emergência, atenção



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

residencial de caráter transitório, atenção hospitalar especializada e outros componentes da rede de atenção, disponíveis no território;

c) O levantamento de dados sobre situação de atendimento à população de cada circunscrição ministerial, com destaque para as demandas detectadas e não acolhidas pela rede existente;

d) O estímulo à capacitação de agentes públicos ao enfrentamento do problema;

e) A divulgação das boas práticas desenvolvidas por membros do MPPE.

Esse projeto foi inscrito no Prêmio Anual do Conselho Nacional do Ministério Público, na categoria Indução de Políticas Públicas, e sua programação passou por algumas alterações ao longo do ano, e contou com palestras do Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, Dr. Luiz Guilherme Lapenda, da Promotora de Justiça do município de Buenos Aires, Dra. Aline Daniela Florência Laranjeira, do analista ministerial em psicologia do CAOPIJ, Gilberto Lucio da Silva e da representante da Gerência de Saúde Mental do Governo do Estado de Pernambuco, Valdiza de Aguiar Soares, da analista ministerial em serviço social, Maria Luiza Duarte Araújo, além da realização da Oficina de Mapeamento da Rede Municipal.

Voltada à *Apresentação do CAOP Infância e Juventude* e à descrição dos objetivos do projeto Criando Espaços na Rede de Atenção, a abertura do evento, realizada pelo coordenador do CAOPIJ, Dr. Luiz Guilherme Lapenda, destacou o *feedback* positivo obtido junto a diferentes parceiros da rede estadual, por membros do MPPE, e por entidades nacionais, a exemplo da Comissão Permanente da Infância e Juventude (COPEIJ/CNMP), observando que esta pode ser considerada uma ação estratégica em defesa dos direitos infantojuvenis. Em seguida, o vídeo sobre as atribuições do CAOP Infância e Juventude complementou as informações com a apresentação de dezenas de imagens colhidas durante as ações do órgão de apoio ministerial entre 1998 e 2016, que incluem inspeções em entidades da rede protetiva e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

socioassistencial, organização e participação em eventos, e produção de material técnico (cartilhas, peças e pesquisas).

Tratando do tema *Ativando a Rede: a experiência de Arcoverde/Ibimirim*, Dra. Aline Laranjeira apresentou os princípios e procedimentos por ela adotados visando o estabelecimento de um fluxo de atendimento das pessoas portadoras de transtornos de saúde mental e com dependência de álcool e outras drogas nos municípios em que atuou. Destacando a precariedade de serviços e a desarticulação encontrada em diferentes contextos do interior do estado de Pernambuco, partiu de uma máxima pragmática: "temos de tecer (a rede) com as linhas que temos" de modo a priorizar a identificação de elementos de baixo custo para a administração municipal, mas que poderiam dinamizar o atendimento feito em serviços públicos de atenção socioassistencial e de saúde.



Elementos como a simples indicação do local e do horário específico em que cada cidadão com transtorno mental ou dependência de álcool e outras drogas poderia ser atendido no Centro de Referência em Assistência Social (CREAS), no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no serviço de Tratamento Fora do domicílio (TFD), constituíram parte do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado com o poder executivo municipal,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

sendo estabelecidos prazos e sanções para o não cumprimento das ações ali previstas.

Com o intuito de melhorar a qualidade das informações, ficou previamente acordada a elaboração de cartazes e panfletos sobre locais e formas de tratamento, horários de saída dos veículos, data e horário de marcação e documentos necessários para acesso ao atendimento. A palestrante ressaltou a eficácia da estratégia adotada, que proporcionou maior dignidade ao cidadão, evitando expô-lo ao constrangimento e à perda ocasionada pela falta de informações necessárias a uma melhor condução de sua demanda.



Em sua exposição, *Normativas para a Estruturação da Rede de Atenção em Saúde Mental Infantojuvenil*, o psicólogo Gilberto Lucio da Silva destacou que, embora o Ministério Público ocupe o lugar da Defesa na engrenagem do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), quando os direitos já foram violados e/ou há a evidente ameaça de violação de direitos individuais ou coletivos, cada vez mais é priorizado o entendimento de que é possível – e desejável – posicionar-se no lugar da promoção, que inclui a análise, o atendimento e a prevenção via articulação em rede, de modo a produzir a cada momento a configuração mais próxima possível do ideal de funcionamento do SGD. Em seguida, fez a apresentação das normas técnicas para a estruturação dos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

pontos de atendimento em saúde mental em seus diversos níveis, que inclui a descrição dos diversos componentes da rede, esclareceu questionamentos sobre a configuração de cada serviço previsto nas portarias do Ministério da Saúde, e realizou a exposição do vídeo *O lugar do CAPSi*, elaborado por ele especialmente para este projeto, a partir da reunião de experiências existentes na implantação da rede de atenção em saúde em outros estados brasileiros, com destaque para o Centro de Referência em Saúde Mental Infantojuvenil (CERSAMI), sediado em Betim – MG, um dos primeiros CAPSi do país, precursor da política nacional de saúde mental infantojuvenil.



A técnica de referência da Gerência de Saúde Mental do Estado de Pernambuco, Valdiza Soares, ao tratar do *Acolhimento da infância e juventude no CAPS*, traçou um breve histórico da ampliação da rede de atenção psicossocial, a partir da década de 1990, e desenvolvimento da legislação brasileira sobre tratamento em saúde mental para a população infantojuvenil, cujo maior incremento se deu a partir do ano de 2001, com as normatizações por meio de portarias do Ministério da Saúde. Descreveu, de igual modo, os princípios do modelo intersetorial, e seus principais desafios para alcançar as ações de prevenção e promoção de saúde, atenção especializada, urgência e emergência e reabilitação social. Destacando a necessidade de permanente gestão do trabalho e recursos humanos, qualificação continuada, planejamento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

e avaliação das políticas, revelou o impacto do baixo financiamento, da precária mobilização e articulação da comunidade, e do controle social insignificante. Apresentou ainda um mapeamento da rede de saúde mental existente em Pernambuco, com ênfase nos Centros de Atenção Psicossocial I, que devem atender a demanda infantojuvenil na ausência de equipamentos específicos.

Com o tema *As interfaces entre o SUAS e a atenção à saúde mental*, a analista em serviço social da PJ de Olinda, Maria Luíza Duarte Araújo refletiu acerca das possibilidades de interação entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com ênfase na proteção disponível à população infantojuvenil. Para tanto, a analista buscou traçar uma breve contextualização do SUAS, suas principais normatizações, níveis de proteção por complexidade, e os princípios da Assistência Social. A apresentação foi finalizada com um olhar sobre as possibilidades do MP na interação com a rede socioassistencial.

No momento *Oficina de Mapeamento da Rede Municipal*, foi solicitado que a plenária se dividisse em grupos por município e registrasse: a) Os equipamentos e serviços de saúde mental existentes na atenção ao público infantojuvenil; b) As fragilidades identificadas em cada comarca na capacidade de atendimento, indicando, quando possível, sugestões que pudessem atenuar ou contribuir para uma maior resolutividade dos serviços. Cada um dos grupos elegeu relatores que, ao final, fizeram a leitura diante da plenária dos elementos identificados pelos participantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ



Destaque-se os resultados alcançados, que obtiveram excelentes índices de avaliação pelos participantes, conforme descritos nos relatórios mensais produzidos, os quais foram efetivamente publicizados no Ciranda de Notícias e enviados para os e-mails dos integrantes de cada encontro.

Evento	Local	Data	Participantes	Municípios alcançados
I	São Lourenço da Mata	30.03.2016	44	6
II	Olinda	29.04.2016	85	7
III	Palmares	01.06.2016	87	11
IV	Salgueiro	10.08.2016	74	16
V	Petrolina	14.09.2016	90	7
VI	Gravatá	28.09.2017	109	10
VII	Caruaru	04.10.2017	65	18
VIII	Garanhuns	27.11.2017	36	23



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Projeto CAOPIJ Online



O protagonismo crescente das redes sociais expressa a vontade/disposição dos gestores públicos de integrar cada vez mais essas ferramentas em suas atribuições. De acordo com RIORDA (2015), a América Latina é a região que maior uso faz das redes sociais, com evidentes disparidades geográficas. Para além de uma nova ferramenta de comunicação, as redes sociais transformaram-se em um estímulo a novas formas de interação entre a população e seus governantes, promovendo o surgimento de novos padrões de governança.

Também o âmbito da Justiça procura se adequar a essa nova modalidade de exercer a autoridade que pode emergir na colaboração com o cidadão comum, coordenando os esforços de diferentes agentes sociais para a construção de uma sociedade melhor e mais justa. Agindo assim, procura dotar seus procedimentos de uma nova dimensão social, capaz de retroalimentar-se em tempo real, a partir do interesse e das ideias que são apresentadas por diferentes grupos sociais, sem a presunção de interpretar a sociedade, necessariamente fragmentada em uma multiplicidade de grupos que aportam expectativas e queixas as mais diversas. Desse modo, é necessário alcançar um novo equilíbrio entre as necessidades da organização – oferta eficiente de serviços e obtenção de resultados –, e as necessidades das pessoas – de escuta, liberdade e autonomia, vez que o protagonismo crescente das redes sociais exige a integração dos gestores públicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Alinhado ao posicionamento do Conselho Nacional do Ministério Público, notadamente ao Comitê de Política de Comunicação, criado pela Portaria CNMP-PRESI nº 058/2010, e atento à Resolução PGJ nº 009/2011, que regulamenta a criação e utilização de blogs e a utilização de redes sociais no âmbito do MPPE, o CAOP Infância e Juventude realizou os preparativos estruturais e operacionais para o lançamento de sua página virtual www.facebook.com/infanciaejuventudemppe, na rede social Facebook, em 27 de julho de 2016.

Com o apoio da Assessoria Ministerial de Comunicação, foram produzidos modelos de páginas, de postagens e de assinaturas para uso nas mensagens e imagens utilizadas, que foram adaptadas pela equipe do CAOPIJ, autorizada a inserir conteúdo e moderar a página, em conjunto ou separadamente

De início, houve a necessidade de elaborar o Termo de Uso, nos moldes das regras de conduta estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público:

“Não serão aceitos comentários:

- a) que violem qualquer norma vigente no Brasil, seja municipal, estadual ou federal;
- b) com conteúdo calunioso, difamatório, injurioso, racista, de incitação à violência ou a qualquer ilegalidade, ou que desrespeite a privacidade alheia;
- c) com conteúdo que possa ser interpretado como de caráter preconceituoso ou discriminatório a pessoa ou grupo de pessoas;
- d) com linguagem grosseira, obscena e/ou pornográfica;
- e) de cunho comercial e/ou pertencentes a correntes ou pirâmides de qualquer espécie;
- f) que caracterizem prática de spam;
- g) com pedidos, denúncias, representações ou reclamações disciplinares referentes à área de atuação do CNMP.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Os principais objetivos do projeto são:

- Planejamento de campanhas permanentes e/ou temporárias pertinentes aos direitos da infância e da juventude, além de peças (postagens), criação de uma linha editorial, atendimento ao público e acompanhamento do movimento da rede.
- Produzir, com apoio da Assessoria Ministerial de Comunicação, postagens, assinaturas, logomarcas e outros elementos visuais adequados à métrica (adequação no uso de imagens e textos) e as ferramentas de difusão das redes sociais.
- Alimentar, com base nos padrões qualitativos de manejo das redes sociais, a página www.facebook.com/infanciaejuventudemppe com material de campanhas institucionais, notícias de sites, divulgação de eventos, além de compartilhar conteúdo de outras instituições.



infanciaejuventudemppe

www.mppe.mp.br

Até o momento, a equipe implementou 07 (sete) campanhas resumidas na tabela a seguir:

Campanha	Período	Perfil	Publicações
Por dentro do CAOPIJ	Julho/2016	Temporário	05
ECA simplificado	Agosto/2016 a janeiro/2017	Temporário	41
Infância Informa	Outubro/2016 a dezembro/2018	Permanente	34
Datas e Eventos	Agosto/2016 a dezembro/2018	Permanente	28
O Lugar do CT	Fevereiro a agosto/2017	Temporário	24
Ser Criança	Janeiro a dezembro/2018	Permanente	11
O tema é...	Setembro a dezembro/2018	Permanente	07
TOTAL	Julho/2016 a dezembro/2018	--	150



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude – CAOPIJ

Cada uma das campanhas tem perfil diferenciado de publicações, podendo ter alcance temporário, restrito a um período específico, previamente programado, ou ser eventual e permanente, tendo como objetivos específicos:

- a) **Por dentro do CAOPIJ** – apresenta as atribuições do CAOPIJ de forma simples e direta para o público interno e para a população em geral (5 produções publicadas);
- b) **ECA Simplificado** – propõe transmitir, de forma simplificada, os direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, para toda a população (41 produções publicadas);



- c) **Infância Informa** – Apresenta temas relevantes no âmbito da área infantojuvenil, procurando abordar de forma simples conceitos do Sistema de Garantia de Direitos, da intervenção jurídica, e do campo da saúde mental, educação e assistência social, voltadas para o público infantojuvenil (34 produções publicadas);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ



- d) **Datas e eventos** – Informa sobre datas comemorativas da infância e da juventude e divulga eventos do MPPE e outros órgãos que atuam na área, a exemplo dos demais Ministérios Públicos estaduais e federal, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Ministério da Justiça e Cidadania, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ), da Rede Nacional Primeira Infância, do Instituto Brasileiro do Direito de Família (IBDFAM), do UNICEF Brasil, do Observatório da Criança e do Adolescente/Fundação Abrinq, entre outros (28 produções publicadas);
- e) **O Lugar do Conselho Tutelar** – Tem por objetivo difundir as atribuições e as competências do Conselho Tutelar, enquanto órgão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme preceitua o art. 131, do ECA (24 produções publicadas);

- f) **Ser Criança** – campanha idealizada tendo como meta difundir concepções e/ou reflexões acerca do contexto sociocultural ao qual ela pertence quanto sobre a própria criança, compreendendo-a não somente um produto da cultura, mas enquanto criadora de culturas; um ser que, em sua alteridade em relação ao mundo adulto, apresenta um jeito particular e especial de interagir com o mundo, conforme se manifesta, por exemplo, na brincadeira, na qual a criança revela sua capacidade de ampliar, transformar e ressignificar a realidade em que vive (11 produções publicadas);
- g) **O tema é...** - campanha voltada à difusão de informações sobre temas importantes no âmbito da infância e da juventude na contemporaneidade (10 produções publicadas).



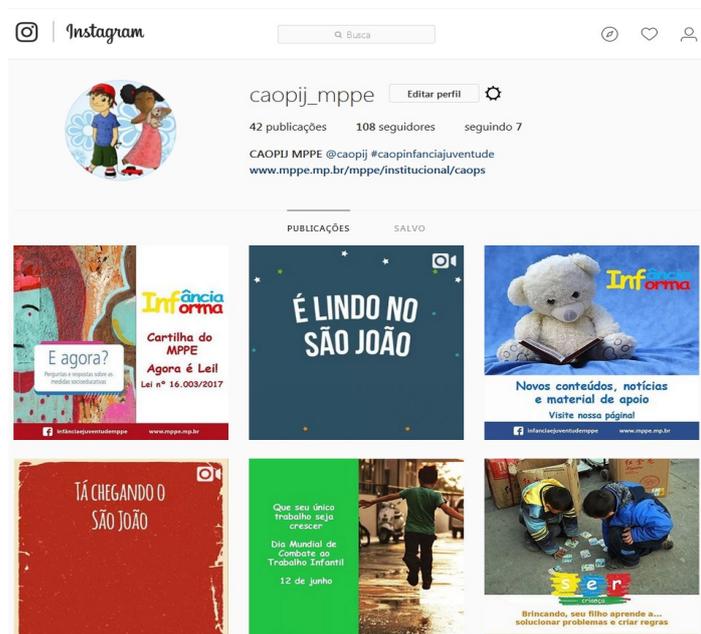


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Destaque-se, de igual modo, a valorosa contribuição da Assessoria de Comunicação do MPPE, que publicou, ao longo do mês de outubro de 2017, 30 artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) referentes aos direitos básicos infantojuvenis, implementando a campanha “Toda Criança tem Direito à...”.

Além de Promotores de Justiça e servidores do MPPE, o público-alvo do projeto inclui profissionais do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), Juízes, Defensores Públicos, Conselheiros Tutelares, servidores das Varas de Justiça, equipes interprofissionais das unidades de Acolhimento Institucional e Socioeducativas, servidores das secretarias municipais e estadual de Infância e Juventude, Educação, Saúde e Assistência Social, e Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de proporcionar informações de caráter técnico e educativo, ampliando o acesso da sociedade à justiça.

Em 29 de janeiro de 2018, foi iniciado o uso da rede social Instagram, voltada ao compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como o Facebook. Até o momento, 76 publicações foram realizadas.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude – CAOIJ

Após treinamento para utilização do módulo de alimentação do Portal do MPPE, realizado em maio de 2018, foi promovida a atualização da página do CAOP Infância e Juventude com notícias, artigos, modelos de peças, projetos e outros arquivos referentes à temática.

The screenshot displays the website interface for the CAOP (Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude). At the top, there is a navigation bar with the MPPE logo and menu items: Início, Institucional, Cidadão, Comunicação, Sou do MPPE, and Fale conosco. A search bar is also present. Below the navigation bar, the main content area features a large banner for 'Institucional // CAOPs'. A secondary navigation bar includes links for 'Conheça o CAOP', 'Ciranda de Notícias', 'Entidades', 'Material de Apoio', and 'Projetos'. The main content area is divided into several sections:

- MPPE recomenda ajuste no expediente no Conselho Tutelar em Vitória de Santo Antão**: A news article dated 19/06/2018 regarding the adjustment of the operating hours of the Council of Tutelars in Vitória de Santo Antão.
- MPPE trabalha no combate à violação dos direitos da criança e do adolescente no bairro do Iburá**: A news article dated 13/06/2018 about the MPPE's efforts to combat the violation of children's and adolescents' rights in the Iburá neighborhood.
- População de Ibirajura é convocada para debater violência sexual contra crianças e adolescentes**: A news article dated 12/06/2018 about a public hearing in Ibirajura to discuss sexual violence against children and adolescents.

On the right side, there is a sidebar titled 'Destaques CAOP Defesa da Infância e Juventude' which highlights key news items. At the bottom right, there is a link to 'Diário Oficial Eletrônico'.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

Projeto Conselho é Bom e Eu Gosto: Priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares em Pernambuco



Durante a realização de eventos promovidos e organizados pelo CAOIJ Infância e Juventude, em que o Conselho Tutelar se faz presente e é convocado a esclarecer modelos de atuação e fluxos de trabalho, observou-se ser frequente a apresentação de algumas questões: Quais são as características do Conselho Tutelar no que tange à sua criação e composição? Quais são os padrões e os recursos financeiros disponíveis para o seu efetivo funcionamento? Quais são as suas atribuições e competências? Quais os critérios de sua articulação com o Ministério Público e o Judiciário? O que esperar de sua intervenção em situações específicas, que vão desde a atenção nos casos de saúde mental, violência e prática de trabalho infantil, até eventos associados ao direito à Educação e requisição de serviços públicos?

Ao estabelecer que o dever de assegurar à criança e ao adolescente o respeito aos seus direitos e às suas garantias compete ao Estado, à família e à sociedade, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, cria as bases para que a figura do “Conselho Tutelar”, disciplinada pelo art. 131 do ECA, seja caracterizada como sendo “*órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente*”, tornando-se o principal responsável pela parcela de responsabilidade atribuída à sociedade.

Enquanto espaço de proteção, o Conselho Tutelar é composto por cidadãos da comunidade que têm como função executar as decisões da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

política de atendimento e os direitos previstos na Constituição Federal (art. 227), seja requisitando serviços seja acionando a Justiça para garantir esses direitos. Desse modo, foi com a criação dos Conselhos Tutelares que se abriu à sociedade a possibilidade de gerenciar os legítimos interesses de suas crianças e seus adolescentes, apartando uma visão que os mantinha enquanto assunto de segurança ou de justiça social.

Tendo seu funcionamento pautado pela participação popular, pela representação social e embasado na realidade local, o Conselho Tutelar pode, em princípio, acessar o problema de maneira muito mais célere, evitando práticas burocráticas e a judicialização das ações que visam garantir o atendimento de direitos das crianças e dos adolescentes.

O projeto *Conselho é Bom e eu gosto: Priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares em Pernambuco* visa contribuir para que a ação ministerial possa não apenas fiscalizar, mas, de igual modo, incentivar e garantir a definição de princípios, critérios legais e operacionais nas intervenções dos Conselhos Tutelares, de modo a qualificar suas decisões, padronizando-as, contribuindo para aperfeiçoar seu papel social e a execução de suas medidas.

O intercâmbio permanente do Ministério Público, por meio da realização de encontros temáticos regionais, pode resultar em valorosa estratégia de aperfeiçoamento, permitindo a troca de experiências e conhecimentos, posto que a aproximação do Promotor de Justiça com o Conselho Tutelar nos Municípios que integram a sua Comarca pode trazer um impacto determinante na busca de uma maior proximidade de toda a sociedade.

Voltados a Promotores de Justiça, Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente e equipes interprofissionais da rede de atenção, esses encontros visam alcançar o objetivo mais amplo, contido no projeto em tela, qual seja: Incentivar e garantir a definição de princípios, critérios legais e operacionais nas intervenções dos Conselhos Tutelares do Estado de Pernambuco.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Compõem esse projeto, as seguintes ações:

- Articulação intersetorial para a realização de diagnóstico atualizado da demanda e da oferta de Conselhos Tutelares em todos os municípios do Estado de Pernambuco;
- Realização de reuniões com os Promotores de Justiça que aderirem ao projeto para assessoramento das ações de criação, manutenção, funcionamento e aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares;
- Promoção de encontros, em cada Circunscrição Ministerial, com os interlocutores responsáveis pela política municipal para a criança e o adolescente (Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude, Secretaria Municipal de Serviço Social do Município, Ministério Público de Pernambuco e abrigos da rede municipal), para promover a adequação da estrutura e funcionamento dos Conselhos Tutelares locais;
- Elaboração e divulgação da cartilha “Conselho é bom e eu gosto: priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares”, contendo material compilado com a síntese da legislação quanto à estruturação, características de funcionamento, competências e critérios de integração operacional do Conselho Tutelar com o Promotor de Justiça, além de estratégias e modelos de peças (Portaria de IC/PP, ofícios requisitórios, termo de audiência, Recomendação, TAC, ACP) para auxiliar os Promotores de Justiça na identificação da demanda e na indução da política de descentralização político-administrativa (art. 88, ECA), para a criação, instalação e manutenção do Conselho Tutelar (art. 134, ECA).





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Com o total de 164 (cento e sessenta e quatro) participantes da rede de garantia de direitos, o público alcançado nos quatro primeiros eventos ficou assim distribuído:

Evento	Local	Data	Participantes	Municípios Alcançados
I	Caruaru	20.03.2018	46	18
II	Garanhuns	21.03.2018	54	22
III	Arcoverde	22.03.2018	42	14
IV	Fernando de Noronha	24.05.2018	22	01

A avaliação dos eventos já realizados encontra-se disponível na página do CAOP Infância e Juventude, e pode ser acessada em: <https://bit.ly/2TQGYNV>

Projeto A Casa é Sua: Implementando programas de Acolhimento Familiar

A última década do século XX, no Brasil, é caracterizada pela organização de um conjunto de ações na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, dentre as quais se encontra o acolhimento familiar, ação que já existia informalmente e passou a se desenvolver em atenção à perspectiva de uma política pública (VALENTE, 2013). Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, o tratamento de direitos humanos e sociais passa a compor a



agenda dos entes públicos, na condição de compromisso universal cuja responsabilidade cabe ao setor público e estatal. Caracterizada como direito do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

cidadão e dever do Estado, a criação e manutenção de serviços de acolhimento familiar enquanto política pública teve, desse modo, sua implementação regulamentada em todo o território nacional.

E, conforme preconizado no art. 34, da Lei 12.010, de 2009, o acolhimento familiar passou a ter preferência em relação ao acolhimento institucional, muito embora se constate que a realidade da efetivação do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil ainda se revela predominantemente vinculada à institucionalização (ROCHA, 2004).

Em Pernambuco, o Programa Família Acolhedora da Prefeitura do Recife, regulamentado em 2009, propunha-se a cadastrar e preparar famílias da comunidade para acolher provisoriamente a criança ou o adolescente afastado temporariamente de sua família de origem, de modo a possibilitar o desenvolvimento de suas potencialidades e a oferta de apoio às suas famílias, favorecendo a reintegração de seus filhos. Em conformidade com a Lei Municipal N.º 17.255/2006, ficou estabelecido o acolhimento temporário de crianças ou adolescentes em ambiente familiar devidamente autorizado por termo de guarda provisória expedido pelo Poder Judiciário (art. 2o.).

Rizzini e cols. (2006), definem essa modalidade de caráter formal de acolhimento familiar como “uma modalidade de atendimento destinado a crianças e adolescentes que, por algum motivo, precisam ser afastados de sua família, em caráter provisório e excepcional, e são inseridos no seio de outra família, que é preparada e acompanhada como parte de uma proposta de política pública.” (p. 59).

Martins (2005) observa que de um ponto de vista sistêmico, o acolhimento familiar é um sistema constituído por três subsistemas básicos – os pais biológicos, a criança e a família de acolhimento, e configura-se como uma resposta social especialmente útil, na perspectiva da reintegração e do apoio à criança e à família. Mais além de garantir a proteção à criança e ao adolescente do risco físico ou psíquico iminente ou recorrente no seu contexto originário, a proposta desse serviço de acolhimento pode prestar os cuidados



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

necessários e facultar uma oportunidade de acesso a modos relacionais eventualmente distintos dos vividos no seio da família biológica. Posto que a família acolhedora desempenha um papel supletivo em relação a família de origem, e isso é feito por um intervalo tempo que deve preceder e é organizado no sentido da reunificação familiar, caracterizando uma modalidade de apoio às famílias que vivenciam circunstâncias desfavoráveis, e estão temporariamente impedidas de desempenhar normalmente as suas funções.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2009), conceitua o Acolhimento Familiar como “serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem.”

Em princípio, compreende-se que esse serviço é particularmente indicado para casos em que haja efetiva possibilidade de retorno à família de origem, nuclear ou extensa. Por essa razão, o interesse da família acolhedora não deve ser o de adotar, mas antes o de ofertar provisoriamente cuidados e proteção, para crianças e adolescentes afastados de sua família de origem, prestando-lhes todo apoio no sentido de preparar seu retorno à família original, extensa ou substituta.

Esse projeto se propõe a realizar mais uma ação para a efetivação da Política de Proteção às Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade, abandono e/ou risco, e parte do princípio da importância da preservação do vínculo familiar, promovendo a articulação intersetorial para efetivação do programa. Tem como meta estabelecer a priorização no atendimento de um perfil específico, a saber: que crianças/adolescentes com



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

indicação de acolhimento e com possibilidade de retornar ao convívio familiar possam ser inseridos temporariamente em uma família acolhedora.

Parte-se do entendimento de que o período que as crianças e adolescentes estão sob responsabilidade da família acolhedora pode permitir a realização de um trabalho com a família de origem no sentido de possibilitar sua reorganização e reassumir seus filhos. Este trabalho pode e deve ser realizado de forma articulada entre os diversos serviços da rede social da família, frente a um planejamento de intervenção comum.

É de se ressaltar que, durante todo o período que a criança/adolescente permanecer com a família acolhedora, sua família de origem poderá visitá-la para a preservação do vínculo familiar.

A ação ministerial pode contribuir para definição de critérios para a inclusão no PAF de crianças e dos adolescentes sob a responsabilidade das Varas da Infância e da Juventude, dos serviços de acolhida para crianças e adolescentes, ou dos Conselhos Tutelares, definindo, inclusive, o quantitativo de crianças e famílias a serem beneficiadas em cada contexto.

Além disso, o acompanhamento pelo Promotor de Justiça da implementação dos programas visa garantir, em princípio, a ampla divulgação, acolhida e avaliação inicial, avaliação documental, seleção, capacitação, cadastramento e acompanhamento das famílias acolhedoras, uma vez que um processo de seleção e capacitação criterioso é essencial para a obtenção de famílias acolhedoras com perfil adequado ao desenvolvimento de suas funções, possibilitando a oferta de um serviço de qualidade aos usuários. Na sequência, pode-se estabelecer a avaliação continuada da eficácia dos procedimentos previstos para a implantação do PAF, bem como a capacitação de todos os profissionais envolvidos na execução do projeto.

As principais metas do projeto são:

- Realizar o diagnóstico da demanda e da oferta para a implementação de programas municipais do PAF, com base nas respostas à consulta realizada com apoio das Circunscrições Ministeriais;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Divulgar o programa Família Acolhedora como uma resposta mais personalizada de atendimento, proporcionando às crianças e aos adolescentes o atendimento de suas necessidades individuais de uma forma mais particularizada, procurando minimizar os prejuízos físicos e emocionais ocasionados pelo afastamento temporário de sua família de origem;
- Oportunizar o debate, em cada Circunscrição Ministerial, com os interlocutores responsáveis pela política municipal para a criança e o adolescente (Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude, Secretaria Municipal de Serviço Social do Município, Ministério Público de Pernambuco e abrigos da rede municipal), quanto à necessidade de criar alternativas à colocação de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

O primeiro passo foi dado, com a elaboração da cartilha *A casa é sua: Implementando programas de Acolhimento Familiar*, voltada aos Promotores de Justiça e gestores contendo princípios e orientações sobre o tema. O material se encontra em fase de editoração para lançamento em 2019.

Projeto CAOPs em Ação: Apresentação dos projetos institucionais da infância juventude e educação



De modo a apresentar os projetos institucionais em curso nos CAOPs Infância, Juventude e Educação, e visando auxiliar os Promotores de Justiça na racionalização de atribuições, otimização do trabalho e eficiência da atividade



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

institucional, mapeando as principais necessidades e demandas das áreas da Infância, Juventude e Educação dos municípios do Estado, foram realizados alguns encontros, que incluíam:

- Apresentação das atribuições e composição técnica dos CAOPs Infância e Juventude e Educação;
- Exposição dos projetos em curso nas unidades auxiliares;
- Mapeamento das principais necessidades e demandas das áreas em tela.

Seminário	Local	Data
I	Caruaru	20.03.2018
II	Arcoverde	22.03.2018
III	Fernando de Noronha	24.05.2018
IV	São Lourenço da Mata	18.10.2018
V	Gravatá	07.11.2018
VI	Palmares	21.11.2018



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

4. Grupo de Trabalho ESCCA



A partir da década de 1990, a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes ganhou maior visibilidade, e se destacou como uma das situações que mais geram comoção na sociedade brasileira. Em face dessa realidade, diversos atores sociais, dentre os quais se destacam movimentos organizados da sociedade civil, setores governamentais e organismos internacionais, promoveram um debate mais aberto sobre o tema, em sintonia com a mobilização mundial em torno do tema.

Para combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescente em todas as suas formas, o Ministério Público de Pernambuco tem procurado se unir aos órgãos da Rede de Proteção e aos cidadãos para fornecer informações sobre esses crimes e orientar sobre como agir se tiver conhecimento de algum caso.

Em meados de 2017 foi criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, cujos órgãos participantes são: MPPE, MPT, ALEPE, PRF, PMPE, Polícia Civil, SDSCJ, CEDCA, CENDHEC – rede de enfrentamento e CREMEPE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

Grupo de Trabalho ESCCA		
Reuniões	Local	Data
I	ALEPE	20.07.2017
II	CAOIJ/MPPE	14.08.2018
III	CAOIJ/MPPE	27.09.2017
IV	CAOIJ/MPPE	30.10.2017
V	CEDCA	16.04.2018



Foi decidido que uma das ações do grupo de trabalho seria a realização de encontros temáticos, com o objetivo de: contribuir para o fortalecimento da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual no estado de Pernambuco e para qualificação de profissionais que atuam na responsabilização de autores de violência sexual; permitir a troca de informações quanto as ações existentes de prevenção ao abuso e exploração sexual nos municípios participantes; e estimular os municípios do estado de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Pernambuco a adotarem práticas qualificadas de prevenção ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Denominado Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual: Todos juntos pela proteção de nossas crianças e adolescentes, o evento teve como principais objetivos:

- a) Contribuir para o fortalecimento da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual no estado de Pernambuco e para qualificação de profissionais que atuam na responsabilização de autores de violência sexual;
- b) Permitir a troca de informações quanto às ações existentes de prevenção ao abuso e exploração sexual nos municípios participantes;
- c) Estimular os municípios do estado de Pernambuco a adotarem práticas qualificadas de prevenção ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Destaque-se a contribuição de Maria Luíza Duarte, Analista Ministerial em Serviço Social, que realizou palestra sobre o tema dos desafios enfrentados na atualidade quanto ao enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Encontros Interinstitucionais Realizados		
Encontro	Local	Data
I	Goiana	06.10.2017
II	Gravatá	26.04.2018
III	Garanhuns	10.07.2018



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

5. Orientações e Notas Técnicas

- Orientação Técnica nº 001/2017 – CAOPIJ, contendo sugestões de combate ao jogo “Baleia Azul”, o qual induz crianças e adolescentes vulneráveis, através da realização de tarefas e “desafios”, à automutilação e ao suicídio;
- Orientação Técnica nº 002/2017 – CAOPIJ, sobre a atuação do Conselho Tutelar, nas festividades Juninas que se aproximam, em bailes e boates particulares, eventos em meio aberto e congêneres.
- Nota Técnica nº 001/2018 – CAOPIJ, acerca da vedação de tratamento vexatório aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade.
- Nota Técnica nº 002/2018 – CAOPIJ, sobre a obrigatoriedade de dedicação exclusiva dos Conselheiros Tutelares;
- Nota Técnica nº 003/2018 – CAOPIJ, que trata sobre quebra de sigilo profissional de psicólogos.
- Nota Técnica nº 004/2018 – CAOPIJ, acerca do Cumprimento do Mandado Judicial no Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes.
- Nota Técnica nº 005/2018 – CAOPIJ, contendo orientações para realização de viagens com crianças e adolescentes.
- Nota Técnica nº 006/2018 – CAOPIJ, sobre o horário de funcionamento do Conselho Tutelar.
- Nota Técnica Conjunta nº 001/2018 – CAOPIJ/CAOP Criminal – que trata da indenização por danos morais nos crimes envolvendo violência sexual contra crianças e adolescentes
- Nota Técnica Conjunta nº 002/2018 – CAOPIJ/CAOP Criminal – sobre a utilização do Depoimento Especial como prova emprestada, visando a evitar a renovação da Oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.



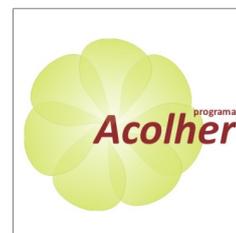
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

6. Comissão Estadual Judiciária de Adoção

Manifestação em 36 (trinta e seis) PIPs, sendo 15 (quinze) em 2017, e 21 (vinte e cinco) em 2018, no Projeto de Prevenção a Institucionalização Prolongada, da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), consistente no contato com os Promotores de Justiça da comarca onde tramita a medida judicial que determinou o acolhimento.

A parceria com a CEJA visa dar uma celeridade aos feitos judiciais, de modo a solucionar, o mais breve possível, a situação jurídica da criança, permitindo o seu ingresso na família substituta (se for o caso), que se encontra devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), ou o retorno à família natural/extensa.

7. Participação no Comitê Gestor do Programa Acolher



O Programa Acolher tem a finalidade de garantir a convivência familiar e comunitária de crianças em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, evitando práticas de abandono, infanticídio e adoção ilegal em Comarcas do estado de Pernambuco. Dentre os objetivos do programa tem-se:

- Aperfeiçoar e uniformizar metodologias de trabalho direcionadas ao atendimento de mulheres com interesse em entregar sua criança para a adoção;
- Fortalecer as ações articuladas entre a Justiça da Infância e Juventude e demais instituições da Rede de Proteção Social;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

- Promover espaços de qualificação e troca de experiências no que tange à questão dos aspectos psico sociojurídicos que perpassam a entrega de crianças à adoção, com a participação de magistrados e servidores da Justiça, além de agentes da Rede de Proteção Social.

Evento	Mês	Ano
1ª Reunião ordinária	Abril	2015
2ª Reunião ordinária	Maio	2015
3ª Reunião ordinária	Julho	2015
4ª Reunião ordinária	Outubro	2015
5ª Reunião ordinária	Dezembro	2015
1ª Reunião ordinária	Fevereiro	2016
2ª Reunião ordinária	Abril	2016
3ª Reunião ordinária	Julho	2016
4ª Reunião ordinária	Dezembro	2016
1ª. Reunião ordinária	Fevereiro	2017
2ª. Reunião ordinária	Dezembro	2017
1ª. Reunião ordinária	Março	2018
2ª. Reunião ordinária	Abril	2018
3ª Reunião ordinária	Junho	2018
4ª Reunião ordinária	Setembro	2018
5ª. Reunião ordinária	Novembro	2018
6ª Reunião ordinária	Dezembro	2018



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

8. Ciranda de Notícias



Boletim Informativo de notícias relevantes sobre infância e juventude, tais como alterações legislativas, novas resoluções, recomendações, notas técnicas, estatísticas, eventos, cursos, dentre outros assuntos afetos à atuação do Ministério Público nesta área:

Número	Conteúdo Veiculado
Ciranda de notícias nº 001/2015	Encaminhamento da estatística do plantão da infância e juventude da região metropolitana do Recife do último trimestre de 2014.
Ciranda de notícias nº 002/2015	Divulgação do II Congresso Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência, promovido pelo PROINFÂNCIA – Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência, que ocorreu nos dias 10 e 12 de abril de 2015 em Brasília.
Ciranda de notícias nº 003/2015	Envio da publicação "Aprendizagem no Sistema Socioeducativo – Manual de Atuação da Coordinfância" do Ministério Público do Trabalho (MPT).
Ciranda de notícias nº 004/2015	Legislação: a Lei nº 13.106, de 17 de março de 2015, alterou a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei no 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais.
Ciranda de notícias nº 005/2015	Encaminhamento da Cartilha sobre Eleições Gerais para Conselheiros Tutelares, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Ciranda de notícias nº 006/2015	Envio da estatística do plantão da infância e juventude da região metropolitana do Recife do primeiro trimestre de 2015.
Ciranda de notícias nº 007/2015	Divulgação do I Seminário Regional do Programa Acolher, que ocorreu no dia 15 de maio de 2015, das 08h00 às 17h00, no Auditório do CEAGRI 1, UFRPE, tendo por objetivo fortalecer os serviços da rede, bem como uniformizar a execução de serviços jurisdicionais de atendimento e assistência a mulheres que expressam o desejo de entregar o filho para adoção.
Ciranda de notícias nº 008/2015	Encaminhamento do Ofício nº 123/2015 e do Ofício Circular nº 004/2015, ambos da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco, os quais têm por objetivo a correção e adequação na alimentação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos, gerido pelo Conselho Nacional de Justiça.
Ciranda de notícias nº 009/2015	Divulgação do II Seminário Regional do Programa Acolher, que ocorreu no dia 29 de maio de 2015, das 08h00 às 17h00, no Auditório da Faculdade Vale do Ipojuca (UNIFAVIP), Caruaru-PE.
Ciranda de notícias nº 010/2015	Ciência do posicionamento do Conselho Nacional de Educação sobre a redução da maioridade penal.
Ciranda de notícias nº 011/2015	Encaminhamento de parecer, elaborado em 2012, pelo Promotor de Justiça de Presidente Prudente, Dr. Daniel Magalhães Albuquerque Silva, em um Mandado de Segurança impetrado contra a Prefeitura local, versando sobre pedido de afastamento de Conselheira Tutelar para se candidatar ao cargo de vereadora.
Ciranda de notícias nº 012/2015	Divulgação do III Seminário Regional do Programa Acolher, que ocorreu em 19 de junho de 2015, das 08h00 às 17h00, no Auditório da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAST).
Ciranda de notícias nº 013/2015	Divulgação do 2º Seminário Regional “Direitos da Criança e do Adolescente e a Promoção da Igualdade Racial”, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2015, das 08h00 às 13h00, no Auditório do Ministério Público Federal, Recife – PE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Ciranda de notícias nº 014/2015	Encaminhamento do “Manual de Atuação do Ministério Público para Implementação de Aprendizagem e Qualificação Profissional para Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e em Situação de Acolhimento Institucional”, do Conselho Nacional do Ministério Público.
Ciranda de notícias nº 015/2015	Envio do “Guia de Orientações – Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros dos Conselhos Tutelares”, da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal.
Ciranda de notícias nº 016/2015	Comunicado acerca dos projetos em curso no CAOPIJ. Informação sobre a reformulação da página eletrônica do Centro de Apoio, além do envio de material de apoio sobre as eleições unificadas para conselheiro tutelar.
Ciranda de notícias nº 017/2015	Encaminhamento de orientação técnica, elaborada por este Centro de Apoio, para intervenção ministerial nos casos que envolvem tratamento para crianças e adolescentes com abuso ou dependência de álcool ou outras drogas.
Ciranda de notícias nº 018/2015	Envio da resposta da Coordenação de Assessoramento Jurídico e Parlamentar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ao questionamento, formulado pela Coordenadora do CAOP de Defesa da Criança e do Adolescente do MPPB, acerca da possibilidade de adiamento da data do processo de escolha dos membros dos Conselho Tutelares.
Ciranda de notícias nº 019/2015	Encaminhamento de quatro dicas importantes referentes ao processo de escolha unificado dos conselho tutelares, que ocorreu no dia 04 de outubro de 2015.
Ciranda de notícias nº 020/2015	Envio do Ofício nº 146/2015, do Gabinete do Procurador-Geral para o Comandante Geral da Polícia Militar, solicitando reforços para as eleições unificadas para conselheiros tutelares, bem como a informação de que cada Circunscrição Ministerial deverá encaminhar a listagem dos locais de votação para as Organizações Militares Estaduais (OMEs) de cada município visando garantir a segurança durante o referido processo eleitoral.
Ciranda de notícias nº 021/2015	Encaminhamento de onze dicas importantes referentes ao processo de escolha unificado dos Conselhos Tutelares, que ocorreu no dia 04 de outubro de 2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Ciranda de notícias nº 022/2015	Informação de que o CAOPIJ incluiu, na sua página da internet, material de apoio para as eleições unificadas para conselho tutelar.
Ciranda de notícias nº 023/2015	Envio de pesquisa realizada pela Universidade Católica de Pernambuco sobre as adolescentes em medida de internação no Brasil.
Ciranda de notícias nº 024/2015	Envio do Termo de Ajustamento de Conduta, elaborado pela Promotoria de Justiça de Feira Nova, a respeito dos festejos carnavalescos de 2016.
Ciranda de notícias nº 025/2015	Encaminhamento da Recomendação Conjunta nº 01/2015 da 22ª, 28ª e 29ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, sobre a obrigatoriedade de afixar cartazes nas escolas das redes pública e privada do Estado de Pernambuco, informando sobre a garantia de matrícula de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, ou qualquer outro tipo de deficiência.
Ciranda de notícias nº 026/2015	Ciência do Ofício nº 920/2015 da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado de Pernambuco, que enviou o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco – 2015-2024.
Ciranda de notícias nº 001/2016	Informação sobre a implantação do serviço de emissão de CPF para recém-nascidos diretamente nas certidões de nascimento, pelos Cartórios de Registro Civil do Estado do Pernambuco e a Receita Federal.
Ciranda de notícias nº 002/2016	Envio da Cartilha Educativa Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborada pelo Centro de Apoio da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Estado da Bahia em parceria com o Instituto Direito e Cidadania, Fundação Odebrecht e Conselho Regional de Contabilidade
Ciranda de notícias nº 003/2016	Encaminhamento da Resolução nº 137 do CNMP, que altera a Resolução nº 67, de 16 de março de 2011 e dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Ciranda de notícias nº 004/2016	Ciência da Lei nº 13.257/2016, de 08 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.
Ciranda de notícias nº 005/2016	Envio do Ofício Conjunto nº 001/2016 da CIJ/TJPE e CAOPIJ/MPPE, contendo orientações sobre o Provimento nº 008/2015 do Conselho Superior da Magistratura com relação à entrega de guarda provisória da criança para pretendente inscrito no Cadastro Nacional de Adoção.
Ciranda de notícias nº 006/2016	Divulgação do III Congresso Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência, promovido pelo PROINFÂNCIA - Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência com o apoio da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT), nos dias 29, 30 de abril e 1º de maio de 2016, na sede da FESMPDFT, SCRS Quadra 502, Bloco A, Loja 55. Asa Sul, Brasília.
Ciranda de notícias nº 007/2016	Encaminhamento do Ofício Circular nº 003/2016 da CIJ/CNMP, o qual informa que a Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público agora dispõe de Tecnologia Business Intelligence – BI para análise detida e geração de conhecimento, a partir dos dados dos relatórios das Unidades de Internação e Semiliberdade elaborados pelos Promotores de Justiça, referentes à Resolução nº 67 /2011, bem como dos dados colhidos dos relatórios das Unidades de Acolhimento Familiar e Institucional, referentes à Resolução nº 71/2011.
Ciranda de notícias nº 008/2016	Ciência da Lei nº 15.771, de 06 de abril de 2016, que estabelece o envio de informações referentes à criança e ao adolescente para o Poder Judiciário, e dá outras providências.
Ciranda de notícias nº 009/2016	Divulgação do artigo "Breves ponderações sobre a proposta de extensão da "audiência de custódia" para adolescentes acusados da prática de ato infracional", escrito pelo Procurador de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado do Paraná, Dr. Murillo José Digiácomo,
Ciranda de notícias nº 010/2016	Envio do Provimento nº 002/2016 do Conselho da Magistratura de Pernambuco, que altera o Provimento nº 03/2011, de 26 de maio de 2011 do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Pernambuco, para adequá-lo ao art. 40 da Lei nº 12594/2012, que reza ser atribuição do Poder Executivo a distribuição no encaminhamento dos adolescentes para as unidades de internação, semiliberdade e internações provisórias.
Ciranda de notícias nº 011/2016	Encaminhamento do Ofício nº 73/2016, da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco, convidando todos os Promotores de Justiça de Pernambuco com atuação na área da infância e juventude para participar do evento comemorativo dos 10 anos da Coordenadoria da Infância e Juventude, que será realizado no dia 13/05/2016, no Auditório do Fórum Rodolfo Aureliano.
Ciranda de notícias nº 012/2016	Envio do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes , realizado na sede das Promotorias de Justiça de São Lourenço da Mata, em 30 de março do corrente ano.
Ciranda de notícias nº 013/2016	Encaminhamento do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, realizado na sede das Promotorias de Justiça de Olinda, em 27 de abril do corrente ano.
Ciranda de notícias nº 014/2016	Divulgação da cartilha Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento , do Ministério Público do Distrito Federal e territórios.
Ciranda de notícias nº 015/2016	Ciência da LEI Nº 13.278, de 2 de maio de 2016, que altera o § 6o do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.
Ciranda de notícias nº 016/2016	Divulgação dos últimos informativos do STJ a respeito de assuntos relacionados à infância e Juventude.
Ciranda de notícias nº 017/2016	Divulgação dos enunciados da infância e juventude do TJPE, publicados no Diário Oficial do Estado em 19.05.16.
Ciranda de notícias nº 018/2016	Encaminhamento do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, realizado em Palmares, em 01 de junho do corrente ano.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Ciranda de notícias nº 019/2016	Encaminhamento das Notas Técnicas nº 01/2016 e 02/2016 da Comissão Permanente da Infância e Juventude do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça.
Ciranda de notícias nº 020/2016	Encaminhamento do relatório de atividades desenvolvidas no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude – CAOPIJ – durante o primeiro semestre de 2016.
Ciranda de notícias nº 021/2016	Ciência da LEI Nº 13.306, DE 4 DE JULHO DE 2016, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.
Ciranda de notícias nº 022/2016	Divulgação do Manual de Negociação e Mediação para Membros do Ministério Público do Conselho Nacional do Ministério Público.
Ciranda de notícias nº 023/2016	Encaminhamento do Relatório Temático: Uma Análise sobre as Unidades de Atendimento Socioeducativo de Medidas de Internação e de Internação Provisória, elaborado pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado de Pernambuco.
Ciranda de notícias nº 024/2016	Ciência do Provimento nº 002/2016 do Conselho da Magistratura de Pernambuco, de 07 de julho de 2016, publicado na edição nº 123/2016 do Diário Oficial, de 11 de julho do corrente ano, que altera o Provimento nº 03/2011, de 26 de maio de 2011 do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para adequá-lo ao art. 40 da Lei nº 12594/2012, que reza ser atribuição do Poder Executivo a distribuição no encaminhamento dos adolescentes para as unidades de internação, semiliberdade e internações provisórias.
Ciranda de notícias nº 025/2016	Divulgação dos relatórios dos Encontros Regionais sobre Acolhimento Institucional promovido por este Centro de Apoio.
Ciranda de notícias nº 026/2016	Divulgação da cartilha E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas , que tem por objetivo passar informações à população de forma direta e clara, a fim de que os adolescentes envolvidos em medidas protetivas ou socioeducativas possam compreender o processo e exercer seus direitos.
Ciranda de notícias nº 027/2016	Encaminhamento do expediente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público divulgando suas atividades e solicitando contribuição dos membros



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	da instituição.
Ciranda de notícias nº 028/2016	Encaminhamento do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, realizado em Salgueiro, em 10 de agosto do corrente ano.
Ciranda de notícias nº 029/2016	Ciência do relatório de monitoramento dos conselhos tutelares de Pernambuco, referente ao primeiro semestre de 2016, elaborado pela Gerência de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e Municipais de Direitos – GFC, da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude.
Ciranda de notícias nº 030/2016	Divulgação do lançamento da página virtual do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa de Infância e Juventude no Facebook. O objetivo da página é divulgar atividades e se aproximar da população, tornando-se mais um instrumento a ser utilizado na proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.
Ciranda de notícias nº 031/2016	Reenvio da cartilha virtual Criança e Adolescente na Internet – como proceder diante da notícia de violações aos direitos humanos na rede.
Ciranda de notícias nº 032/2016	Ciência da RECOMENDAÇÃO CONJUNTA – PGJ/CGMP nº001/2016, a qual define que cabem, exclusivamente, aos Conselhos Tutelares a atuação nos expedientes relacionados ao “Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Disque 100” ou do serviço “Disque Denúncia” visando à aplicação da medida protetiva pertinente.
Ciranda de notícias nº 033/2016	Encaminhamento do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, realizado em Petrolina, em 14 de setembro do corrente ano.
Ciranda de notícias nº 034/2016	Divulgação do Ofício nº 228/2016, da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Belo Horizonte, encaminhando a Carta de Minas Gerais, documento elaborado por vários parceiros envolvidos no enfrentamento à violência sexual no Estado de Minas Gerais e que pleiteia a ampliação do atendimento às pessoas em situação de violência sexual, além de defender a aplicação da Lei nº 13.239/15, que dispõe sobre a cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher no âmbito do SUS, para todas as vítimas de violência sexual, independente do gênero.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Ciranda de notícias nº 035/2016	Divulgação de duas cartilhas elaboradas pelo Ministério Público de Minas Gerais: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Perguntas e respostas e Conselho Tutelar – Perguntas e respostas.
Ciranda de notícias nº 036/2016	Encaminhamento da publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: "Pacto para Construção do Fluxo para o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes", fruto de uma construção coletiva entre diversos órgãos e instituições.
Ciranda de notícias nº 037/2016	Divulgação do seminário "Experiências paranaenses de escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes", promovido pelo Ministério Público do Estado do Paraná, no dia 21 de novembro de 2016. O objetivo principal do referido evento consiste no aprofundamento da reflexão sobre a necessidade da coleta diferenciada da prova criminal, na perspectiva do cuidado e do respeito devidos às crianças e aos adolescentes.
Ciranda de notícias nº 038/2016	Comunicado acerca do "pré-projeto" Arq 2016/2204976 que está em fase de coleta de dados das circunscrições para que seja iniciada a sua execução, com a apresentação de metas e estratégias para ampliação da educação infantil em creches e pré-escolas – CMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL. O CAOPIJ compilou diversos dados e elaborou um guia básico (com materiais úteis para a implementação do serviço público de educação infantil em CMEI).
Ciranda de notícias nº 039/2016	Encaminhamento da nota técnica da Secretaria Estadual de Saúde sobre a Internação Compulsória para Adolescentes.
Ciranda de notícias nº 001/2017	Encaminhamento da Recomendação nº 43, de 13 de setembro de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre a necessidade de conferir maior celeridade e efetividade nas investigações, denúncias e acompanhamento das ações penais pela prática dos crimes de abuso e exploração sexual, tortura, maus tratos e tráfico de crianças e adolescentes.
Ciranda de notícias nº 002/2017	Divulgação das "cartilhas", oriundas de projetos em curso no CAOPIJ, a saber: 1. Cidadania enfrentando a violência: Fortalecimento do sistema municipal de atendimento socioeducativo em meio aberto, que tem por objetivo auxiliar na implantação dos planos Municipais de Atendimento socioeducativo, bem como a expansão e qualificação dos serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	<p>2. Guia de orientação aos Promotores de Justiça Atuação no direito ao transporte público escolar, que tem por objetivo subsidiar os Promotores de Justiça na análise da qualidade do serviço prestado, atentando-se, entre outros aspectos, para segurança, qualificação dos agentes envolvidos, o controle social e a acessibilidade aos usuários do referido serviço;</p> <p>3. Acolher: orientações sobre acolhimento institucional e familiar, que por objetivo contribuir para a atuação dos Promotores de Justiça no que se refere às medidas de proteção que buscam garantir às crianças e aos adolescentes o direito de crescerem e se desenvolverem em um ambiente familiar salutar, com suporte afetivo, material e social necessários à sua formação.</p>
Ciranda de notícias nº 003/2017	Encaminhamento dos Enunciados elaborados pelos membros do Ministério Público brasileiro e integrantes do PROINFÂNCIA, durante 1º Seminário Nacional - "O Ministério Público e o Ato Infracional", que ocorreu nos dias 25 a 27 de outubro de 2016 na cidade de São Paulo.
Ciranda de notícias nº 004/2017	Encaminhamento do ofício circular nº 04/2017, proveniente da Gerência de Atenção à Saúde Mental, informando sobre a lista dos equipamentos existentes e que podem ser articulados para o processo de cuidado de crianças e adolescentes (Anexo A), conforme preconiza a Portaria GM nº 3.088/11, sobretudo, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS os quais devem acolher, avaliar e definir encaminhamentos para atenção deste segmento populacional, como também a lista de contatos dos Gerentes das Gerências Regionais de Saúde (GERES) para apoio no contato com os municípios de suas respectivas GERES, diante dificuldades (Anexo B).
Ciranda de notícias nº 005/2017	Comunicado aos membros do Ministério Público, notadamente aos que atuam na área da infância e da juventude, que, na página do CAOPIJ, consta listagem das instituições acolhedoras de todo o Estado de Pernambuco, bem como das unidades de internação e semiliberdade, estando a equipe do CAOPIJ à disposição para quaisquer esclarecimentos/agendamentos, informando, desde já, que as demandas que chegarem obedecerão a ordem cronológica de entrada e o cronograma da respectiva circunscrição.
Ciranda de notícias nº 006/2017	Encaminhamento da Nota Técnica elaborada pela COPEIJ sobre o horário de funcionamento dos Conselhos Tutelares.
Ciranda de notícias nº 007/2017	Envio da ação civil pública ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra a UNIÃO FEDERAL, em que objetiva seja declarada a nulidade dos artigos 12 e 13 da Resolução CONANDA nº



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	137/2010 e, conseqüentemente, seja declarada a nulidade de todos os atos que permitiram a captação direta por particulares de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente ou que permitiram ao doador determinar a destinação daqueles recursos.
Ciranda de notícias nº 008/2017	Divulgação do Parecer Técnico nº 002/2017, elaborado pelo Analista Ministerial em Psicologia Gilberto Lucio da Silva, sobre a base legal e operacional da rede de atenção à saúde mental infantojuvenil.
Ciranda de notícias nº 009/2017	Envio do Relatório sobre o Sistema Socioeducativo do Estado de Pernambuco, elaborado no âmbito da Comissão Permanente dos Direitos das Pessoas em Situação de Privação de Liberdade, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH.
Ciranda de notícias nº 010/2017	Comunicação da abertura das inscrições para o IV Congresso Nacional do PROINFÂNCIA, que ocorrerá de 11 a 13 de maio de 2017, das 08h00 às 18h00, no Rio de Janeiro (Av. Marechal Câmara, nº 370, 9º andar, Rio de Janeiro).
Ciranda de notícias nº 011/2017	Envio da Orientação CAOPIJ Nº 001/2017, contendo sugestões de atuação em face do "jogo" denominado "Baleia Azul"
Ciranda de notícias nº 012/2017	Encaminhamento da Orientação CAOPIJ nº 002/2017, contendo esclarecimentos sobre a atuação do Conselho Tutelar, nas festividades Juninas que se aproximam, em bailes e boates particulares, eventos em meio aberto e congêneres.
Ciranda de notícias nº 013/2017	Envio do relatório das atividades desenvolvidas pelo CAOPIJ no decorrer do primeiro semestre de 2017.
Ciranda de notícias nº 014/2017	Divulgação do relatório das atividades do Projeto 004/2015 – TRANSPORTE ESCOLAR TAMBÉM PRECISA PASSAR NA PROVA.
Ciranda de notícias nº 015/2017	Encaminhamento da Nota Técnica nº 02/2017 da Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ, integrante do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, que trata da divulgação de imagens e vídeos de crianças e adolescentes que se encontram em instituições de acolhimento em condição de adoção.
Ciranda de notícias nº 016/2017	Disponibilização do Relatório de Monitoramento dos Conselhos Tutelares de Pernambuco, enviado a este Centro de Apoio pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Governo do Estado, para consulta no sistema Arquimedes nº 2017/2732324, Doc. nº 8464731.
Ciranda de notícias nº 017/2017	Envio das Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em situação de rua, aprovadas no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e do Conselho Nacional de Assistência Social.
Ciranda de notícias nº 018/2017	Encaminhamento do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, realizado na cidade de Gravatá, em 28.09.17;
Ciranda de notícias nº 019/2017	Envio do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, realizado na sede das Promotorias de Justiça de Caruaru, em 04.10.17;
Ciranda de notícias nº 020/2017	Envio do relatório de atividades do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes, realizado na sede das Promotorias de Justiça de Garanhuns, em 27.11.17
Ciranda de notícias nº 001/2018	Encaminhamento do relatório do monitoramento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco, referente ao ano de 2017.
Ciranda de notícias nº 002/2018	Envio do Guia de Atuação para Promotores de Justiça da Criança e do Adolescente – Garantia do direito à convivência familiar e comunitária do Conselho Nacional do Ministério Público.
Ciranda de notícias nº 003/2018	Encaminhamento da Portaria GAB/PCPE nº 521/2017, que define atribuições para instauração de procedimentos de Polícia Judiciária em ocorrências referentes a crimes ou atos infracionais ocorridos nos Centros de Atendimento Socioeducativo – CASE – e em outras unidades de atendimento socioeducativo da FUNASE.
Ciranda de notícias nº 004/2018	Envio do Guia Prático do Plantão da Infância e Juventude – Ato Infracional , para divulgação junto aos Promotores de Justiça integrantes das respectivas Circunscrições Ministeriais, bem como outras orientações sobre o plantão da infância e juventude.
Ciranda de notícias nº 005/2018	Encaminhamento da Nota Técnica nº 002/2018 – CAOPIJ sobre a obrigatoriedade de dedicação exclusiva dos Conselheiros Tutelares.
Ciranda de notícias nº	Remessa da Nota Técnica nº 001/2018 – CAOPIJ, acerca da vedação de tratamento vexatório aos adolescentes em cumprimento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

006/2018	de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade.
Ciranda de notícias nº 007/2018	Encaminhamento da Recomendação nº 64/2018 do CNMP, que dispõe sobre a atuação do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios na realização de visitas em instituições que atendam pessoas com deficiência em regime de acolhimento e/ou internação de longa permanência.
Ciranda de notícias nº 008/2018	Envio do relatório de atividades do projeto Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares em Pernambuco , que ocorreram nas cidades de Arcoverde, Caruaru e Garanhuns.
Ciranda de notícias nº 009/2018	Remessa de orientações acerca da possibilidade de destinar 3% do Imposto de Renda devido – a pagar ou restituir – ao Fundo da Infância e Juventude (Nacional, Estadual ou Municipal), durante o período de 1º de março a 30 de abril de 2018, prazo final para declaração do mencionado imposto.
Ciranda de notícias nº 010/2018	Divulgação da cartilha Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o aperfeiçoamento dos Conselho Tutelares em Pernambuco , elaborada pela equipe técnica do CAOPIJ.
Ciranda de notícias nº 011/2018	Envio da Nota Técnica nº 003/2018 – CAOPIJ, sobre quebra de sigilo profissional de psicólogos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

9. Fluxo de Denúncias do Disque 100 / SONDHA

A seguir, será apresentada a consolidação dos dados contidos nos Relatórios de Acompanhamento 2015 e 2016, extraídos do Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Atendimento (SONDHA), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, cujos procedimentos recebidos pelo CAOPIJ foram encaminhados para as Promotorias de Justiça competentes.

Total de Denúncias Encaminhadas em Pernambuco		
Município	2015	2016
Abreu e Lima	23	14
Afogados da Ingazeira	10	2
Agrestina	4	2
Água Preta	11	8
Águas Belas	11	6
Alagoinha	1	4
Aliança	8	12
Altinho	7	3
Amaraji	6	5
Angelim	5	1
Araçoiaba	0	11
Araripina	15	23
Arcoverde	31	20
Barreiros	13	7
Belém de Maria	1	1
Belém de São Francisco	13	7
Belo Jardim	9	16
Betânia	2	0
Bezerros	12	10
Bodocó	6	6
Bom Conselho	8	3
Bom Jardim	18	21



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Bonito	19	10
Brejão	0	3
Brejo da Madre de Deus	25	16
Buenos Aires	1	0
Buíque	15	6
Cabo de Santo Agostinho	89	71
Cabrobó	7	8
Cachoeirinha	2	3
Caetés	8	4
Calçado	2	0
Camaragibe	67	45
Camocim de São Félix	5	1
Canhotinho	2	2
Capoeiras	2	3
Carnaíba	3	2
Carpina	12	12
Caruaru	103	88
Casinhas	0	1
Catende	33	27
Chã de Alegria	0	8
Chã Grande	1	3
Condado	10	7
Correntes	2	0
Cortês	0	1
Cumarú	3	1
Cupira	11	7
Custódia	14	2
Dormentes	0	2
Escada	22	18
Exu	7	2
Feira Nova	4	7
Fernando de Noronha	0	3



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Ferreiros	4	1
Flores	6	1
Floresta	6	0
Frei Miguelinho	0	3
Gameleira	12	11
Garanhuns	51	41
Glória de Goitá	31	13
Goiana	24	19
Granito	0	1
Gravatá	23	11
Iati	2	2
Ibimirim	6	2
Ibirajuba	1	0
Igarassu	40	41
Iguaraci	0	3
Itamaracá	9	5
Inajá	3	1
Ingazeira	0	1
Ipojuca	80	64
Itacuruba	0	1
Ipubi	6	1
Itaíba	0	1
Itambé	8	6
Itapetim	2	1
Itapissuma	3	6
Itaquitinga	4	2
Jaboatão dos Guararapes	209	210
Jaqueira	0	14
Jataúba	4	2
Jatobá	0	1
João Alfredo	16	4
Joaquim Nabuco	10	8



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Jupi	1	3
Jurema	1	0
Lagoa do Carro	0	2
Lagoa de Itaenga	12	14
Lagoa do Ouro	3	2
Lagoa dos Gatos	5	3
Lagoa Grande	3	9
Lajedo	4	13
Limoeiro	21	13
Macaparana	8	14
Machados	0	6
Manari	0	3
Maraial	12	2
Mirandiba	1	1
Moreilândia	2	1
Moreno	17	12
Nazaré da Mata	2	4
Olinda	136	114
Orobó	5	7
Ouricuri	22	16
Palmares	56	21
Palmerina	2	0
Panelas	10	8
Paranatama	0	2
Parnamirim	3	3
Passira	11	7
Paudalho	16	16
Paulista	55	53
Pedra	1	3
Pesqueira	16	26
Petrolândia	4	7
Petrolina	41	72



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Poção	2	0
Pombos	35	6
Primavera	7	2
Quipapá	15	11
Recife	713	634
Riacho das Almas	1	6
Ribeirão	12	20
Rio Formoso	23	9
Sairé	3	6
Salgadinho	0	1
Salgueiro	12	7
Saloá	3	1
Sanharó	12	8
Santa Cruz do Capibaribe	22	13
Santa Maria da Boa Vista	15	12
Santa Maria do Cambucá	7	2
Santa Terezinha	0	4
São Bento do Una	11	17
São Caetano	22	9
São João	2	0
São Joaquim do Monte	1	4
São José da Coroa Grande	3	9
São José do Belmonte	4	9
São José do Egito	9	6
São Lourenço da Mata	48	26
São Vicente Ferrer	11	10
Serra Talhada	26	18
Serrita	5	4
Sertânia	27	6
Sirinhaém	8	10
Surubim	12	11
Tabira	0	2



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Tacaimbó	3	2
Tacaratu	3	3
Tamandaré	0	4
Taquaritinga do Norte	11	9
Terezinha	0	1
Terra Nova	0	2
Timbaúba	21	17
Toritama	4	7
Tracunhaém	2	3
Trindade	6	3
Triunfo	5	2
Tupanatinga	0	3
Tuparetama	0	0
Venturosa	5	4
Verdejante	3	1
Vertente do Lério	0	2
Vertentes	14	8
Vicência	13	3
Vitória de Santo Antão	16	25
Xexéu	0	10
Total	2890	2471



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

10. Estatísticas do Plantão Ministerial da Infância e Juventude 2013-2016

Com o objetivo de apoiar a Secretaria do CAOPIJ na revisão e sistematização da compilação já efetivada das Estatísticas do Plantão Ministerial, foi realizado levantamento dos dados constantes nos relatórios do Plantão Ministerial da Infância e Juventude, compreendendo o período de 2013 a 2016.

Esses relatórios são elaborados em atenção à legislação pertinente ao tema, que institui, no âmbito do Ministério Público do Estado de Pernambuco, sistema de plantão durante os sábados, domingos, feriados e quando não houver expediente na instituição, inclusive nos dias de ponto facultativo e recesso forense.

Os seguintes dados colhidos foram agrupados ano a ano e totalizados no intervalo quadrienal:

- Gênero do adolescente
- Idade do adolescente
- Tipo de ato infracional
- Local da ocorrência
- Residência do adolescente

O gênero predominante, em consonância com outras amostras nacionais e regionais, é o masculino, com índices acima de 90% em todos o período.

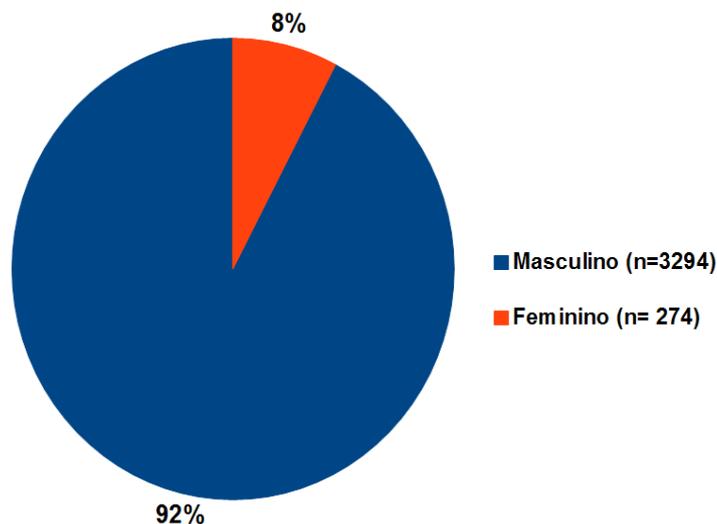


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ



Plantão Ministerial Infância e Juventude

Gênero 2013-2016

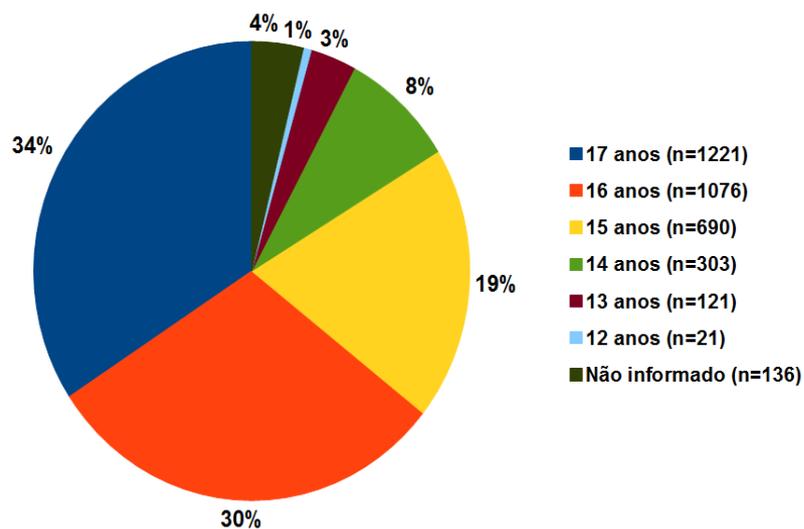


A maioria dos jovens apresenta idade entre 16 e 17 anos incompletos (54%).



Plantão Ministerial Infância e Juventude

Idade 2013-2016



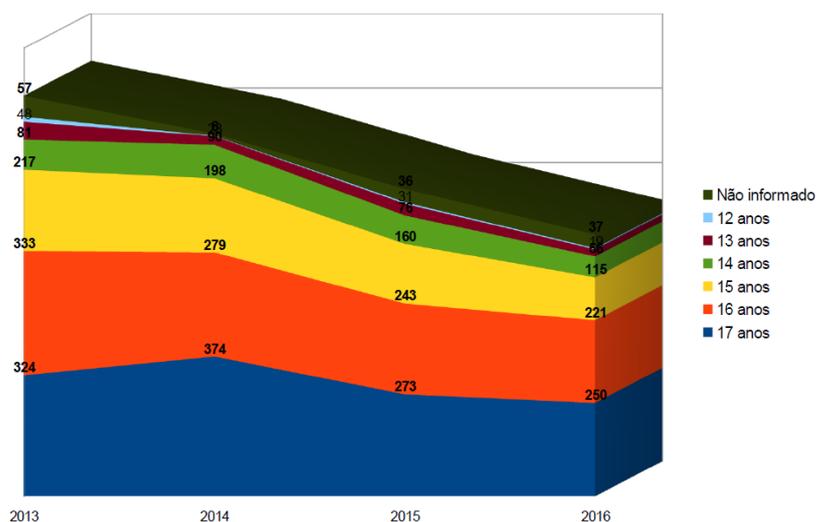


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ



Plantão Ministerial Infância e Juventude

Idade 2013-2016





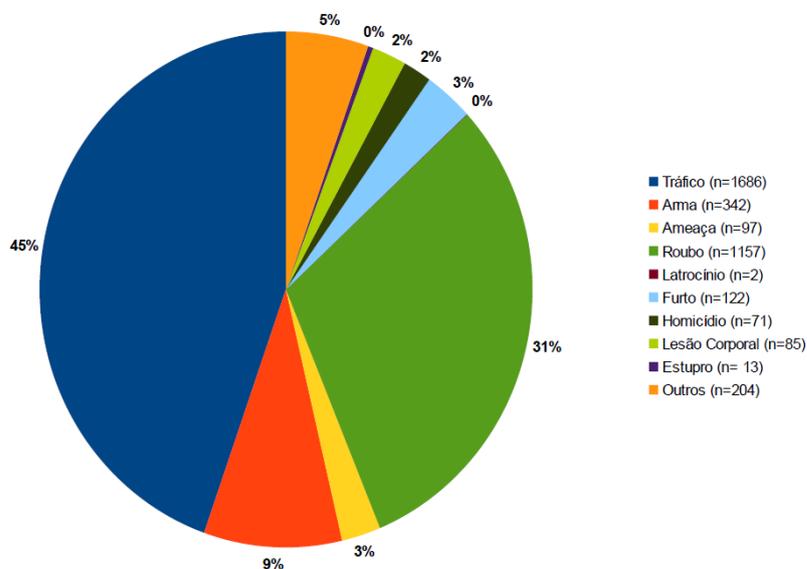
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Os tipos de ato infracional mais comumente identificados são o tráfico de drogas e o roubo, sendo que em 2016, o roubo passou a ocupar o primeiro lugar dentre os atos praticados.



Plantão Ministerial Infância e Juventude

Tipo de Ato Infracional 2013-2016



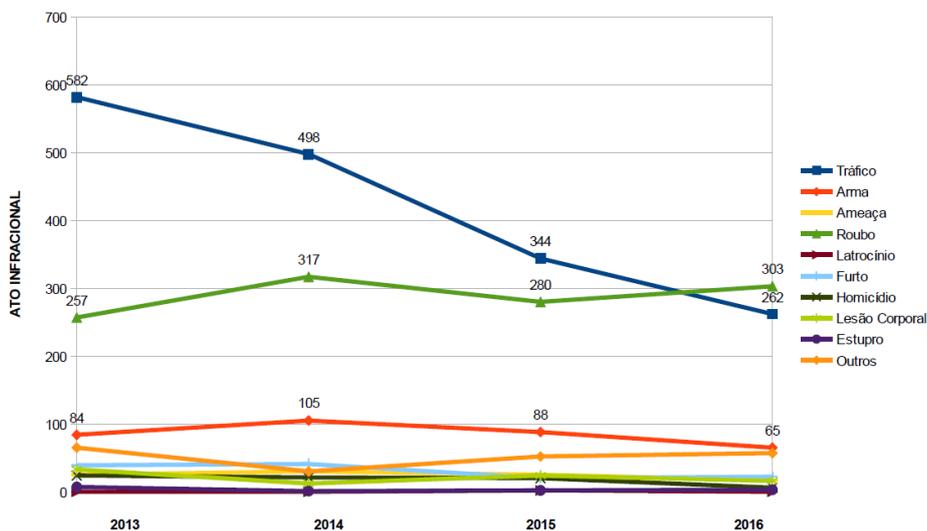


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

Plantão Ministerial Infância e Juventude



Tipo de Ato Infracional 2013-2016

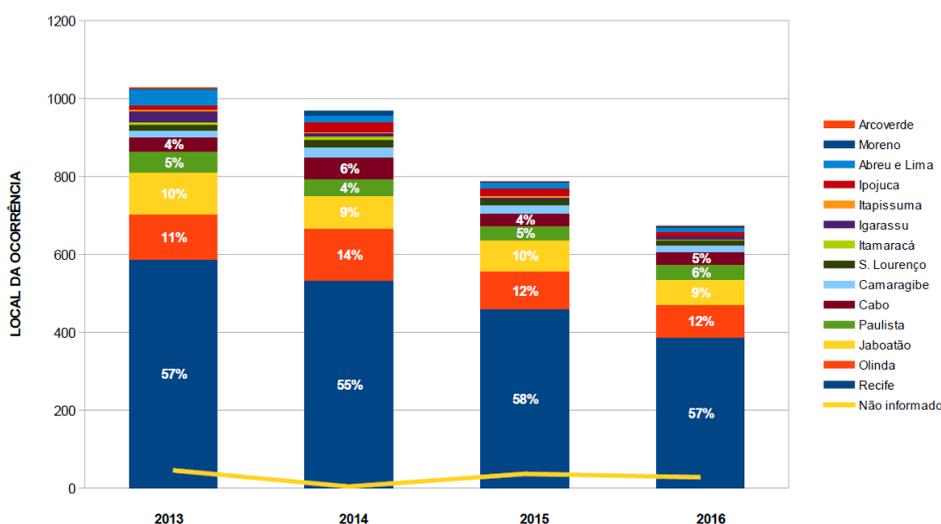


A ocorrência da prática de atos infracionais é mais frequentemente relatada nos municípios de Recife (55 a 58%), Olinda (11 a 14%) e Jaboatão dos Guararapes (9 a 10%).

Plantão Ministerial Infância e Juventude



Local da Ocorrência 2013-2016



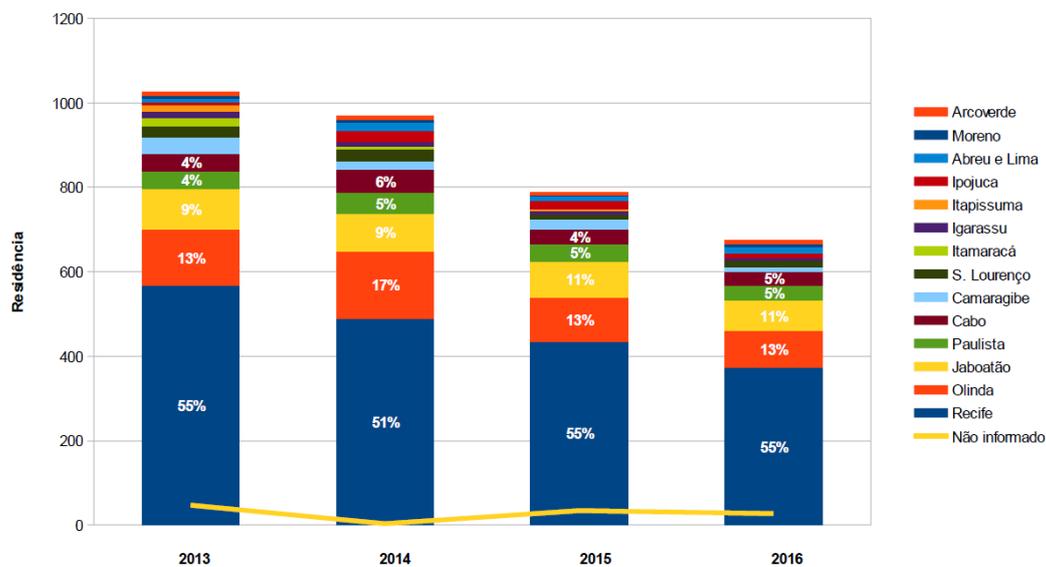


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

Os municípios de origem dos adolescentes apreendidos mais comumente apontados são Recife (51 a 55%), Olinda (13 a 17%) e Jaboatão dos Guararapes (9 a 11%).

 **Plantão Ministerial Infância e Juventude**

Local de residência 2013-2016





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

11. Organização Administrativa

11.1 Atendimento ao público interno e externo

Secretaria do CAOIJ/MPPE				
Atividades	2015	2016	2017	2018
Atendimento ao Cidadão	19	3	12	4
Órgãos e equipes profissionais externos	6	16	14	15
Outros setores do MPPE	33	29	51	37
Coordenação	*	*	38	34
Organização de eventos	1	9	13	12
Reuniões	5	3	8	10

* Não havia anotação da demanda no período.

Discriminação da Agenda de Atendimento da Secretaria			
Data	Solicitante	Questão	Encaminhamento
07.01.15	Demanda espontânea de pessoa física	Senhora e filha passaram constrangimento em uma casa de festa infantil. A menina foi proibida de brincar sozinha nos brinquedos e chamada de autista	Orientação: procurar a Defensoria Pública / Advogado ou diretamente o Juizado Especial para prestar queixa do ocorrido
14.01.15	Demanda espontânea de pessoa física	Solicitou informações sobre o andamento da Denúncia nº 911391 do disque 100, prestada em 12.01.15	Foi informado de que a Denúncia foi encaminhada para PJ de São Lourenço da Mata. Fornecido o contato da Promotoria
14.01.15	Promotora de Justiça de	Dra. Marinalva Almeida solicitou cadastro no	Providenciado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

	Garanhuns	CNA	
19.01.15	Promotora de Justiça	Dra. Aline Laranjeira solicitou modelo de ACP de destituição de conselheiro tutelar	Ao analista jurídico para providências
04.02.15	Promotora de Justiça de Garanhuns	Dra. Giovanna Mastroianni solicitou senha de acesso aos sistemas do CNJ	Providenciado
20.02.15	Demanda espontânea de pessoa física	Solicitou orientação sobre processo de guarda de uma criança que está com a avó e a medida pertinente para viabilizar a visita da mãe à criança	Foi verificado que o processo é patrocinado por advogado particular, Dr. Jayme Andrade Neto, que está ciente dos fatos e tomando as medidas cabíveis
09.03.15	Promotor de Justiça Sirinhaém	Dr. Wesley Odeon solicitou indicação de local para receber criança com deficiência	Indicação: Comunidade Rodolfo Aureliano – CRAUR, Rua Bom Pastor, s/n, Engenho do Meio, fone: 3183-0752.
09.03.15	Ouvidoria	A sra. Bruna solicitou informação sobre as medidas adotadas em relação a uma denúncia sobre o CASEM AREIAS.	A denúncia foi encaminhada ao promotor competente, Dr. Guilherme Lapenda (6º PJDCC), responsável pela fiscalização do CASEM AREIAS, que adotou as providências devidas
16.03.15	Promotora de Justiça de Jupi	Dra. Sarah Lemos solicitou orientação sobre qual seria a medida jurídica para que os suplentes de conselheiros tutelares fossem obrigados a assumir o cargo e se o conselho poderia funcionar com 2 ou 3 conselheiros	Orientação: o ideal seria uma conversa para conscientizar da importância da função. Em último caso, poderia se aplicar o ART. 262 do ECA. Qualquer dúvida entrar em contato com Dra. Jecqueline para mais esclarecimentos. O analista jurídico fará pesquisa sobre o tema



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

23.03.15	Demanda espontânea de pessoa física	Proc. 0089810-81.2013.8.17.0001 Infrator: Henrique Shelldon Dias Barbosa 3ª Vara da Infância e Juventude Desacato Audiência em 07.04.15 às 14h00	Entrar em contato com a promotora de justiça que irá para a audiência (Dra. Katarina Gusmão). O caso foi repassado para promotora competente.
23.03.15	Demanda espontânea de pessoa física	BO 10E2098000169 de maus-tratos contra um adolescente remetido para POLINTER do Ceará para apuração. Sem notícias do andamento.	Encaminhamento: Ofício 40/2015 solicitando informações para POLINTER do Ceará.
24.03.15	Promotor de Justiça de Ipojuca	Dr. Eduardo Leal solicitou apoio do CAOPIJ para dar uma palestra para conselheiro tutelares, CREAS etc no dia 27.03 em Ipojuca	Dr. Vitório designou Maria Luíza – Analista Ministerial Assistente Social para palestra
26.03.15	Secretaria-Geral	Sra. Lorena perguntou o parecer do CAOPIJ acerca da renovação do Protocolo de Intenções, celebrado com o MPF para implantação do projeto MP pela Educação	Ao coordenador para análise. Dr. Vitório foi a favor da renovação do protocolo
31.03.15	Promotor de Justiça de Panelas	Dr. Ernando Marzola solicitou modelo de TAC para que crianças e adolescentes não participem da corrida de jerico e que os que participarem sejam obrigados a usar EPIS	Ao analista jurídico para providências
11.05.15	Demanda espontânea de pessoa física	Denunciou o fato de duas crianças terem sido levadas, por seus pais, para assistir a um filme	Denúncia encaminhada à Promotoria competente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		de 16 anos, fora de sua faixa etária, no cinema do Shopping Plaza Casa Forte.	
18.05.15	Demanda espontânea de pessoa física	Solicitou palestra na Escola Decisão sobre redução da maioridade penal	Informação: o CAOPIJ não tem disponibilidade para atender tal solicitação
21.05.15	Demanda espontânea de pessoa física	Questionou de quem seria a responsabilidade pelo transporte de crianças e adolescentes, que estão de alta médica e não possuem condições de arcar com o transporte para sua residência.	Orientação: enviar a demanda por e-mail para análise
26.05.15	Gerência de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e de Direitos	Ligou acerca do boato sobre a suspensão das eleições para conselho tutelar	Fornecido o número do coordenador do CAOPIJ para contato
28.05.15	Promotora de Justiça de Jaboatão dos Guararapes	Dra. Maria de Fátima Moura solicitou reunião com o coordenador do CAOPIJ	Reunião agendada para 04.06.15 às 16h.
08.06.15	Promotoria de Justiça de Olinda	Sra. Iane solicitou modelo de ACP para criação de um novo Conselho Tutelar.	Ao analista jurídico para providências
10.06.15	Promotora de Justiça de Olinda	Dra. Aline Arroxelas solicitou modelo de ACP de estruturação de instituição de ensino	Ao analista jurídico para providências
10.06.15	Centro de Capturas de Fortaleza	Solicitou que o Of. nº 40/2015 fosse reencaminhado para o e-mail decap@policiacivil.ce.gov.br	Providenciado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

15.06.15	ASSCOM	Jornalista Bruno ligou sobre uma entrevista de 25 anos do ECA	Ao coordenador do CAOPIJ
15.06.15	AMPEO	Natália ligou solicitando agendamento de reunião sobre o projeto de acolhimento	Encaminhado para equipe 1 verificar melhor dia para agendamento.
24.07.15	CISAM da Encruzilhada	Ligou perguntando se adolescente mãe pode acompanhar o filho doente, sem estar acompanhada de responsável	Orientação: enviar a demanda por e-mail para análise
29.07.15	Demanda espontânea de pessoa física	Solicitou agendamento de reunião com Dr. Guilherme para tratar sobre o processo eleitoral dos conselheiros tutelares de Jaboatão dos Guararapes	O coordenador do CAOPIJ atendeu
29.07.15	Promotor de Justiça de Inajá	Dr. Ademilton Leitão ligou perguntando sobre a elaboração e correção da prova para conselheiro tutelar	Ao coordenador para as providências
06.08.15	Promotor de Justiça de Chã Grande	Dr. Paulo Diego ligou perguntando sobre a utilização de urnas eletrônicas no processo eleitoral para conselho tutelar, quem arcaria com as despesas.	Informação: o coordenador do CAOPIJ, em conjunto com promotores da infância, está tentando viabilizar a cessão das urnas com o TRE
12.08.15	ESMP	Dra. Deluse Amaral ligou sobre o curso para novos Promotores na área da infância e juventude	Ao coordenador para as providências
13.08.15	Promotora de Justiça de Bom Conselho	Dra. Maria Aparecida Alcântara solicitou orientação uma vez que o Prefeito de Terezinha	Ao coordenador para as providências



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		suspendeu as eleições para conselho tutelar	
13.08.15	Promotor de Justiça de Belém de Maria	Dr. Rômulo Siqueira solicitou informação se é possível votar em mais de um conselheiro tutelar	Ao coordenador para as providências
17.08.15	Promotor de Justiça de Bonito	Dr. Luciano Bezerra solicitou orientação para internação compulsória de adolescente usuário de drogas	Ao analista Gilberto Lucio para orientação
31.08.15	Colégio Elo	Solicitou orientação sobre o caso da aluna M.	O coordenador do CAOPIJ atendeu e deu as orientações devidas
02.09.15	Demanda espontânea de pessoa física	Solicitou reunião com o coordenador do CAOPIJ sobre as eleições para conselho tutelar de Camaragibe	Ao coordenador para apreciação
11.09.15	Demanda espontânea de pessoa física	Denunciou maus-tratos e negligência em face de um menino de 10 anos do Cabo de Santo Agostinho	A secretaria tomou por termo as declarações e o coordenador determinou o envio à promotoria de justiça competente para providências
09.09.15	Demanda espontânea de pessoa física	Solicitou reunião com o coordenador do CAOPIJ sobre as eleições para conselho tutelar de Alagoinha	Ao coordenador para apreciação
18.09.15	Demanda espontânea de pessoa física	Solicitou reunião com o coordenador do CAOPIJ	Ao coordenador para apreciação
21.09.15	PJ Águas Belas	Dra. Giovanna Mastroianni solicitou modelo de ação de impugnação de candidatura de	Ao analista jurídico para providências



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		conselheiro tutelar	
21.09.15	Promotoria de Justiça de Carpina	Solicitou orientações acerca das eleições unificadas para conselheiro tutelar	Dicas enviadas para anaci@mppe.mp.br
21.09.15	Promotor de Justiça de Garanhuns	Dr. Domingos Sávio ligou para tratar sobre a falta de pagamentos dos terceirizados e fornecimento de alimentos das unidades de acolhimento	Ao coordenador do CAOPIJ para apreciação
22.09.15	Demanda espontânea de pessoa física	Solicitou reunião com o coordenador do CAOPIJ sobre as eleições para conselho tutelar de Igarassu	Ao coordenador para apreciação
24.09.15	Demanda espontânea de pessoa física	Denunciou agressão física sofrida por um menino de 11 anos, estudante da Escola Municipal Engenho do Meio	A secretaria tomou por termo as declarações e o coordenador determinou o envio à promotoria de justiça competente para providências
29.09.15	Sra. Celeste Gomes, servidora do MPPE	Solicitou modelo de CR de Ação de Destituição do Poder Familiar	Ao analista jurídico para providências
06.10.15	Sra. Bárbara servidora da PJ Garanhuns	Solicitou modelo de TAC para comerciantes se absterem de vender bebidas alcoólicas e thinner; Solicitou material sobre bebidas alcoólicas para evento no dia 20.10	Ao analista jurídico para providências Material separado pela secretaria e entregue.
08.10.15	CAOP Cidadania	Solicitou a relação das promotorias da infância e juventude da capital	Relação enviada por e-mail
14.10.15	Demanda espontânea	Solicita agendamento de reunião com o	Ao coordenador para apreciação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	de pessoa física	coordenador do CAOPIJ	
15.10.15	Secretaria de Defesa Social, Criança e Juventude de Pernambuco	Solicita confirmação da participação de Dr. Luiz Guilherme no Seminário Novas Oportunidades, no CEFOSPE, dia 20.10	O coordenador designou a Secretária Ministerial para representar o CAOPIJ no evento
22.10.15	Demanda espontânea de pessoa física	Sr. Luiz do Rego de Araújo compareceu ao CAOPIJ para tratar sobre um Ofício do Ministério Público da Paraíba	O documento foi recebido e encaminhado para distribuição entre as Promotorias da Infância da Capital
27.10.15	Promotoria de Justiça de Carpina	Dra. Sylvia Câmara solicitou indicação de local para internação compulsória de adolescente usuário de droga	Orientação: Ciranda de Notícias 17/2015 Local para internação: Ulisses Pernambucano
27.10.15	Servidora da Promotoria de Justiça de Tuparetama	Sra. Alessandra Patrícia solicitou reenvio do Of. Circular nº 008/2015	Ofício reencaminhado para o e-mail alessa@mppe.mp.br
03.11.15	Servidora da Promotoria de Justiça de Ipojuca	Sra. Nilda ligou perguntando se seria Dra. Liana a responsável pelo plantão da infância de Ipojuca	A informação foi confirmada
03.11.15	Promotoria de Justiça de Alagoinha	Solicitou modelo de anulação de eleição de conselho tutelar	Ao analista jurídico para providências
05.11.15	Demanda espontânea de pessoa física	Denúncia de maus-tratos, negligência e agressão física e verbal em face de cinco crianças residentes no bairro de São José	A secretaria tomou por termo as declarações e o coordenador determinou o envio à promotoria de justiça competente para providências
01.12.15	Demanda espontânea de pessoa física	Solicitou orientação para registrar uma criança de 9 anos, filha de mãe morta como indigente e	Encaminhamento para PJ Olinda, a Assistente Social Maria Luiza Duarte



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		pai preso	fará o atendimento
01.12.15	Subprocurador-Geral em Assuntos Institucionais	Dr. Fernando Barros solicitou orientação sobre adolescente, sem responsável, que se recusa a fazer transfusão de sangue, está internada em hospital público e pode morrer	Foi contatada Dra. Heloísa Pollyanna, que informou que é necessário ingressar com uma ação de suprimento de consentimento. Ficou de orientar a médica do hospital.
02.12.15	Promotoria de Justiça de Tacaratu	Dr. Raphael Guimarães solicitou orientações sobre um caso de investigação de paternidade. A mãe não sabe quem é o pai.	Ao analista jurídico para providências
03.12.15	Servidor da Promotoria de Justiça de Paudalho	Sr. Delmiro solicitou modelo de ação contra escola que se recusa a liberar documento de uma criança, para que possam matriculá-la em outra instituição	Ao analista jurídico para providências
16.12.15	CAOP Infância e Juventude do Ministério Público do Rio Grande do Norte	Sra. Isabel solicitou relação das unidades de acolhimento do Recife	Relação enviada por e-mail caop.infancia@mprn.mp.br
25.02.16	Demanda espontânea de pessoa física	A sra. Tainara solicitou informações sobre o que fazer já que o adolescente J.R.S., seu sobrinho, fugiu da unidade de semiliberdade porque foi ameaçado de morte.	Orientação: se apresentar perante a Vara Regional e solicitar mudança de unidade
29.02.16	Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco	Sra. Márcia Uchôa informou que encaminhou e-mail para análise e assinatura do coordenador do CAOPIJ e posterior envio à	Providenciada a assinatura do Of. conjunto de lavra do coordenador do CAOPIJ/MPPE e do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		CIJ/TJPE	coordenador da CIJ/TJPE
03.03.16	CNJ	Sr. Diego do Sistema de Controle de Acesso do CNJ	Regularizado o acesso do CAOPIJ
04.03.16	CMFC	Dalton solicitou as requisições de diária de Gilberto Lucio e Maria Luiza da viagem para Petrolina	Providenciado
10.03.16	Demanda espontânea de pessoa jurídica	Assistente Social do Dom Hélder ligou querendo saber o que fazer com adolescente de 14 anos que foi operado e não quer ficar no hospital.	Ciência ao coordenador
10.03.16	CAOP Cidadania	Solicitou a Portaria nº 001/2013 da Vara Regional	Providenciado
10.03.13	Promotorias de Justiça de Infância e Juventude da Capital	Sandra Assistente social solicitou o termo de compromisso operacional do Disque 100	Providenciado
10.03.16	Colégio Eminente	Sra. Tácia (coordenadora) solicitou informações sobre a denúncia de bares próximos à escola que estão vendendo bebidas e outras substâncias a adolescentes	A denúncia foi encaminhada às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude para distribuição e providências
16.03.15	Escola Jornalista Costa Porto	Sra. Rafaela solicitou que o CAOPIJ realizasse uma palestra na escola sobre ato infracional	Foi informada que o CAOPIJ não tem agenda para atender essa demanda, em razão dos projetos que estão em curso e das inspeções solicitadas pelas pjs
28.03.16	Conselheiro Tutelar de Jaboatão dos	Sr. Gilmar solicitou material afeto à área da	Foi informado que não é possível atender essa demanda, uma vez que o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Guararapes	infância e juventude	CAOPIJ não possui material suficiente sequer para o público interno
29.03.16	Promotoria de Justiça de Camaragibe	Pablo ligou sobre o plantão de Dra. Mariana que está de licença	Foi informado que a responsabilidade do plantão é do substituto
29.03.16	Promotoria de Justiça de Igarassu	Ligou sobre o plantão de Dra. Maria Lizandra que estará de férias em abril e o substituto de licença	Foi informado que a responsabilidade do plantão é do substituto
29.03.16	Promotoria de Justiça de Abreu e Lima	Rafael ligou informando que a entidade de acolhimento de Abreu e Lima não está no sistema do CNMP	Foi orientado a encaminhar e-mail com tais informações para o CAOPIJ
29.03.16	Assistente Social de São Paulo	Dirce ligou pedindo orientação sobre como encaminhar um adolescente infrator para seu município de origem, uma vez que ele está numa casa de internação provisória	Foi informada de que a responsabilidade é do município de origem.
13.04.16	Promotor de Justiça de Goiana	Dr. Genivaldo Fausto ligou solicitando os convites do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPs para crianças e adolescentes	Providenciado
09.05.16	Promotoria de Justiça de Itamaracá	Sra. Kátia solicitou modelo de Ação de Destituição do Poder Familiar	Ao Analista Ministerial da Área Jurídica para providências
13.05.16	Programa de Saúde da Família de Recife	Sr. Eduardo Araújo solicitou material sobre Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes	Providenciado
16.05.16	Promotor de Justiça de	Dr. Jaime Adrião solicitou orientação em relação a	Ao coordenador para as



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

	Santa Maria do Cambucá	um conselheiro tutelar que quer assumir como suplente o cargo de vereador temporariamente	providências
16.05.16	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Cristiane de Pesqueira solicitou o convite e a programação do evento de Acolhimento Institucional, que ocorrerá em Arcoverde	Providenciado
17.05.16	CRAS Caxangá	Sra. Lívia solicitou orientação sobre uma família, mulher e três filhos, em situação de vulnerabilidade, precisando de alimentos	Foi orientada a procurar a Defensoria Pública para ingressar com Ação de Alimentos contra o genitor das crianças
01.06.16	Servidor da Promotoria de Justiça de Olinda	Sr. Adauto informou que o promotor de justiça titular da 6ª PJDC Olinda passou a ser Dr. Waldir Mendonça	Retificação encaminhada para publicação pelo Gabinete
02.06.16	Promotor de Justiça de Quipapá	Dr. Emmanuel Pacheco solicitou indicação de entidade que pudesse acolher duas crianças, uma de 2 meses e outra de 4ª anos	Indicação: CEAC Garanhuns
06.06.16	Conselheiro Tutelar	Sr. Gerailson Ribeiro ligou solicitando reunião com Dr. Guilherme	Ciência ao coordenador
09.06.16	Servidor do Gabinete do Procurador-geral	Sr. Túlio Pacheco ligou informando que as passagens foram autorizadas e que a dos servidores devem ser providenciadas junto à Sec.Geral	Providenciado
09.06.16	ESMP	Sra. Marilúcia solicitou o envio de informações sobre o curso de escuta	Ao coordenador para as providências



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		de adolescentes	
09.06.16	Promotora de Justiça	Dra. Yélena Araújo precisa falar com urgência com Dr. Guilherme	Ciência ao coordenador
10.06.16	Procuradora de Justiça	Dra. Lais Teixeira precisa falar com urgência com Dr. Guilherme	Ciência ao coordenador
05.07.16	Conselheiro Tutelar	Sr. Gerailson Ribeiro ligou solicitando confirmação da participação de Dr. Guilherme no evento de Santa Cruz do Capibaribe	Ciência ao coordenador
05.07.16	Promotora de Justiça	Dra. Emanuele Martins solicitou as resoluções sobre as inspeções nas unidades socioeducativas e de acolhimento	Providenciado
03.08.16	Setor de impressão	Sr. Alejandro solicitou que fosse enviada solicitação de impressão dos materiais do evento de Serra Talhada	Providenciado
04.08.16	Detran-PE	Sra. Dirce ligou para falar com Dr. Guilherme ou Daniella sobre o projeto de transporte escolar	Ciência a ambos
10.08.16	CMFC	Sr. Dalton informou que foi feito um pagamento em duplicidade para Sr. Ivanildo, referente à viagem para Garanhuns e que é necessário regularizar essa pendência.	Providenciado
16.08.16	Alunos da Escola Professor	Entrevista sobre redução da maioria penal.	Os alunos foram atendidos pelo Analista Ministerial Dilson Santos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Fernando Mota		e pela secretária ministerial Anna Dolores Rangel
24.08.16	Sr. João Cândido UFRPE	Solicitou levantamento das promotorias de justiça especializadas na área da infância.	Foi orientado a enviar e-mail para o CAOPIJ com a solicitação.
30.08.16	Promotorias de Justiça de Infância e Juventude da Capital	Sra. Sandra Assistente Social solicitou o carro do CAOPIJ para atender uma demanda	Carro disponibilizado
31.08.16	Promotor de Justiça	Dr. Solon Ivo compareceu ao CAOPIJ para falar com o coordenador sobre o Of. Circ. 10/2016 do CNMP	Ciência ao coordenador
23.09.16	CAOCA – Ministério Público da Bahia	Sra. Érica Souza solicitou a Recomendação Conjunta sobre o Disque 100.	Providenciado
23.09.16	Promotoria de Justiça de Salgueiro	Sr. César ligou perguntado o procedimento a ser adotado no caso de adolescente infrator.	Ao Analista Ministerial Área Jurídica para providências
26.09.16	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Antônia de São Lourenço da Mata solicitou orientações sobre sua neta que vem sofrendo maus-tratos por parte da genitora.	Providenciado
27.09.16	Promotora de Justiça	Dra. Tayjane Cabral solicitou indicação de uma unidade de acolhimento para uma adolescente de 13 anos, usuária de drogas	À equipe técnica para providências
11.10.16	Promotor de Justiça de Ipojuca	Dr. Eduardo Leal solicitou permuta do plantão da infância e	Substituição realizada com a Dra. Jecqueline Elihimas, que assumiu o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		juventude do dia 28/10/16	plantão do dia 28/10 e o Dr. Eduardo Leal dará o do dia 06/11/16.
14.10.16	Equipe do CAOP Patrimônio Público	Solicitou treinamento do sistema Arquimedes	Providenciado
19.10.16	Sra. Lúcia Helena de Lima	Solicitou a 2ª via do certificado do Encontro de Acolhimento Institucional de Salgueiro	Providenciado
27.10.16	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Zulene e Sra. Juliana solicitaram orientações acerca da criança M.H. que está sob a guarda do genitor	As senhoras foram informadas que as medidas devem ser tomadas nos autos da ação de guarda.
07.11.16	Procuradora de Justiça	Dra. Laíse Queiroz perguntou se houve divulgação sobre a consulta pública para alterar a lei de adoção	O coordenador do CAOPIJ informou que após a reunião da COPEIJE divulgará informação sobre esse tema
09.11.16	Promotorias de Justiça de Infância e Juventude da Capital	Sra. Luciana Psicóloga solicitou o carro do CAOPIJ para atender duas demandas uma hoje e outra amanhã.	Carro disponibilizado
10.11.16	Conselheiro Tutelar	Sr. Gerailson solicitou agendamento de reunião com Dr. Guilherme Lapenda	Ciência ao coordenador
23.11.16	Servidora da Promotoria de Justiça de Itamaracá	Solicitou compartilhamento do Arquimedes nº 2016/2452773 / Documento nº 7368924	Providenciado
20.01.17	Coordenador CAOPIJ	Repassar convite da reunião da Câmara de Prevenção Social para PJ Idoso e para Pjs que atuam junto ao juizado	Providenciado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		de Violência Doméstica	
24.01.17	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Kelle Soares apresentou representação contendo denúncia de agressão física e moral no exercício de sua profissão, no âmbito da FUNASE de Garanhuns	Documentos recebidos e encaminhados à PJ Garanhuns, através do Of. nº 007/2017
25.01.17	Hospital da Mulher do Recife	Solicitaram resposta aos Ofs. 12 e 21 enviados ao CAOPIJ	Providenciado
25.01.17	Promotora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo	Dra. Andréa Teixeira ligou para Dr. Luiz Guilherme Lapenda	Ao coordenador
01.02.17	Secretaria-Geral	Sra. Suzi solicitou marcação de horário no CAOPIJ com o Exmo. Secretário-Geral do MPPE	Providenciado
03.02.17	Servidora da Promotoria de Justiça de Petrolina	Sra Ângela informou que o auditório do SEST-SENAT está reservado par ao evento do Transporte Público Escolar e solicitou que entrássemos em contato com a Sra. Bruna – (87)38668300, coordenadora do local para acertar detalhes	Providenciado
08.02.17	Promotora de Justiça	Dra. Luciana Braga solicitou exclusão da lista dos e-mails do CAOPIJ	Informamos que o envio é realizado para todos os membros, direcionado para uma lista já existente da CMTI e que, por essa razão, não é possível atender a solicitação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

13.02.17	CMFC	Sra. Tereza solicitou a confirmação de diária da viagem de Petrolina, de 22 a 24.11.16, de Daniella e Luciana.	Providenciado
13.02.17	Assessoria Jurídica	Dr. Pompeu ligou para Dr. Luiz Guilherme Lapenda	Ao coordenador
17.02.17	Coordenador CAOPIJ	Impressão dos relatórios de atividades do CAOPIJ de 2015 e 2016 e dos Ofs. 06, 07, 91 e 92/2016	Providenciado
02.03.17	Coordenador CAOPIJ	Fazer ofício para o Exmo. Secretário-Geral sobre o jogo de memória da infância	Providenciado – Of. nº 18/2017 CAOPIJ
07.03.17	Coordenador CAOPIJ	Encaminhar o Of. nº 70/2017 da 1ª PJ Timbaúba para Riedja da Gerência de Saúde	Providenciado
13.03.17	Coordenador CAOPIJ	Enviar as informações sobre o Encontro de Transporte Público Escolar para ireneaguilar@detran.pe.gov.br, eventoscampanhas@detran.pe.gov.br	Providenciado
13.03.17	Coordenador CAOPIJ	Solicitar impressão colorida para Secretaria-Geral das peças do Encontro de Transporte Público Escolar	Providenciado
13.03.17	NUPIA	Solicitar criação de pasta de rede, e-mail e grupo ofício no Arquimedes para o NUPIA	Providenciado
13.03.17	Promotora de Justiça do Cabo de Santo	Dra. Julieta Maria Batista solicitou a escala de plantão até o mês de	Providenciado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Agostinho	junho/2017	
14.03.17	Detran-PE	Sra. Irene pediu para informar ao DETRAN o nome dos servidores que ficarão responsáveis pelos eventos de Salgueiro e Petrolina para receber a turma do Fom-Fom	Providenciado
15.03.17	CMTI	Informar a Maurício o responsável pelo e-mail do NUPIA, para criação da senha	Providenciado
15.03.17	Promotoria de Justiça de Nazaré da Mata	Solicitou indicação de local para abrigar 5 crianças entre 6 e 11 anos de idade	Foi encaminhada a lista das unidades de acolhimento do Estado. Sugerido entrar em contato com a Secretaria de Ação Social, para que seja viabilizado o acolhimento, inclusive em ongs. Informado que a Casa da Madalena e Vovó Geralda são unidades do Estado.
17.03.17	Promotor de Justiça de Bonito	Dr. Luciano Bezerra solicitou material sobre drogas, inclusive vídeo de usuários	Ao Analista Ministerial – Área Jurídica Dilson Santos para providências
21.03.17	ASSCOM	Sra. Alana Moreira solicitou levantamento sobre os planos municipais de atendimento socioeducativo	Foi informada que a equipe do CAOPIJ está fazendo esse levantamento – Projeto nº 001/2015
21.03.17	NUPIA	Elaborar ofício para Administração do Edf. Paulo Cavalcanti solicitando reserva de sala para o NUPIA até o final de junho/2017	Providenciado – CI nº 06/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

21.03.17	ASSCOM	Sr. Bruno Bastos solicitou dados estatísticos sobre crianças em vulnerabilidade e a atuação do MP. Solicitou entrevista com Dr. Luiz Guilherme Lapenda	Ao coordenador
21.03.17	CAOP Saúde	Solicitou agendamento de reunião sobre o relatório do CREMEPE sobre as unidades socioeducativas	Agendamento realizado
22.03.17	Coordenador CAOPIJ	Enviar e-mail para Ingrid da AMPEO sobre a Convocação nº 005/2017	Providenciado
22.03.17	AMPEO	A Sra. Natália solicitou os dados atualizados sobre o Projeto nº 003/2015 do CAOPIJ	Providenciado
22.03.17	Promotor de Justiça de Buíque	Dr. Henrique do Rego Maciel solicitou informações sobre como se inscreve unidades de acolhimento no CNMP	Ao coordenador
27.03.17	Coordenador CAOPIJ	Agendar com Dr. Domingos da PJ Garanhuns inspeção na FUNASE e unidades de acolhimento	Agendamento realizado
27.03.17	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Júlia Josefa da Silva indicada por Dr. Gilson Procurador de Justiça solicitou orientação sobre cinco irmãos que estão sob seu cuidado.	Alegações tomadas por termo e encaminhadas para a Promotoria competente
27.03.17	Promotoria de Justiça de Barreiros	Solicitou o encaminhamento da Resolução nº 71/2011 do CNMP	Providenciado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

28.03.17	Coordenador CAOPIJ	Solicitar suprimento para papel adesivo para as pastas dos eventos do CAOPIJ	Providenciado
28.03.17	Promotora de Justiça	Dra. Rosemilly Carvalho informou que seria a responsável pelo plantão da infância da PJ Igarassu	Devidamente anotado na escala
30.03.17	GMSAS	Sra. Riedja Ramalho pediu o ofício da 2ª PJDC Garanhuns solicitando inspeção	Providenciado
31.03.17	Demanda espontânea de pessoa física	Denúncia anônima acerca das condições da casa de acolhimento Casa da Madalena	Encaminhada para as Promotorias competentes
11.04.17	CMAD	Elaborar CI de férias das recepcionistas	Providenciado – CI nº 13/2017
17.04.17	Coordenador CAOPIJ	Solicitar criação de grupo ofício para o Plantão da Infância e Juventude	Solicitado
18.04.17	Promotora de Justiça	Dra. Maria de Fátima Araújo solicitou o prognóstico da escala de plantão até o final do ano	Providenciado
18.04.17	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Kelle Soares retornou ao CAOPIJ solicitando informações sobre a denúncia de agressão física e moral no exercício de sua profissão, no âmbito da FUNASE de Garanhuns	Foi informada que a representação foi encaminhada a PJ Garanhuns através do Of. nº 007/2017
18.04.17	Promotora de Justiça	Dra. Ana Maria Sampaio solicitou permuta do plantão do dia 15/07 em razão de viagem agendada	Permuta realizada e inserida na tabela do plantão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

19.04.17	Promotora de Justiça	Dra. Jecqueline Elihimas solicitou permuta do plantão do dia 14/05	Permuta realizada e inserida na tabela do plantão
20.04.17	GAJOP	Sr. Romero Silva solicitou agendamento de horário com Dr. Luiz Guilherme Lapenda	Agendado para 02.05.17
24.04.17	Coordenador CAOPIJ	Solicitar as estatísticas da FUNASE de 2017	Solicitado
24.04.17	Promotor de Justiça	Dr. Westei Conde solicitou material sobre a FUNASE	Providenciado
25.04.17	Promotor de Justiça	Dr. Epaminondas Tavares solicitou o prognóstico da escala de plantão até o final do ano	Providenciado
25.04.17	Coordenador CAOPIJ	Enviar cópia da ACP FUNASE Garanhuns para todos os promotores de justiça que atuam em locais com unidades socioeducativas	Enviado
02.05.17	CMGP	Sra. Michele solicitou 4 exemplares da Cartilha E Agora?	Providenciado
02.05.17	CAOP Patrimônio Público	Sra. Andréa solicitou 2 exemplares da Cartilha E Agora?	Providenciado
08.05.17	Coordenador CAOPIJ	Solicitar cópia do IC sobre o CASE Abreu e Lima a Dr. Epaminondas Tavares	Solicitado
08.05.17	Coordenador CAOPIJ	Solicitar ao CAOP Meio Ambiente cópia colorida das ACPS da 6ª e 39ª PJDC	Providenciado
08.05.17	Coordenador CAOPIJ	Ligar para Secretaria-Geral sobre a	Autorização fornecida



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		autorização do Rossini para o encontro organizado pelo GAJOP	
10.05.17	Coordenador CAOPIJ	Solicitar a impressão de 500 folders sobre ESCCA	Providenciado
10.05.17	CEDCA	Responder à solicitação do CEDCA sobre a FUNASE	Providenciado
10.05.17	Coordenador CAOPIJ	Confirmar reunião com Suelly Cysneiros	Providenciado
11.05.17	Coordenador CAOPIJ	Conseguir os números das ACPs da 6ª contra FUNASE	Providenciado
12.05.17	Coordenador CAOPIJ	Organizar os eventos do Transporte Público Escolar de Surubim, Caruaru e Arcoverde: criar formulário de inscrição, solicitar pastas, canetas e material gráfico	Providenciado
25.05.17	Coordenador CAOPIJ	Entrar em contato com Dra. Daniela Brasileiro para representar o CAOPIJ em uma Audiência Pública na Alepe	Providenciado
25.05.17	Coordenador CAOPIJ	Solicitar as atas da Comissão do SINASE	Providenciado
25.05.17	Promotora de Justiça	Dra. Manoela Eleutério solicitou 5 exemplares da cada uma das cartilhas do CAOPIJ	Providenciado
25.05.17	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Diacuí solicitou informações sobre o procedimento para retirar imagens de adolescentes em site internacional	Encaminhada para Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

26.05.17	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Juliana solicitou informações sobre procedimento de autorização do uso de imagem de crianças em um documentário	Encaminhada para Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital
02.06.17	Demanda espontânea de pessoa física	Denúncia anônima acerca de adolescentes consumindo bebidas alcoólicas no Select da Fernandes Vieira	Encaminhada para as Promotorias competentes
12.06.17	Promotoria de Justiça de Sairé	Dr. Diego solicitou orientação sobre um pedido de adoção	Ao coordenador
19.06.17	Demanda espontânea de pessoa física	Denúncia de maus-tratos de uma criança de 4 anos de idade	Ao coordenador
06.07.17	Coordenador CAOPIJ	Agendar reunião com o CMAT sobre as inspeções nas unidades da FUNASE	Reunião agendada para 19.07.17 às 14h00
06.07.17	Coordenador CAOPIJ	Agendar reunião com o coordenador do GAECO, pauta: FUNASE	Reunião agendada para 08.08.17 às 14h00
17.07.17	Coordenador CAOPIJ	Entrar em contato com o GAECO para confirmar o recebimento do e-mail sobre a reunião do dia 08.08.17	Providenciado
26.07.17	Gabinete do Procurador-geral	Enviar escala de plantão da infância e juventude	Providenciado
26.07.17	ATMAD	Sr. Adriano solicitou cópia dos e-mails enviados para CIJ/CNMP sobre a FUNASE	Providenciado
03.08.17	Promotora de Justiça de Jaboatão dos	Dra. Fátima Moura solicitou apoio do CAOPIJ para elaboração	Ao analista jurídico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Guararapes	de um recurso	
07.08.17	Coordenador CAOPIJ	Ligar para Dra. Denise Villela do MPRS passando as opções de voos (Porto Alegre-Recife-Porto Alegre) para que efetue a escolha	Providenciado
09.08.17	Promotor de Justiça de Palmares	Dr. João Paulo solicitou entrar em contato com Sra. Cláudia Souza da SDSCJ para agendar reunião sobre as unidades de acolhimento da Mata Sul.	Reunião agendada para 11.09.17 à tarde em Palmares
10.08.17	Coordenador CAOPIJ	Protocolar ofício junto à secretaria das Promotorias de Justiça de Patrimônio Público e verificar para qual pj foi distribuído.	Providenciado
15.08.17	Coordenador CAOPIJ	Verificar junto a Dr. Fabiano Saraiva, PJ de Goiana, o local para o evento do ESCCA	Local reservado: SESC Goiana; Data do evento: 06.10.17
15.08.17	Coordenador CAOPIJ	Verificar junto a Dr. João Paulo Pedrosa, PJ de Palmares, o local para os eventos – Criando Espaços na rede de Atenção: Um CAPS para Crianças e Adolescentes e Transporte Público Escolar	Local reservado: Ação Social Paróquia Palmares; Data do evento: ASPP – Palmares – 12.09.17
15.08.17	Coordenador CAOPIJ	Verificar junto a Dra. Fernanda Nóbrega, PJ de Gravatá, o local para o evento Criando Espaços na Rede de Atenção: Um CAPS para Crianças e Adolescentes	Local reservado: Hotel Porto da Serra; Data do evento: 28.09.17
15.08.17	Coordenador CAOPIJ	Reservar o auditório da PJ Caruaru para o	Reserva efetuada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		evento Criando Espaços na Rede de Atenção: Um CAPS para Crianças e Adolescentes	Data do evento: 04.10.17
18.08.17	Coordenador CAOPIJ	Inserir nos autos do Força-tarefa as orientações técnicas da equipe do CAOPIJ sobre a oferta de ensino executada pelos CASEs	Providenciado
18.08.17	Coordenador CAOPIJ	Encaminhar os convites, e-mails marketing e programações dos eventos Criando Espaços na rede de Atenção: Um CAPS para Crianças e Adolescentes e de Transporte Público Escolar para os pj da 7ª Circunscrição	Providenciado
18.08.17	CEDCA	Solicitou o termo de cooperação técnica do Programa Acolher	Enviado
21.08.17	Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos Institucionais	Dra. Lúcia de Assis Solicitou a programação do evento de Florianópolis do GNDH	Encaminhada por e-mail
23.08.17	Promotora de Justiça	Dra. Rosa Carvalheira solicitou agendamento de reunião com a equipe técnica do CAOPIJ para tratar acerca de um evento sobre o PIA	Reunião agendada
24.08.17	Coordenador CAOPIJ	Confirmar reunião agendada para 29.08 com Dr. Luís Sávio do CAOP Criminal e Chefe da Polícia Civil	Confirmada
24.08.17	Promotora de Justiça	Dra. Rejane Strieder solicitou indicação de local para internar uma	Ao coordenador



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		criança e um adolescente com transtorno que estão acolhidos em Itapissuma	
28.08.17	GASAM	Sra. Rita compareceu ao CAOPIJ e convidou Dr. Guilherme para evento estadual de Prevenção ao uso de drogas em Caruaru	Foi informada que o coordenador está com a agenda cheia até o final do ano.
28.08.17	Clínica do Janga	Sra. Cristina assistente social solicitou orientação sobre o caso de uma adolescente que ingeriu chumbinho e que a família estava impedindo o namorado de vê-la	Ao coordenador
28.08.17	Coordenador CAOPIJ	Enviar para GMAE material encaminhado pela FUNASE	Enviado
29.08.17	Sindicato de Transporte Escolar	Sr. José Bezerra solicitou apoio para uma campanha de conscientização sobre transporte escolar	Ao coordenador
05.09.17	Promotoria de Justiça do Cabo de Santo Agostinho	Informar a data das inspeções solicitadas (FUNASE e unidades de acolhimento)	Inspeções agendadas para 21.09.17
05.09.17	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital	Enviar escala de plantão atualizada	Escala enviada
05.09.17	Coordenador CAOPIJ	Verificar junto a Dra. Fernanda Nóbrega, PJ de Gravatá, se está tudo certo para o evento Criando Espaços na Rede de Atenção: Um CAPS para Crianças e Adolescentes em	Tudo certo para o evento, inclusive a divulgação. Local reservado: Hotel Porto da Serra; Data do evento: 28.09.17



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		Gravatá	
12.09.17	Delegado da Polícia Civil	Dr. Richardson Silva solicitou o envio da ata da última reunião	Ata enviada por e-mail
12.09.17	Promotoria de Justiça de Olinda	Elaborar ofício conjunto – CAOPIJ e 1ª PJDC Olinda – solicitando reunião com o Prefeito de Olinda sobre a política de proteção à criança e ao adolescente – ações prioritárias.	Ofício Conjunto nº 003/2017 elaborado e enviado
13.09.17	Coordenador CAOPIJ	Agendar com Dra. Helena Capela e Dra. Ana Maria Maranhão reunião sobre o plantão da infância	Reunião agendada para 13.10.17
13.09.17	PJ São Bento do Una	Solicitou cartilha sobre Transporte Escolar	Cartilha enviada por e-mail
13.09.17	Servidora MPPE	Sra. Ana Kathariny Gomes solicitou modelo de ação de destituição do poder familiar – adolescente com um bebê	Ao analista jurídico
20.09.17	Promotoria de Justiça de Terra Nova	Dra. Milena de Oliveira solicitou orientações sobre o caso de uma adolescente de 14 anos usuária de drogas	Foi informado que não há unidade de atendimento específica para internar criança e adolescente no Estado. Em caso de surto a pessoa deve ser encaminhada para o Ulisses Pernambucano.
21.09.17	Advogados de São Lourenço da Mata	Dr. Vinícius e Dr. Elano solicitam agendamento de reunião para tratar de ACP em curso em São Lourenço da Mata	Ao coordenador
21.09.17	Demanda espontânea de pessoa	Sra. Eliane Maria da Silva solicitou informações sobre como	Foi informada que precisa comparecer a Vara Regional, que



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	física	obter progressão da medida socioeducativa para seu filho que está no CASE Jaboatão	recebe periodicamente relatórios da FUNASE acerca do comportamento dos adolescentes
22.09.17	Coordenador CAOPIJ	Agendar reunião com Dra. Jailda Pinto do MPT e Dra. Simone Santana ALEPE	Providenciado
25.09.17	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital	Sra. Dilene solicitou informações sobre os encontros dos Promotores de Justiça da Infância	Foi informada que as inscrições seriam realizadas pela ESMP
25.09.17	GMSAS	Sra. Riedja Ramalho solicitou quantitativo da FUNASE, lei do SINAIE e a Resolução nº 69/2011 do CNMP	Documentos enviados por e-mail
27.09.17	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital	Solicitar flipchart e folhas de papel 40 k para o evento do PIA, dia 17.10.17	Providenciado com o Centro Cultural Rossini Alves Couto
28.09.17	Promotora de Justiça	Dra. Milena Santos solicitou o convite do Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: Um CAPS para Crianças e Adolescentes em Caruaru	Enviado por e-mail
02.10.17	Ministério Público da Paraíba	MPPB perguntou o andamento da CP PA 004.2017.000.419	Foi informado que a CP foi remetida para Promotoria de Justiça competente desde 09.06.17
10.10.17	Promotora de Justiça de Barreiros	Dra. Fabiana solicitou orientação sobre adolescente de 17 anos que não tem registro e foi	Contato fornecido e orientação para procurar a advogado ou Defensoria Pública



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		adotado de fato por uma assistente social, além do contato do PPCAAM	
10.10.17	Coordenador do CAOPIJ	Agendar reunião com o Secretário de Educação do Estado	Reunião agendada para 14.11.17
13.11.17	CAOP Infância Ministério Público do Pará	Solicitou material sobre o programa Adote um Pequeno Torcedor	Enviado por e-mail
13.11.17	Promotora de Justiça	Dra. Soraya Dutra solicitou modelo de Procedimento Administrativo	Enviado por e-mail
16.11.17	CREMEPE	Solicitou indicar os promotores de Justiça que representarão o MPPE nas plenárias do interior	Relação encaminhada por e-mail
17.11.17	ASSCOM	Informar três principais ações do CAOPIJ	Providenciado
27.11.17	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Eliane Silva solicitou informações sobre o evento de Transporte Público Escolar	Providenciado
07.12.17	Promotor de Justiça de Palmares	Dr. João Paulo Pedrosa solicitou modelo de TAC e ACP para instalação de unidade de acolhimento	À analista jurídica
11.12.17	Promotoria de Justiça de Camaragibe	Dra. Mariana Pessoa solicitou modelo de busca e apreensão de criança	À analista jurídica
19.12.17	Atendimento de demanda espontânea	Adolescente R.S.V.N. de 17 anos e surda solicitou ajuda em razão de conflito familiar	Foi encaminhada à PJ de Olinda para atendimento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

20.12.17	Promotoria de Justiça de Petrolina	Sra. Kilma Siqueira solicitou cópia do Plano Municipal de Saúde e Plano Operativo Municipal para adolescentes privados de liberdade de Caruaru-PE	Providenciado
15.01.18	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Rosilayne Rosa solicitou informações sobre possível repetência da filha de 5 anos, para se adequar a faixa etária de ingresso no ensino fundamental.	Sugerimos procurar a Promotoria de Justiça de Limoeiro, advogado particular ou a Defensoria Pública para atendimento da demanda. Encaminhamos ao CAOP Educação.
23.01.18	Promotoria de Justiça de Garanhuns	Solicitou modelo de questionário para visita ao Conselho Tutelar	Ao coordenador do CAOPIJ
25.01.18	Promotora de Justiça de Jaboatão dos Guararapes	Dra. Fátima Ferreira solicitou modelo de Contrarrazões de Agravo de Instrumento, sobre política pública de atendimento, com base no novo CPC.	À Analista Ministerial - Área jurídica
25.01.18	Promotora de Justiça de Buenos Aires	Dra. Aline Laranjeira solicitou expedição de ofício ESMP sobre as palestras ministradas no Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção	Providenciado
26.01.18	Promotor de Justiça	Dr. Daniel Meneguz questionou o entendimento do CAOPIJ acerca de um Conselheiro Tutelar, que estava acumulando outra atividade.	Providenciado
02.02.18	Promotor de Justiça	Dr. Marcelo Greenhalgh solicitou apoio nas questões da área da infância e juventude no	Ao coordenador do CAOPIJ e a equipe técnica



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		município do Ribeirão.	
15.02.18	Promotor de Justiça	Dr. Érico Oliveira perguntou o entendimento do Ministério Público sobre o corte etário.	Ao coordenador do CAOP Educação
23.02.18	Subprocurador-Geral de Justiça em Assuntos Institucionais	Dr. Lúcia de Assis solicitou a programação da 1ª Reunião Ordinária do GNDH.	Providenciado
26.02.18	Promotoria de Justiça de Igarassu	Solicitou a relação dos plantões da infância e juventude do ano em curso.	Enviado por e-mail
27.02.18	CAOP Criminal	Enviar esboço de ofício, conforme acertado em reunião.	Enviado por e-mail
07.03.18	Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo	Dra. Renata Rivetti solicitou informações sobre a implantação de política municipal de proteção a crianças e adolescentes ameaçadas de morte.	Demanda encaminhada à Promotoria de Justiça de Jaboatão dos Guararapes
12.03.18	CEDCA	Sra. Glicélia Souza solicitou apoio na divulgação da campanha de destinação de percentual do IR para os fundos da infância.	Informamos que temos ação similar e que estamos divulgando para o público interno e externo.
13.03.18	CAOPIJ	Solicitar aumento da capacidade da pasta de rede do CAOPIJ	Providenciado
14.03.18	Promotora de Justiça de Vitória de Santo Antão	Dra. Tathiana Barros solicitou modelos de peças da área da infância e juventude, além de informações sobre o PPCAAM	Providenciado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

14.03.18	Promotor de Justiça do Ministério Público do Ceará	Dr. Hugo Mendonça solicitou o envio dos documentos referentes ao Projeto do CAPS para crianças e adolescentes.	Enviado por e-mail.
19.03.18	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Joelma de Lemos solicitou informações para obtenção de vaga para seu filho, em razão de mudança de endereço.	Orientamos a procurar o SIORE para obtenção de vaga em unidade de ensino próxima a residência.
20 a 22.03.18	Coordenador do CAOPIJ	Organização dos encontros Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o Aperfeiçoamento dos Conselho Tutelares e CAOPs em Ação: apresentação dos projetos institucionais da Infância, Juventude e Educação – Caruaru, Garanhuns e Arcoverde.	Providenciado: solicitação das peças dos eventos para ASSCOM; criação do formulário de inscrição; divulgação por e-mail; solicitação da impressão colorida para Serviços Gráficos e organização do material em pastas.
03.04.18	Promotora de Justiça de Abreu e Lima	Dra. Liliane Asfora solicitou a relação do plantão da infância e juventude de 2018	Enviado por e-mail.
03.04.18	Coordenador do CAOPIJ	Entrar em contato com Dr. João Paulo Pedrosa de Palmares para tratar sobre os eventos de transporte escolar e conselho tutelar.	Os eventos serão agendados oportunamente.
03.04.18	Conselheiro Tutelar de Bodocó	Sr. Robson ligou informando que uma adolescente do CASE Sta Luzia foi agredida por uma ASE.	Ao coordenador do CAOPIJ
04.04.18	Promotoria de Justiça de Afogados da	Solicitou informações sobre clínica que interne adolescente usuário de	Informamos que a única opção em caso de crise é a emergência do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Ingazeira	drogas compulsoriamente.	Hospital Ulisses Pernambucano.
04.04.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar banners para os eventos Conselho é bom e eu gosto e o Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual.	À ASSCOM para as providências.
04.04.18	Servidora do Ministério Público	Sra. Paula Caroline Barbosa solicitou o envio do histórico do CAOPIJ para o banco de dados da instituição.	Providenciado.
11.04.18	Promotoria de Justiça de Buenos Aires	Solicitou material sobre bullying.	Enviado material por e-mail e encaminhada solicitação para o CAOP Educação
16.04.18	CAOPIJ	Solicitar contatos atualizados dos membros para Corregedoria.	Providenciado.
17.04.18	Promotor de Justiça do Ministério Público do Ceará	Dr. Hugo Mendonça solicitou e envio dos arquivos do PNAISARI.	Enviado por e-mail.
24.04.18	Coordenador do CAOPIJ	Organização do Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual: todos juntos pela proteção de nossas crianças e adolescentes em Gravatá.	Providenciado: solicitação das peças do evento para ASSCOM; criação do formulário de inscrição; divulgação por e-mail; solicitação da impressão colorida para Serviços Gráficos e organização do material em pastas.
30.04.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar a impressão colorida de 500 folders de Enfrentamento à Exploração Sexual.	À SGMP e Serviços Gráficos
30.04.18	Coordenador do CAOPIJ	Juntar os relatórios de inspeção elaborados pela	Providenciado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		GMAE e GMSAS, em pastas, por município.	
03.05.18	CAOPIJ	Solicitar aumento da capacidade do e-mail do CAOPIJ.	Chamado nº 75754 aberto.
04.05.18	CAOPIJ	Solicitar criação de login e senha para estagiária Joyce Loirena.	Chamado nº 75857 aberto.
14.05.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar a impressão colorida de 500 folders de Enfrentamento à Exploração Sexual.	À SGMP e Serviços Gráficos
14.05.18	Coordenador do CAOPIJ	Ligar para o público-alvo de Fernando de Noronha, divulgando o evento Novos Horizontes – 23 a 25.05.18.	Providenciado.
16.05.18	ESMP	Solicitou material de infância para distribuição entre os alunos de direito.	Enviados 250 folders de Enfrentamento à Exploração Sexual.
18.05.18	Coordenador do CAOPIJ	Entregar material do evento de Fernando de Noronha na casa de Dr. Alfredo Pinheiro.	Providenciado.
22.05.18	Secretaria de Educação	Sr. Hugo Régis ligou para Dr. Guilherme para tratar sobre a questão do passe livre.	Ao coordenador do CAOPIJ
23.05.18	Demanda espontânea de pessoa física	Sra. Milena ligou querendo prestar queixa sobre atuação do Promotor de Justiça e do juiz que atuam na Vara de Crimes de contra Criança e Adolescentes da Capital.	Foi informada acerca dos canais adequados para prestar denúncia.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

23 a 25.05.18	Coordenador do CAOPIJ	Organização do Encontro Novos Horizontes Infância, Juventude e Educação em Fernando de Noronha	Providenciado: solicitação das peças do evento para ASSCOM; criação do formulário de inscrição; divulgação por e-mail; solicitação da impressão colorida para Serviços Gráficos e organização do material em pastas.
29.05.18	Advogada de São Paulo	Dra. Sônia Maria Guerra solicitou o envio da Nota Técnica 003/2018 CAOPIJ	Enviada por e-mail.
06.04.18	Ministério Público da Paraíba	Sra. Mylena França solicitou informações sobre as medidas adotadas pelo MPPE, em relação ao cumprimento das atribuições dos Conselheiros Tutelares.	Informamos que o CAOP não é órgão de execução e encaminhamos a cartilha Conselho é Bom e eu Gosto.
06.06.18	Equipe técnica Ministério Público	Paulo Teixeira e Shirley Nascimento solicitaram reserva de sala e expedição de ofício para capacitação da equipe do CASE/CABO	Providenciado
07.06.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar a publicação da designação de Dr. Fernando Della Latta Camargo para audiência do dia 08.06.18, às 11h, Processo nº 0001204- 85.2017.8.17.1020.	E-mail enviado para Chefia de Gabinete.
08.06.18	CAOPIJ	Fazer CI alterando horário da estagiária Joyce Loirena	Providenciado
08.06.18	Promotoria de Justiça de Pesqueira	Solicitou modelo de relatório de fiscalização de Conselho Tutelar	Enviado por e-mail
17.07.18	Promotoria de Justiça de	Solicitou material sobre venda de bebidas para	Demanda atendida por e- mail, além da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Fernando de Noronha	crianças e adolescentes	disponibilização de cartazes sobre o tema.
24.07.18	ESMP	Solicitou o envio da programação do curso de vitaliciamento dos novos Promotores de Justiça	Enviado por e-mail
24.07.18	CAOP Criminal	Solicitou informações sobre as medidas adotadas por esse CAOP em relação à NF nº 47/2018	Foi informado que as medidas necessárias já tinham sido tomadas pela PJ Olinda
26.07.18	Promotoria de Justiça	Dra. Regina Almeida solicitou o kit de escuta qualificada	Enviado por e-mail
26.07.18	SDSCJ	Solicitou que fosse enviada a resposta ao Of. nº 37/2018 para anaroberta.oliveira@sdscj.pe.gov.br	Providenciado
27.07.18	COMDICA	Solicitou a resposta ao Of. nº 317/2018	Resposta enviada por e-mail em 25.07.18
01.08.18	Secretaria da Mulher	Solicitou informações sobre se um adolescente após a maioridade continua no PPCAAM	Foi fornecido o número de contato do PPCAAM
02.08.18	Conselho Tutelar de Macaparana	Solicitou agendamento de reunião com o coordenador do CAOPIJ para tratar sobre carga horária	Ao coordenador para análise
02.08.18	Promotora de Justiça de Abreu e Lima	Dra. Liliane Asfora solicitou a escala de plantão da infância do ano de 2018 e pediu orientação sobre procedimento de um adolescente que o CENIP se recusou a liberar, porque a mãe não apresentou documento de	Providenciado e encaminhado ao coordenador do CAOPIJ



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		identificação no ato de liberação.	
03.08.18	Coordenador do CAOPIJ	Enviar e-mail lembrando da reunião do dia 08.08.18 sobre uniformização do atendimento policial para infância e juventude.	Providenciado
07.08.18	Coordenador do CAOPIJ	Enviar e-mail para CIJ/TJPE indicando Dra. Andréa Karla Reinaldo	Providenciado
07.08.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar a PJ Garanhuns a ata do evento do ESCCA	Providenciado
08.08.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar a listagem atualizada dos conselhos tutelares para SDSCJ e Escola de Conselhos.	Providenciado
09.08.18	FOJUPE	Sra Camila Rêgo solicitou agendamento de reunião com o coordenador do CAOPIJ	Reunião agendada para 08.10.18
14.08.18	Promotoria de Justiça de Flores	Dra. Raquel ligou sobre uma ACP a respeito das eleições para Conselho Tutelar	À Analista Ministerial – Área Jurídica
16.08.18	Sr. Rinaldo Carvalho SDS/PE	Solicitou agendamento de reunião com o coordenador do CAOPIJ	Ao coordenador para análise
17.08.18	Coordenador do CAOPIJ	Verificar o andamento do processo referente ao Programa Jovem Aprendiz – SIIG nº 0004008-3/2018	Na Assessoria Técnica em Matéria Administrativa desde 24.05.18 – Marly ficou de informar o andamento.
21.08.18	CAOPIJ	Verificar o ocorrido com um monitor da secretaria	A CMTI informa que houve a substituição pelo de tomo nº 36202, mas isso não ocorreu.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

27.08.18	Coordenador do CAOPIJ	Verificar o andamento do processo referente ao Programa Jovem Aprendiz – SIIG nº 0004008-3/2018	Na Assessoria Técnica em Matéria Administrativa com Dra. Dalva para análise
27.08.18	CAOPIJ	Solicitar login e senha de acesso do terceirizado Walter Brissant.	Providenciado
27.08.18	CAOPIJ	Solicitar exclusão do login e senha de acesso da terceirizada Fabiana Nascimento.	Providenciado
29.08.18	Promotoria de Justiça de Pesqueira	Solicitou modelo de ofício para requerer exemplares do ECA ao CEDCA	Enviado por e-mail para cmaraujo@mppe.mp.br
03.09.18	Promotoria de Justiça de Abreu e Lima	Dra. Liliane Asfora solicitou informações acerca de audiência pública sobre proibição de venda de bebidas alcoólicas e pediu apoio do CAOPIJ nos temas de exploração sexual e trabalho infantil.	Ao coordenador do CAOPIJ
04.09.18	Promotoria de Justiça de Olinda	Solicitou cópia de representação do plantão do dia 18.08.18	Enviado por e-mail
04.09.18	Promotor de Justiça	Dr. Fabiano Beltrão solicitou indicação de unidade de acolhimento	Foi fornecido o contato da Central de Vagas e informado que existe uma relação de unidades na página do CAOPIJ
05.09.18	Promotoria de Justiça de Quipapá	Dra. Regina Wanderley solicitou indicação de unidade de acolhimento	Foi fornecido o contato da Central de Vagas e informado que existe uma relação de unidades na página do CAOPIJ
12.09.18	Ministério Público do Pará	Solicitou modelo de documento sobre desvio de finalidade no	Ao CAOP Educação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		transporte escolar	
17.09.18	Promotoria de Justiça de Itapissuma	Sra. Lenilda solicitou informações sobre adoção	Foi enviada, por e-mail, cartilha sobre o tema
18.09.18	Coordenador do CAOPIJ	Confirmar a reunião sobre o envio de crianças, oriundas de outros municípios, para entidade de acolhimento de Timbaúba.	Questão resolvida por e-mail, não há mais na unidade de Timbaúba crianças de outros municípios.
20.09.18	Promotor de Justiça de Flores	Dr. Rafael Moreira solicitou orientação sobre o PIA no caso das medidas socioeducativas em meio aberto, informou que o CREAS não quer elaborar nem acompanhar.	Ao coordenador do CAOPIJ
26.09.18	CAOPIJ	Solicitar aumento da capacidade da pasta de rede do CAOPIJ.	Providenciado
03.10.18	Promotora de Justiça – 32ª PJDCC	Dra. Rosa Carvalheira solicitou agendamento de reunião para tratar sobre acolhimento institucional, crianças oriundas de outros municípios.	Agendada para o dia 22.10.18 no CICA.
11.10.18	CAOPIJ	Abrir chamado para o computador de Maria Thereza Nogueira.	Providenciado – chamado nº 80788
18.10.18	CAOPIJ	Solicitar material de expediente e para os eventos do CAOPIJ	Providenciado – requisição nº 25618
23.10.18	Coordenador do CAOPIJ	Separar material que será utilizado no evento de Gravatá, salvar em DVD.	Providenciado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

25.10.18	Coordenador do CAOPIJ	Confirmar com os representantes dos Conselhos de Psicologia e Serviço Social a reunião do dia 26.10.18	Confirmado
31.10.18	Promotora de Justiça de Abreu e Lima	Dra. Liliane Asfora solicitou material sobre proibição de venda de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes.	Ao coordenador do CAOPIJ
05.11.18	CAOP Educação	Dr. Sérgio Gadelha solicitou elaborar convite para Sra. Anilda ministrar palestra no evento CAOPS em Ação de Gravatá	Convite elaborado e enviado por e-mail
06.11.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar à CMTI a substituição da cartilha Conselho é bom e eu gosto pela versão atualizada no site do CAOPIJ	Providenciado – chamado nº 81416
14.11.18	CAOPIJ	Solicitar à CMTI que verifique o acesso à pasta de rede do CAOPIJ	Providenciado
14.11.18	Demanda espontânea de pessoa física	Denúncia de maus-tratos e abuso sexual em relação a duas crianças – uma de 3 e outra de 7 anos de idade.	Declarações tomadas por termo e encaminhadas para apreciação pelo coordenador do CAOPIJ
19.11.18	Coordenador do CAOPIJ	Enviar e-mail sobre evento de Palmares para diversos órgãos do sistema de garantias	Providenciado
20.11.18	Promotoria de Justiça de Paudalho	Sr. Delmiro solicitou modelo de portaria para aluno que necessita de acompanhante em escolar, por ser portador de necessidades	Ao CAOP Educação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		especiais.	
21.11.18	Conselho Municipal de Água Preta	Sr. José Nilson Andrade solicitou material sobre os direitos da criança e do adolescente.	Solicitação atendida em 27.11.18
22.11.18	Promotor de Justiça de Surubim	Dr. Garibaldi solicitou orientação sobre burla ao cadastro nacional de adoção	Ao coordenador do CAOPIJ
27.11.18	Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital	Sr. Marcelo Almeida solicitou cópia do plantão do dia 22.04.17	Enviado por e-mail para Dra. Rejane Strieder e para Marcelo Almeida.
27.11.18	Promotoria de Justiça de Afrânio	Solicitou orientação sobre criança que não possui registro e que vive com um casal desde que nasceu, sem ter a guarda regularizada.	Ao coordenador do CAOPIJ
27.11.18	Promotoria de Justiça de Salgueiro	Solicitou modelo de parecer de indeferimento de pedido de guarda, com base no laudo do estudo psicossocial	À Analista Ministerial – Área Jurídica
28.11.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitou agendamento de reunião com o desembargador Dr. Luiz Carlos Figueiredo	A servidora Márcia ficou de verificar a disponibilidade do desembargador
03.12.18	Promotor de Justiça de Surubim	Dr. Garibaldi solicitou orientação sobre o cadastro nacional de adoção	Ao coordenador do CAOPIJ
03.12.18	Promotora de Justiça de Vitória de Santo Antão	Dra. Tathiana Barros solicitou material sobre exploração sexual	Providenciado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

11.2 Cursos, reuniões e eventos externos

Data	Curso / Reunião / Evento
10.03.15	Reunião com os Procuradores Criminais – Unidades da Funase
19.03.15	Reunião com Samuel Mendonça. Arquivo histórico – preenchimento das guias do arquivo.
30.03.15	Reunião com a CMTI – Página do CAOPIJ
14.08.15	ESMP – MPPE. Curso “O Novo CPC: principais inovações” - Módulo I, fórum Rodolfo Aureliano. Carga horária: 6,5 h
20.08.15	Reunião dos coordenadores de CAOPS com a Subprocuradora-Geral em Assuntos Administrativos. Salas dos Centros de Apoio.
25.09.15	ESMP – MPPE. Curso “O Novo CPC: principais inovações” - Módulo II, Banco Central Carga horária: 4 h
20.10.15	Seminário do Projeto Novas Oportunidades – CEFOSPE. Reinserção social dos egressos da FUNASE
09.12.15	Reunião com Dr. Luiz Guilherme, Dra. Márcia Cordeiro e a Secretária de Saúde de São Lourenço. Projeto Criando Espaços na Rede de Atenção: Um CAPS para crianças e adolescentes.
17.02.16	Reunião com Andréa Corradini, da ASSCOM. Projetos, eventos e cartilhas para o ano de 2016, além da criação de página em rede social para o CAOPIJ.
11.03.16	ESMP/MPPE. Curso Alterações nos institutos da interdição e curatela trazidas pelo novo CPC e pela Lei nº 13.146/2016
14.03.16	Reunião com Andréa Corradini, da ASSCOM. Página do CAOPIJ no Facebook.
30.03.16	CAOPIJ e PJ São Lourenço da Mata. 1º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ em São Lourenço da Mata.
31.03.16	Reunião com Dra. Aline Arroxelas e Maria Luiza Duarte, Analista Ministerial em Serviço Social da 1ª PJDC de Olinda. Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, que será realizado em Olinda no dia 27 de abril e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	projetos do CAOPIJ.
11.04.16	ESMP/MPPE. Palestra” Uso das redes social por instituições e personalidade públicas”.
11 e 12.04.16	ESMP/MPPE. Oficina Social Media Gov 10 passos para estruturar as redes sociais de sua instituição.
27.04.16	CAOPIJ e PJ Olinda. 2º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ em Olinda.
20.05.16	ESMP/MPPE. Seminário A nova Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2016.
01.06.16	CAOPIJ e PJ Palmares. 3º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ em Palmares.
10.08.16	CAOPIJ e PJ Salgueiro. 4º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ em Salgueiro.
14.09.16	CAOPIJ e 1ª PJDC Petrolina. 5º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para Crianças e Adolescentes, evento promovido pelo CAOPIJ em Petrolina
04.04.17	Convocação nº 13/2017 PGJ – Oficina de painel de contribuição 2017
17.04 a 22.05.17	Curso de Justiça Restaurativa, modalidade à distância, carga horária 40h
17.04 a 26.05.17	Curso Fundamentos do Novo Código de Processo Civil, modalidade à distância, carga horária 16h.
16.05.17	Reunião com as peritas do MEPCT/PE da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos sobre inspeções nas unidades da FUNASE
05.06.17	Reunião com a equipe do CMATI sobre as inspeções nas unidades socioeducativas, que deverão ser realizadas à luz do SINASE
05.06.17	Reunião com Dra. Maísa Oliveira, Dra. Aline Arroxelas, Promotoras de Justiça de Olinda, CAOP Saúde e a Secretaria de Saúde do município de Olinda sobre a rede de atendimento municipal de Olinda
04.08 a 01.12.17	Curso Básico da Língua Brasileira de Sinais – Libras, carga horária 45h



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

16.08.17	Relato de experiências Justiça Restaurativa na tutela dos Direitos da Criança e do Adolescente – Dra. Vanessa Harmuch – ESMP
17.08.17	Reunião do NUPiA com Dra. Vanessa Harmuch, PJ de Ponta Grossa MPPR – apresentação sobre Justiça Restaurativa no sistema eletrônico (processo) do Judiciário do Paraná;
04.09.17	7ª Reunião da Câmara do Sistema Socioeducativo – Auditório da FUNASE
14.11.17	Reunião com os Promotores de Justiça: Dr. Guilherme Lapenda, Dra. Andréa Karla Reinaldo, Dr. Eleonora Marise, Dra. Rosa Maria Carvalheira, o Secretário Estadual de Educação e a equipe da Secretaria Municipal de Educação sobre educação na socioeducação
18.12.17	Treinamento para uso do sistema channel com Ingrid da AMPEO
07.12.17	Reunião com Dr. Luiz Guilherme Lapenda, Dr. João Paulo Pedrosa, Promotor de Justiça de Palmares e a Sra. Cláudia Souza (SDSCJ) – sobre a situação do serviço de acolhimento da Mata Sul do Estado.
23.01 a 22.03.18	Ética e Administração Pública, Turma 1, Instituto Legislativo Brasileiro, carga horária 40 h.
06.02.18	Treinamento página eletrônica do CAOPIJ
16.02.18	Secretária da reunião entre o coordenador do CAOPIJ, Procuradora do Trabalho, CMGP, AMPEO e SDSCJ sobre a implantação do Programa Jovem Aprendiz.
19.02.18	Secretária da reunião entre o coordenador do CAOPIJ, CAOP Criminal, representantes da SDS/PE sobre a necessidade de criação de um fluxo de atendimento uniformização de atendimento das demandas da infância e juventude nas delegacias de Pernambuco e casos oriundos da FUNASE.
13.03.18	Secretária da reunião entre o coordenador do CAOPIJ, representantes da Polícia Civil e da SDS/PE sobre crimes e atos infracionais ocorridos no âmbito da FUNASE.
23.02 a 15.06.18	Curso Básico da Língua Brasileira de Sinais – Libras, módulo II, carga horária 45h.
09 a 30.04.18	Curso Sistema Eletrônico de Informações SEI! Usar (Turma ABR 2018) – ENAP – carga horária 20h.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

23.04.18	Secretária da reunião entre o coordenador do CAOPIJ e representantes do CMAT sobre os relatórios das inspeções realizadas nas unidades socioeducativas da FUNASE.
25.04.18	Turma 3 Curso SEI – ESMP
05.06.18	Secretária da reunião entre o coordenador do CAOPIJ, 1ª PJDC Olinda, 33ª PJDC e CAOP Criminal sobre uniformização do atendimento policial para infância e juventude nas delegacias de Pernambuco
19.07 a 16.08.18	Curso Promoção e Defesa dos Direitos LGBT – ENAP – carga horária 30h.
26.07 a 16.08.18	Curso Direitos Humanos uma Declaração Universal – ENAP – carga horária 20h.
06.08.18	Secretária da reunião entre o coordenador do CAOPIJ, a Promotora de Vitória de Santo Antão e representantes da FUNASE sobre a situação do CASE PACAS.
08.08.18	Secretária da reunião entre o coordenador do CAOPIJ, vários Promotores de Justiça e representantes da Polícia Civil sobre uniformização do atendimento policial para infância e juventude nas delegacias de Pernambuco
28.08.18	Secretária da reunião entre o coordenador do CAOPIJ, a Promotora de Vitória de Santo Antão, representantes da FUNASE e secretário de infraestrutura de Vitória sobre a estrada de acesso ao CASE PACAS.
05.09.18	Treinamento G-Suite
21.09.18 a 20.02.19	Curso da Língua Brasileira de Sinais – Libras, módulo intermediário, carga horária 45h
08.10.18	Secretária da reunião com o coordenador do CAOPIJ e representantes do FOJUPE – sobre o Plano Estadual de Juventude e as políticas para juventude estadual.
30.10.18	Reunião com Isabel da ESMP sobre o DOITY



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

11.3 Atividades Administrativas (Documentos/Expedientes) 2015-2018

Documentos / Expedientes	2015
Ofícios Expedidos	136
Ofícios Circulares Expedidos	12
Ofícios Recebidos	245
Cis Expedidas	67
Arquimedes: cadastro no grupo Ofício CAOP Infância e Juventude	497 documentos do tipo expediente 4 documentos do tipo extrajudicial
Arquimedes: movimento no grupo Ofício CAOP Infância e Juventude	768 movimentos
Arquimedes: cadastro no grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Secretaria	464 documentos do tipo expediente
Arquimedes: cadastro no grupo Ofício CAOP Infância e Juventude - Secretaria	134 movimentos

Documentos / Expedientes	2016
Cartas Precatórias Expedidas	14
Ofícios Expedidos	86
Ofícios Circulares Expedidos	07
Ofícios Recebidos	152
CIs Expedidas	57
Arquimedes: Dr. Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda – Coord. do CAOP Criança e Adolescente	245 Manifestações 633 Outras Providências 2 Declínios de Atribuição 1 Despacho Administrativo 1 Arquivamento P.A. 6 Arquivamentos de Procedimento
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude	175 Documentos cadastrados 87 Certidões / informações
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Secretaria	823 Documentos cadastrados 144 Certidões 3 Outras providências
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Equipe Técnica 1	1 Atendimento 2 Relatórios técnicos 4 Documentos cadastrados



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	5 Certidões / informações 6 Manifestações do servidor
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Equipe Técnica 2	184 Certidões / informações 1 Relatório técnico 1 Documento cadastrado

Documentos / Expedientes	2017
Ofícios Expedidos	145
Ofícios Circulares Expedidos	2
Ofícios Conjuntos	4
Documentos Recebidos por Meio Físico	366
Documentos Recebidos por E-mail	1.108
Clis Expedidas	31
Escalas de Plantão da Infância e Juventude (De acordo com a Res. CPJ nº 006/2017 a escala da plantão da infância passou a ser de responsabilidades das coordenadorias das PJDCC e PJIJC)	12 escalas e 22 permutas enviadas (a partir de setembro/2017, as escalas de plantão foram encaminhadas para a coordenadoria da PJIJC, responsável por alterações)
Arquimedes: Dr. Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda – Coord. do CAOP Criança e Adolescente	30 Manifestações 967 Outras Providências 2 Declínios de Atribuição 1 Despacho Administrativo 3 Arquivamentos 6 Arquivamentos de Procedimento
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude	3.204 Documentos cadastrados 30 Certidões / informações
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Secretaria	2.264 Documentos cadastrados 267 Certidões 21 Outras providências
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Área Jurídica	11 Pareceres e trabalhos técnicos 18 Documentos cadastrados 40 Certidões / informações 6 Manifestações do servidor
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Psicossocial	419 Certidões / informações 4 Relatório técnico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

6 Documentos cadastrados

Documentos / Expedientes	2018
Ofícios Expedidos	86
Ofícios Circulares Expedidos	9
Ofícios Conjuntos	2
Documentos Recebidos por Meio Físico	178
Documentos Recebidos por E-mail	1062
ClIs Expedidas	21
Arquimedes: Dr. Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda – Coord. do CAOP Criança e Adolescente	898 Outras Providências 5 Manifestações
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude	98 Documentos cadastrados
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Secretaria	1.022 Documentos cadastrados 36 Certidões 77 Outras providências 31 Ofícios
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Área Jurídica	479 Certidões / informações 2 Pareceres e trabalhos técnicos 1 Documento cadastrado
Arquimedes: Grupo Ofício CAOP Infância e Juventude – Psicossocial	6 Pareceres e trabalhos técnicos

* Os dados do Arquimedes de 2018 se referem aos cadastros e movimentos de janeiro a novembro.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

12. Intervenções da Equipe Técnica

A partir de novembro de 2017, a equipe foi reorganizada, com a transferência de parte dos integrantes para o CAOP Educação, recém-criado, e a troca do Analista Ministerial da Área Jurídica, após a realização de permuta.

12.1. Assessoria Técnica Jurídica

Dilson de Souza Santos Filho – Analista Ministerial Área Jurídica (até 19/10/2017) e Maria Thereza Nogueira de Miranda Medeiros – Analista Ministerial Área Jurídica (a partir de 20/10/2017)

Em atenção a resolução PGJ n°. 01/2006, art. 37, que estabelece como exercício do cargo de Analista Ministerial, da área Jurídica e da área Processual, a realização de atividades de nível superior, de natureza técnica, privativas de bacharel em Direito, relacionadas à atividade-meio e à atividade-fim do Ministério Público, envolvendo o planejamento, a coordenação, a supervisão e a execução de tarefas que envolvem a elaboração de peças jurídicas; realizar análise, pesquisa, seleção e processamento de informações sobre legislação, doutrina e jurisprudência.

Foram agrupados os dados referentes à origem e ao tipo de demanda apresentada, no período de 2015 a 2018, os quais precedem tabelas demonstrativas anuais dos trabalhos de natureza técnico-jurídica executados, em especial, estudos de procedimentos, pesquisa e orientação, confecção e adaptação de peças, e material de apoio aos Membros do Ministério Público de Pernambuco, bem como aos Ministérios Públicos de outros Estados da Federação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Assessoria Técnica Jurídica – Origem da Demanda

Origem	2015	2016	2017	2018
Coordenação	51	30	25	59
Promotorias de Justiça	22	16	26	57
Órgãos internos	1	-	-	-
Outros MPs	-	1	1	10
TJPE	-	-	-	10
Outros	1	-	-	1

Assessoria Técnica Jurídica – Tipo da Demanda

Tipo	2015	2016	2017	2018
Pesquisa de Legislação/Jurisprudência	57	25	31	84
Elaboração de Modelos de Peças Judiciais e Extrajudiciais	15	17	16	28
Notas Técnicas / Pareceres / Projetos	5	5	-	10
Outras (reuniões, relatórios)	-	-	5	15

2015

Solicitante	Demanda	Resposta
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa de regimentos de conselhos municipais e estaduais que constam a previsão de voto de minerva por parte de seus presidentes	Encaminhamento de Ementa de decisão do TRF 1ª região a respeito do assunto.
PJ Paudalho	Pesquisa sobre o tema “estruturação de Conselho Tutelar”.	Envio de dois modelos de TAC’s de iniciativa do próprio MP/PE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

PJ Ribeirão	Solicitação de pesquisa	Envio de modelo de Recomendação aos proprietários de "cyber cafés", "lan houses" ou equivalentes com o intuito de proteção à criança e ao adolescente nesses ambientes.
PJ Olinda	Solicitação de pesquisa	Envio de material normativo a respeito das eleições do Conselho Tutelar.
PJ Petrolina	Pesquisa sobre a competência para apreciar pedido de autorização de trabalho artístico para menor de 16 anos, se da justiça comum ou do trabalho.	Envio do MANUAL DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (CNMP,2013) que trata dessa questão de competência entre o MPE e MPT, página 70, em casos de trabalho infantil, bem como de modelo de peça correlato ao tema que poderia ajudar na condução dos trabalhos.
CGMP	Ofício da CGMP nº 0363/2015, a respeito da possibilidade de compartilhamento dos relatórios de inspeção realizados pelo Ministério Público nas unidades de internação provisória e definitiva, conforme solicitação da Universidade Federal de Pernambuco.	Elaboração de Minuta de resposta informando que, conforme preceitua o ECA, em seu Art.143, é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional, salvo notícia a respeito do fato que não identifique a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.
Demanda Interna	Pesquisa sobre peças relacionadas as eleições de conselheiros tutelares.	Envio de modelos de peças referentes ao tema e a legislação correlata.
PJ Jatobá	Pesquisa sobre a situação do Conselho Tutelar de Jatobá (termo de Petrolândia). Ocorrência: a promotoria ingressou com duas ACPs para destituição do cargo de conselheiro	Envio da informação que: em caso de inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

	tutelar e os suplentes não querem assumir. Na ocasião, indagou se o conselho pode funcionar com 2 ou 3 membros e se tinha alguma medida jurídica que obrigue os suplentes a assumirem.	(Art.15,§2º Res.139 CONANDA).
Demanda Interna	Pesquisa a respeito de irregularidade em unidades de Acolhimento.	Apresentação de 8 modelos de peças que buscavam regularizar problemas na estrutura dessas entidades de Acolhimento.
Demanda Interna	Pesquisa sobre aplicação da infração administrativa do Art. 249 do ECA.	Disponibilizado texto do promotor Murilo Digiácomo se manifestando a respeito da aplicação da infração administrativa do Art.249 do ECA nos casos em que serviços públicos, requisitados pelo CT, são negados. Por outro lado, foi feito o encaminhamento de seleção de jurisprudência, inclusive do STJ, no sentido de que a aplicação dessa infração destina-se aos pais ou responsáveis que descumprirem dolosa ou culposamente os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrentes da tutela ou guarda.
Demanda Interna	Pesquisa sobre jurisprudência e legislação/doutrina acerca do funcionamento dos hotezinhos particulares para crianças de 0 a 03 anos.	Encaminhada seleção de jurisprudências sobre o tema maus-tratos em estabelecimentos particulares.
PJ Carpina	Solicitação de pesquisa	Enviados 8 modelos de peças referentes a trabalho infantil em situação de risco, como também portaria de instauração de inquérito para apurar irregularidades em Conselho Municipal de Direitos.
PJ Carpina	Pesquisa de modelo de Ação para o seguinte caso: “um recém-nascido está	Providenciado o encaminhamento de dois modelos de Ações referentes a obrigação do estado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	<p>internado no hospital de Carpina e necessita ser, urgentemente, transferido para uma UTI de um hospital da rede pública. O problema é que, segundo a central de leitos, não há vagas nos hospitais da rede pública. Preciso de um modelo de Ação para o mencionado caso, requerendo que a criança seja transferida para hospital público ou particular”.</p>	<p>em disponibilizar vagas em UTI.</p>
<p>Demanda Interna</p>	<p>Pesquisa a respeito das Eleições Unificadas dos Conselhos Tutelares, no que diz respeito a cessão de Urnas Eletrônicas.</p>	<p>Envio de guia de orientações para o primeiro processo de escolha em data unificada de Conselheiros Tutelares elaborado pela SDH, Resolução proposta pelo Conselho Municipal de Olinda, dispendo sobre as eleições unificadas e Res. TSE nº 22.685, de 13/12/2007, que trata de normas para cessão de urnas e sistema de votação específico.</p>
<p>Demanda Interna</p>	<p>Pesquisa sobre o tema ausência de Laudo de Segurança do Corpo de Bombeiros, nem vistoria da Vigilância Sanitária em casa de acolhimento.</p>	<p>Enviados modelos de atos do MPPE a respeito de irregularidades em Casa de Acolhimento.</p>
<p>PJ Alagoinha</p>	<p>Pesquisa sobre os seguintes itens: “01) Considerando que com a unificação da data para eleição dos Conselheiros ficou estabelecido que o prazo para expedição do Edital seria de 06 meses antes do sufrágio, como deve proceder o Conselho de Direitos da Criança e Adolescente de Alagoinha, em virtude de já haver perdido o referido prazo? 02) Quem está atualmente</p>	<p>Apresentadas as seguintes observações: Percebe-se, de fato, que o prazo legal previsto é vinculante e obrigatório para a Administração Pública, conforme art. 51 da Res.170 do CONANDA, mas é importante observar os esclarecimentos expostos sobre esse assunto no material "Eleições unificadas do CT" e na Minuta de Recomendação Administrativa ao Prefeito e ao Presidente do CMDCA (MP/PR). Quanto ao item 2, o art. 133, inciso I, II e III., do ECA, esclarece</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	ou já foi Conselheiro necessitará realizar a prova teórica? 03) O edital pode ser expedido antes da aprovação da Lei Municipal?”	que serão exigidos: reconhecida idoneidade moral; idade superior a vinte e um anos; e residir no município. Cabe ressaltar que a Lei Municipal de criação do Conselho Tutelar poderá agregar outras exigências. (GUIA DE ORIENTAÇÕES, SDH, pág.20) Quanto ao item 3, foi indicado o material "Conselho Tutelar: Calendário de ações para as Eleições 2015". [Fonte: Guia de Monitoramento para o Processo de Escolha Unificado 2015 - MPPA]
PJ Agrestina	Pesquisa a respeito dos “conselheiros tutelares que se encontram atualmente em exercício, e estão no cargo desde 2010, totalizando, até o final do corrente ano, 5 anos de exercício. Questiona-se: Estariam tais conselheiros aptos a concorrer novamente ao cargo de Conselheiro Tutelar?”	Encaminhado o "Guia de Orientações - Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros dos Conselhos Tutelares" que contém esclarecimentos sobre essas questões.
Demanda Interna	Pesquisa sobre internação de adolescentes usuários de drogas.	Encaminhados 5 modelos de peças sobre esse tema e, em complemento, um roteiro de atuação ministerial em casos de Atenção Perinatal proposto pelo GNDH. Esse material contém Minutas de peças extrajudiciais referentes ao serviço. Tendo sido localizados mais outros modelos de peças que possuem semelhança com o assunto.
Demanda Interna	Pesquisa a respeito do assunto indeferimento de inscrição de conselheiro tutelar seria de interesse coletivo ou individual.	Envio de materiais de apoio e legislação sobre o tema eleições unificadas do CT, e jurisprudência no sentido de considerar que o direito em disputa é afeto ao interesse individual.
PJ Iati	Pesquisa referente a uma situação atinente ao tema	Encaminhados 3 modelos de peças referentes ao tema.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Educação Inclusiva no Município.	
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de Minuta de peça referente às adequações normativas e orçamentárias destinadas a garantir a realização do Processo de Escolha Unificado para Conselheiros Tutelares no Município.	Encaminhada Minuta de Recomendação
PJ Cachoeirinha	Pesquisa sobre o tema “internação de adolescente com problema de drogas”	Envio de 4 modelos de peças sobre esse tema.
Demanda Interna	Pesquisa a respeito de impedimento de que conselheiro tutelar e membro de conselhos de direitos possuam uma relação matrimonial.	Parecer técnico sobre o tema.
Site do MPPE	Consulta/Pedido de informações a respeito de procedimentos de adoção.	Encaminhamento de cartilha proposta pela CEJA/PE, que trata do tema Adoção com bastante clareza.
Demanda InternaJ	Pesquisa sobre estruturação de escola.	Apresentação de 4 modelos de peças sobre o tema.
PJ Camaragibe	Pesquisa de modelo de Editais sobre as eleições de Conselho Tutelar.	Envio de guia de orientações da SDH, que, em seu anexo 6, contém modelo de edital.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa a respeito dos conselheiros que poderão ou não participar do processo de escolha.	Encaminhados a "Guia de Orientações - Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros dos Conselhos Tutelares" que trata, entre outras coisas, da questão dos conselheiros que poderão ou não participar do processo de escolha (p. 15 e 16), a Res. N°. 152/CONANDA e a Res. n°. 170/CONANDA, que trata da aplicação de prova.
33ª. PJDCC	Pesquisa de jurisprudência e/ou modelo de peças (ACP, RECOMENDAÇÃO, TAC) relativas à proibição	Envio de jurisprudências sobre o tema prorrogação de mandato de CT, e, após nova solicitação, decisões do STJ e STF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	de prorrogação de mandato de conselheiro tutelar.	
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de projeto técnico	Tema: "Fortalecimento do sistema municipal de atendimento socioeducativo".
Demanda Interna	Pesquisa sobre como proceder em casos de eleições municipais de conselheiros com menos de 10 candidatos.	Envio da Res. nº. 170/ CONANDA que , em seu artigo 13, trata do tema.
Coordenação CAOPIJ	Minuta de Recomendação a respeito das irregularidades constatadas em inspeção no CASE VITÓRIA.	Confecção e envio de Minuta.
Demanda Interna	Elaboração de peças	Recomendação que trata de providências a serem tomadas em caso de maus tratos de adolescentes.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de peças	Recomendação sobre CAPS i
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa abordando o embasamento legal, objetivos e breve histórico do programa "Audiência de Custódia".	Realização do levantamento solicitado.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa das principais normas aplicáveis ao plantão infância	Disponibilização de material com a síntese das principais normas aplicáveis ao plantão infância, como também uma Guia detalhado a respeito do plantão da infância no MPPE.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa a respeito do tema "desincompatibilização de Conselheiro Tutelar"	Envio de artigo do Procurador de Justiça do MP/PR, Dr. Murillo José Digiácomo, sobre o Tema "Conselho Tutelar - Eleição - Candidato servidor municipal - Desincompatibilização"
Demanda Interna	Solicitação de pesquisa	Envio de modelos de peças ministeriais buscando o afastamento de conselheiros tutelares.
PJ Garanhuns	Pesquisa de material sobre superlotação de unidade de internação.	Disponibilização de material com 2 peças sobre o tema.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

PJ Caetés	Pesquisa sobre informações de até quantos candidatos cada eleitor poderia votar para conselheiro tutelar.	Envio de Recomendação da promotoria de Agrestina, de 14 Agosto de 2015, para que se observasse a fundamentação, e de peças referentes aos direitos sociais do CT.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de ofício	Minuta de ofício informando que o CAOP Infância e Juventude está desenvolvendo o projeto “Cidadania Enfrentando a Violência: Fortalecimento do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo” o qual propõe a ação articulada de promotores de justiça com atribuição na infância e juventude para consecução de dois objetivos: a implantação dos planos Municipais de Atendimento socioeducativo, bem como a expansão e qualificação dos Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto.
PJ Caetés e PJ Buíque	Pesquisa de material sobre as atribuições do conselho tutelar.	Encaminhamento de peça referente ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de pesquisa	Disponibilização de modelos de agravo de instrumento contra decisão que inferiu pedido de internação provisória.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de pesquisa	Disponibilização de jurisprudência que trata sobre a possibilidade de aplicação de recursos do fundo no processo eleitoral. Trecho do conteúdo da Jurisprudência: O CONANDA extrapolou os limites de sua competência ao editar a Resolução nº. 137/2010 (fls.80/87), que estabelece parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, e, ainda, impõe critérios de utilização de recursos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		a serem observados por todos os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.
PJ Garanhuns	Pesquisa de peças confeccionadas pela PJ Petrolina sobre a superlotação em entidades de internação.	Envio de Termo de Acordo Extrajudicial e Ação Civil Cautelar Inibitória em relação ao caso da Funase Petrolina.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de parecer técnico	Confecção de Parecer Técnico sobre remoção de tatuagens em adolescentes infratores.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de projeto técnico	Abordagem jurídica sobre o tema captação de recursos pelas entidades de acolhimento com o objetivo de constar no projeto Comissão de direitos à convivência familiar.
Demanda Interna	Pesquisa referente a identificação ilegal de adolescente	Modelo de representação administrativa sobre esse tema.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa sobre compra de votos e aliciamento de eleitores referente à eleição de Conselheiros Tutelares.	Demanda atendida.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de peça	Confecção de Minuta de ACP visando à impugnação de Candidatura em Eleição de Conselho Tutelar, tendo em vista ausência de idoneidade moral.
Demanda Interna	Pesquisa sobre legislação que trata de impugnação de candidatura de conselheiro tutelar.	Envio da res. N.º. 170/ CONANDA, que em seu artigo 11 trata do tema.
Demanda Interna	Elaboração de modelos de peças referente ao funcionamento de bares com o intuito de prevenir consumo de bebida alcoólicas por crianças e adolescentes.	Encaminhamento de dois modelos de TAC's que tratam do tema.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de documento	Minuta de Ofício objetivando alertar o COMDICA local sobre a desnecessidade de cancelar todo o pleito eleitoral referente a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		eleição do conselho tutelar, tendo em vista que as nulidades apontadas partiram de casos isolados e que o mais correto seria impugnar a candidatura daqueles candidatos que deram ensejo a determinadas irregularidades.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de material técnico	Confecção de minuta de apresentação com as atividades do CAOPIJ com o objetivo de ser apresentado no curso de formação dos novos promotores nomeados em 2015.
Ouvidoria do MPPE	Elaboração de documento	Confecção de minuta de resposta ao e-mail recebido pelo CAOPIJ, em 08 de outubro de 2015, o qual continha, em síntese, nos seguintes termos: possibilidade de responsabilização de advogado que adota conduta incompatível na defesa de autor de suposta alienação parental.
Demanda Interna	Pesquisa a respeito das pessoas desimpedidas em participar do processo eleitoral referente às eleições do conselho tutelar.	Envio da cartilha da SDH, pag.15, que esclarece quem poderia participar da eleição e também as resoluções 170 e 152 do CONANDA.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa sobre impugnação de candidatura e anulação de eleição de conselheiro tutelar.	Encaminhamento de 1 ACP sobre impugnação de candidatura e 2 ACP'S sobre anulação.
Demanda Interna	Solicitação de modelos de peças referentes à implantação de acolhimento no município. (TAC, Recomendação e ACP).	Encaminhados modelos de Recomendação, TAC e ACP.
PJ Paudalho	Pesquisa de modelo de parecer sobre autorização de viagem.	Envio de material do MP/GO que contem, pag.35, um modelo de parecer de autorização de viagem para casos em que um dos pais está em lugar incerto.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo sobre impugnação eleitoral	Encaminhado modelo de impugnação de candidatura de CT



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	de conselheiro tutelar	por motivo de corrupção eleitoral.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de documento	Confecção de Minuta de Ofício em resposta ao Ofício GP N° 422/2015, proveniente da PJ Alagoinha, o qual continha questionamento acerca da possibilidade de conselheiro tutelar que exerceu mandato, no ano de 2012, por seis meses, e que foi consecutivamente empossado para um novo mandato poderia concorrer às eleições unificadas de 04 de outubro de 2015. Na minuta do ofício foi observado que, caso a conselheira tivesse sido empossada a partir de 11 de janeiro de 2013 para o exercício do seu segundo mandato consecutivo, não existiria óbice legal para sua candidatura.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa de modelo de recurso de apelação contra decisões que extinguem medida socioeducativa com o advento da maioria.	Não foi possível localizar recurso de apelação, entretanto, no intuito de colaborar com a elaboração do recurso, foi enviada vasta jurisprudência de tribunais diversos que se posicionam contra essa medida.
CAOP Criminal	Questionamento quanto ao desenvolvimento de parceria do MPPE com as diversas instituições do sistema de justiça e demais organismos da rede para o oferecimento de capacitação permanente e interdisciplinar aos integrantes da rede no âmbito da juventude sobre questões referentes à prevenção de violência contra jovens negros e pobres.	Sugestão de consulta ao Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo do Ministério Público de Pernambuco, que tem o objetivo de construir estratégias de enfrentamento ao racismo através da discussão, sensibilização e capacitação de membros e servidores.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de modelo de peça	Disponibilização de modelo de ACP para implantação de acolhimento institucional e familiar por parte de município.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

PJ João Alfredo	Pesquisa de modelos de peças referentes a estruturação de CT e Direitos Sociais de seus conselheiros.	Envio de 5 peças referentes aos temas.
Demanda Interna	Solicitação de estudo sobre jurisprudência de autorização judicial para adolescentes que desejam tomar hormônio para estimular transformações do corpo masculino para um corpo feminino.	Encaminhado parecer do conselho federal de medicina a respeito desse tema.
Demanda Interna	Pesquisa de modelos de peças referentes a destituição de CT.	Encaminhamento de 4 ACPs sobre o tema.
Demanda Interna	Solicitação de modelo referente a impugnação de candidatura de CT por não atendimento de idoneidade moral.	Envio de 3 peças sobre esse assunto.
Demanda Interna	Pesquisa de material como modelo de TAC e Recomendação ou cartilha sobre o Fundo Municipal da Criança e Adolescente.	Encaminhados 6 modelos de peças sobre esse tema.
Demanda Interna	Pesquisa referente ao assunto retenção de documento escolar	Envio de dois modelos de peças.
PJ Buíque	Pesquisa sobre modelo de ação que visa à busca e apreensão de adolescente em situação de risco	Remessa de duas peças semelhantes (situação de risco) ao caso, uma ação de acolhimento institucional que visa à busca e apreensão de adolescente e outra do MP/SE que trata de busca e apreensão propriamente dita.
PJ Ribeirão	Pesquisa sobre o assunto: Conselheiros Tutelares não poderiam participar da capacitação na cidade de Vitória de Santo Antão, porque o Município não liberou a verba solicitada	Encaminhados 13 modelos sobre casos de omissão do município em promover o regular funcionamento do conselho tutelar.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	pela presidente do COMDICA. Desta feita, houve solicitação de peças para fins de ajuizamento de ação de improbidade administrativa ou outra solução judicial para o caso.	
1ª PJDCO	Elaboração de relatório	Relatório sobre os autos de Procedimento Preparatório instaurado pela 1ª PJDCO – Infância e Juventude em virtude de denúncia da LAMAPE (fl.03), a qual solicita a anulação do edital para seleção de projetos, tendo em vista os ditames da Resolução 002/2015 (fl.4) do COMDICO, em razão de diversas irregularidades apontadas.
Demanda Interna	Consulta sobre o assunto: “O mandato dos conselheiros tutelares termina em 31 de dezembro de 2015. A posse está prevista para o dia 10 de janeiro de 2016. O que fazer em relação a esse vácuo de 10(dez) dias?”	Conforme Art.2º,III e IV da Res.152 do CONANDA, os conselheiros, em exercício, terão mandato prorrogado até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de confecção de minuta de recomendação a respeito de candidato sem escolaridade mínima à data da posse no Conselho Tutelar.	Preparação de minuta de recomendação propondo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito que anule o ato de nomeação do tal candidato, tendo em vista o não cumprimento dos requisitos legais à data da posse referente as eleições do ano 2015 devendo, em consequência, providenciar a nomeação e posse do suplente imediato, informando esta Promotoria no prazo de 10 (dez) dias a medida adotada.
Demanda Interna	Pesquisa sobre procedimento no caso de uma criança que vinha	Posicionamento quanto à omissão de cuidados por quem exerce o poder familiar em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	sendo estimulada por um estranho à família a acreditar que ele era seu pai, inclusive teria já viajado com essa criança. Na ocasião, o promotor afirmou que nos autos não havia indícios de abuso sexual.	relação a criança, pois a criança estaria numa situação de vulnerabilidade muito grande na companhia desse terceiro. Encaminhado modelo de suspensão do poder familiar e conseqüente acolhimento em instituição adequada.
Coordenação CAOPIJ	Edição e atualização da página eletrônica do MP/PE referente ao espaço reservado ao CAOP Infância e Juventude.	Postados artigos, doutrina, legislação, cartilhas, informativos e jurisprudência. Todos estes focados na temática de proteção às crianças e aos adolescentes.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de pesquisa	Atualização do banco de dados deste CAOPIJ com Legislação, Jurisprudência, doutrina e Modelos de peças referentes às atribuições do Ministério Público na Área da Infância e Juventude.
Coordenação CAOPIJ	Consulta	Consultas ao Diário Oficial do Estado, a fim de acompanhar as ações do MP/PE na área da Infância e Juventude.

2016		
Solicitante	Demanda	Resposta
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa de peças relacionadas a suspensão do poder familiar	Envio de modelo de peça referente ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Minuta de recomendação a respeito de candidato sem escolaridade mínima à data da posse	Elaboração de Minuta
Coordenação CAOPIJ	Pequisa a respeito de anulação de eleição de Conselho Tutelar	Envio de cinco modelos de ACP referentes ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Minuta de Apresentação sobre o CAOPIJ para ser ministrada aos estagiários.	Elaboração de Minuta.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa	Disponibilização jurisprudência atestando a ilegitimidade passiva do COMDICA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Coordenação CAOPIJ	Universalização da educação infantil	Envio de materiais referentes ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Peças relacionadas a perímetro escolar.	Envio de quatro Recomendações referentes ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Peças relacionadas sobre internação de adolescente com problemas com drogas/psicológicos.	Envio de três peças referentes ao tema.
Coordenação CAOPIJ	Minuta de despacho de instauração de procedimento para posterior transformação em projeto	Elaboração de Minuta.
Coordenação CAOPIJ	Parecer sobre o "segredo de justiça", previsto no art. 234-B do Código Penal.	Elaboração de Minuta.
Coordenação CAOPIJ	Parecer sobre exposição indevida de crianças em jornais.	Elaboração de Minuta.
Promotoria de Justiça	Destituição de CT por conduta incompatível e busca e apreensão de criança por adoção ilegal, como resultado dessa pesquisa envie	Envio de três modelos de peças.
PJ Belo Jardim	Apadrinhamento Afetivo	Envio de informações do projeto estrela guia do TJ/PE e envie duas jurisprudências sobre pessoas inseridas em Programa de Apadrinhamento que não podem adotar a criança apadrinhada.
Coordenação CAOPIJ	Ação de Investigação de Paternidade e Maternidade.	Elaboração de Minuta
Coordenação CAOPIJ	Denúncias de venda de bebidas alcoólicas e outras substâncias nocivas à saúde às crianças e aos adolescentes nas proximidades de Escola	Elaboração de Minuta de Ofício à Promotoria competente.
Coordenação CAOPIJ	Normas aplicáveis no que diz respeito à operacionalização das	Confecção de Expediente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	<p>alterações legislativas efetuadas no Código de Organização Judiciária de Pernambuco – COJE através de LC nº 252/2013, no que pertine ao Cadastro Nacional de Adoção, como também dar ciência das competências jurisdicionais em matéria de Adoção previstas no Provimento nº 01/15 do Conselho de Magistratura de Pernambuco.</p>	
<p>Coordenação CAOPIJ</p>	<p>Resolução nº 001/2016, publicada em 08 de março de 2016, estabelecendo que os serviços atualmente a cargo dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Cidadania e às Promotorias de Defesa da Infância e Juventude, de recepção da central de denúncias do Ministério Público de Pernambuco e das denúncias oriundas do Disque 100, do Ministério da Justiça, passarão a ser de responsabilidade da Ouvidoria.</p>	<p>Elaboração de Minuta de Ofício</p>
<p>PJ Belo Jardim</p>	<p>Maus Tratos sofridos por crianças em instituição de acolhimento e sendo o agressor um de seus funcionários.</p>	<p>Elaboração de Minuta de Ação de improbidade administrativa a fim de responsabilizar a dirigente da unidade em decorrência de desrespeitos aos princípios da eficiência, moralidade, legalidade, impessoalidade, honestidade e lealdade às instituições (pode-se, também, acrescentar o Prefeito), e de Minuta de Ação de dano moral coletivo a fim de responsabilizar o município, com esteio na responsabilidade objetiva do Estado (art. 37, parágrafo 6º, da CF).</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

PJ Belo Jardim	Competência jurisdicional para impetrar ações de adoções e habilitações em cadastro, vara regional ou comarca de origem.	Encaminhamento de Ofícios Circulares nº 16 e 22 do Poder Judiciário/PE.
PJ Belo Jardim	Necessidade de se aguardar ou não o Trânsito em Julgado da Ação de Destituição para colocação de criança para Adoção.	Envio do Provimento 01/2015 do Conselho de Magistratura que esclarece a questão.
Coordenação CAOPIJ	Verbas necessárias para garantir à alimentação adequada nas instituições de acolhimento sob sua responsabilidade.	Elaboração de Minuta de peça compelindo o município, inclusive por bloqueio de conta.
PJ Cabo de Sto. Agostinho	Adequação de Instituições de Acolhimento Institucional.	Confecção de minuta de Recomendação sobre a insuficiência de cuidadores e educadores, bem como de materiais pedagógicos e de higiene pessoal nas Casas de Acolhimento.
PJ Belo Jardim	Falta de pagamento de diárias ao CT	Envio de três peças ministeriais
PJ Belo Jardim	Lei municipal que proíbe o uso de celular em sala de aula.	Envio de três peças ministeriais
PJ Olinda	Horários obrigatórios de expediente dos Conselheiros Tutelares nos dias úteis (segunda a sexta).	Encaminhamento dos dispositivos do ECA e da Resolução 170 do CANANDA que tratam do assunto e de dois modelos de peças do MPPE que tratavam do tema.
PJ Olinda	Pequisa sobre materiais e modelos sobre a instalação, no Município, de programa de Acolhimento Familiar de Crianças e Adolescentes (portarias de ICs, recomendações, regulações, TACs, etc).	Envio de sete modelos de peças a respeito do tema.
Promotoria de Justiça	Pesquisa sobre Modelo de Acp para estruturação de entidade de Acolhimento	Envio de modelo de ACP.
33ª. PJDCC	Jurisprudência do STF ou STJ mais atualizada	Encaminhamento de sete jurisprudências sobre temas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	possível na área da infância sobre obrigação de fazer (alimentos e lotar servidor) x discricionariedade do gestor.	correlatos.
Coordenação CAOPIJ	Não aplicação da audiência de custódia nos casos de Ato Infracional cometidos por adolescentes.	Elaboração de Minuta Técnica.
Coordenação CAOPIJ	Recomendação expedida pela Promotoria de Santa Cruz do Capibaribe/PE para que blogs não divulguem dados e fotos de adolescentes.	Envio da respectiva Recomendação.
Coordenação CAOPIJ	Ação articulada de Promotores de Justiça com atribuição na infância e juventude para consecução de dois objetivos: a implantação dos planos Municipais de Atendimento socioeducativo, bem como a expansão e qualificação dos Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto.	Elaboração de cartilha.
Coordenação CAOPIJ	Implantação no Ministério Público de Pernambuco do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Educação.	Elaboração de Minuta de Ofício.
PJ Caruaru	Irregularidades em escolas e creches privadas	Envio de 8 peças referentes ao tema.
MPRN	Pesquisa, a título de colaboração, sobre gestão do Sistema Socioeducativo do Estado de Pernambuco	Remessa do regimento e regulamento da FUNASE, da Lei Nº 14.264, de 06 de janeiro de 2011, que institui a nova estrutura e o funcionamento do Poder Executivo Estadual.
PJ Itamaracá	Ações de destituição do poder familiar.	Envio de dois modelos sobre o tema.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Coordenação CAOPIJ	ACP contra o município que não oferece serviços de socioeducação em meio aberto.	Encaminhamento de modelo de ACP do MPMG.
Coordenação CAOPIJ	Ofício nº 080/2016, proveniente da 2ª VCA/PJ de Água Preta-PE, a respeito a disponibilização de kits ao Conselho Tutelar de Água Preta.	Elaboração de Minuta de ofício.
Coordenação CAOPIJ	Atribuições dos Conselhos Tutelares	Elaboração de slides.
PJ Arcoverde	Prazos para inspeções nas unidades de acolhimento	Encaminhamento da Res. 71 do CNMP.
Coordenação CAOPIJ	Recepção de expedientes oriundos do Disque 100, por PJ que atua nos órgãos de execução, que tragam, em seu bojo, fatos que, no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, exijam exclusivamente a atuação do Conselho Tutelar, já que são medidas protetivas relacionadas a suas competências.	Minuta de proposta de Recomendação ao PGJ.
Coordenação CAOPIJ	Modelos de ações/representações destinadas à dissolução de associação NÃO REGISTRADA NO CONSELHO MUNICIPAL (por não atendimento aos requisitos - exigência do art. 91 do ECA) que tem como objeto social desenvolver ações voltadas à proteção de crianças e adolescentes.	Envio de dois modelos de peças sobre o tema.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Coordenação CAOPIJ	Reforço no número de Promotores com atuação nas Varas Regionais da Infância.	Elaboração de minuta de ofício.
Promotoria de Justiça	Destituição/suspensão do Poder Familiar.	Envio de duas peças sobre o tema.
Coordenação CAOPIJ	Vedação ao médico revelar sigilo profissional relacionado a paciente menor de idade.	Elaboração de minuta de Orientação técnico-jurídica
Coordenação CAOPIJ	Página eletrônica do MPPE referente ao espaço reservado ao CAOP Infância e Juventude	Edição e atualização.
Coordenação CAOPIJ	Legislação, Jurisprudência, doutrina e Modelos de peças referentes às atribuições do Ministério Público na Área da Infância e Juventude.	Atualização do banco de dados do CAOPIJ.
Coordenação CAOPIJ	Ações do MPPE no âmbito da infância e da juventude.	Consultas ao Diário Oficial do Estado.

2017

Solicitante	Demanda	Resposta
Promotoria de Justiça	Modelos de peças referentes a atuação do Conselho Tutelar, tão logo tenham ciência, de casos de suspeita ou confirmação de violência (negligência abandono, abusos físicos ou sevícias físicas, abuso sexual, abuso psicológico e outras formas de maus-tratos.	Envio de duas recomendações e duas portarias sobre o tema.
Promotoria de Justiça	Cumulação de cargos por Conselheiro Tutelar.	Encaminhamento de duas recomendações e uma ACP sobre o tema.
28ª Promotoria de Educação da	Respostas ministeriais para os inquéritos civis de	Elaboração das respectivas minutas com respostas ministeriais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Capital	números 21/15, 10/16, 01/16, 17/16, 06/16, 24/16, 30,16, 054/14, 36/14 e 45/15.	
Coordenação CAOPIJ	Uniformização da atuação do Ministério Público no processo de elaboração e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo	Envio de modelo de recomendação sobre o tema.
Coordenação CAOPIJ	Modelo de agravo de instrumento buscando a internação cautelar de adolescente, nos termos dos arts. 108 e 174, <i>in fine</i> , do Estatuto da Criança e do Adolescente; e ainda revogação da remissão concedida em Juízo, com o conseqüente prosseguimento do feito.	Envio do material.
Promotoria de Justiça	Trabalho Infantil	Envio de cinco recomendações e uma ACP sobre o tema
Coordenação CAOPIJ	Transporte Escolar	Confecção de Power-Point para apresentação sobre o tema
Coordenação CAOPIJ	Transcrição para o word dos requisitos estabelecidos pela resolução 33 do CNMP.	Remessa do material
Promotoria de Justiça	Modelo de ação de suspensão de visita de pai por abuso sexual	Encaminhamento de ações de diversos MPs referentes ao afastamento do genitor(a) agressor dos filhos.
Coordenação CAOPIJ	Kit de peças sobre a temática educação.	Envio de kit com os seguintes temas: Alimentação Escolar, Educação especial, Educação infantil, Piso Salarial e Transporte Escolar.
PJ Mirandiba	Implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	Encaminhamento de modelo de recomendação sobre o tema.
Promotoria de Justiça	Funcionamento da rede de proteção de crianças e	Envio de cinco recomendações sobre o tema.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	adolescentes	
PJ Alagoinha	Esclarecimentos a respeito das seguintes situações: é possível que os conselheiros gozem férias e funcione apenas com quatro conselheiros? Seria caso de nova eleição? Em caso afirmativo, essa nova eleição seria só para suplentes ou geral?	Envio da resolução 170 do CONANDA que contém os devidos esclarecimentos.
PJ Garanhuns	Quantitativo de equipes técnicas no acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	Remessa da cartilha do SINASE que contém esse quantitativo.
Coordenação CAOPIJ	Modelo de lei que aborde a municipalização do trânsito	Encaminhamento de modelo de lei da Prefeitura de São Lourenço da Mata
Coordenação CAOPIJ	Minuta de enunciado sobre a divulgação de imagens e vídeos de crianças e adolescentes que se encontram em instituições de acolhimento com processos de decretação de perda do poder familiar.	Envio de minuta de enunciado para ser proposto ao COPEIJ.
Coordenação CAOPIJ	Minuta de parecer a respeito da prorrogação pelo prazo por seis meses para elaboração, aprovação e implantação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no Município de Palmares.	Envio do material fundamentado no princípio da desjudicialização, para, sem caráter vinculativo, sugerir a concessão do prazo de seis meses para elaboração do PMASE mediante a assinatura de termo de compromisso.
Promotoria de Justiça	Material referente ao tema drogas.	Encaminhamento do link do site do CAOPIJ onde existe vasto material sobre essa temática.
Promotoria de Justiça	Pesquisa sobre Funcionamento do CT e festividades com crianças e adolescentes	Envio de diversos modelos de peças sobre os temas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Coordenação CAOPIJ	Elaboração de um KIT de modelo de peças sobre Conselho Tutelar, CMDCA e FMDCA	Envio de um KIT com sete modelos de peças sobre a temática de criação, regularização e repasse de verbas ao CT, CMDCA e FMDCA.
Coordenação CAOPIJ	Ofício nº 018/2017 – 6ª PJDCC, que trata do encaminhamento dos Procedimentos Administrativos nº 001/2015 PJDCC e Inquérito Civil nº 003/2013 – 6ª PJDCC para apreciação e confecção de Minuta de Peças Ministeriais atinentes aos problemas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança do CASEM – AREIAS e CASEM – JABOATÃO	Envio de duas minutas de ACPs referentes aos temas mencionados.
PJ Ouricuri	Procedimentos de suplência de Conselheiro Tutelar	Encaminhamento da Resolução no. 170 do CONANDA que trata do tema.
Promotoria de Justiça	Modelos de peças referentes a medida de proteção de matrícula escolar, como também modelo de peça requerendo o registro civil de criança	Envio das peças.
PJ de Afrânio	Materiais relacionados ao tema exploração sexual	Envio do link do site do CAOPIJ que contém forte material sobre a temática.
PJ de Belo Jardim	Pesquisa a respeito da questão de cumulação de cargos por Conselheiro Tutelar.	Encaminhamento de duas ACPs e duas Recomendações sobre o tema.
Promotoria de Justiça	Pesquisa a respeito de depoimento acolhedor.	Envio de nota técnica da COPEIJ, normativas do CNJ e TJPE sobre a temática.
Coordenação CAOPIJ	Modelo de despacho ao MPRN a fim de informar os	Encaminhamento do material.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

	desdobramentos da ação civil pública que culminou com a intervenção na Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC-RN) e oficiando o CMAT - Engenharia e Vigilância Sanitária de Pernambuco requisitando a realização de vistorias nas unidades FUNASE-PE.	
PJ Belo Jardim	Pesquisa sobre cumulação de cargos de Conselho Tutelar e possibilidade de exposição da imagem de crianças acolhidas.	Envio de jurisprudências em inteiro teor sobre os temas, material do Promotor Murilo do MPPR sobre cumulação de cargos e sobre plantões de CT. Já a respeito de Exposição de imagens de crianças acolhidas, envio da cartilha do TJPE e anotações do Promotor Murilo do MP/PR sobre esse tema.
Coordenação CAOIJ	Elaboração da minuta da ORIENTAÇÃO CAOIJ Nº 001/2017 que trata, sem caráter vinculativo, de sugestões de combate ao jogo “Baleia Azul”, o qual induz crianças e adolescentes vulneráveis, através da realização de tarefas e “desafios”, à automutilação e ao suicídio.	Elaboração de Minuta do material.
PJDIJ da Capital	Pesquisa sobre cumulação de cargos por conselheiro tutelar	Envio de jurisprudências em maior quantidade favorável à cumulação, umas restringindo apenas a cargos de saúde, outras condicionando à compatibilidade de horário. Há também algumas que não aceitavam a cumulação. Encaminhamento ainda de anotações do Promotor Murilo do MP/PR sobre cumulação de cargos, como também de algumas ACP's e Recomendações no sentido de dedicação exclusiva.
Coordenação CAOIJ	Peças/normas que tratem de horas extras e plantões	Envio de nota técnica do COPEIJ sobre horas extras e duas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	de Conselheiro tutelar	recomendações sobre plantões.
Promotoria de justiça	Material sobre exploração sexual infantil.	Encaminhamento do link da página do CAOPIJ que contém vasto material sobre a temática.
Coordenação CAOPIJ	Atualização de uma guia relacionado as normas, planos nacionais, artigos, cartilhas sobre convivência comunitária e familiar.	Envio do material atualizado.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de despacho relacionado ao Ofício nº 234/2017, proveniente da 13ª Promotoria de Justiça de Defesa da Capital – Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural, solicitando pronunciamento deste Centro de Apoio, acerca do encerramento do ICP conjunto nº 001/2011, face ao transcurso do lapso temporal e exaurimento do objeto que o motivou.	Encaminhamento de Minuta de despacho.
PJ Olinda	Tema cumulação de cargos de conselheiro tutelar e solicitação de minuta de recomendação sobre a implementação da política de proteção contra exploração sexual	Envio de algumas jurisprudências em maior quantidade favorável à cumulação do cargo de conselheiro, umas restringindo apenas a cargos de saúde, outras condicionando à compatibilidade de horário. Há também algumas que não aceitavam a cumulação. Envio ainda anotações do Promotor Murilo do MPPR sobre cumulação de cargos por CT, como também de algumas ACPs e Recomendações sobre o tema de dedicação exclusiva e, por fim, o envio de minuta de recomendação sobre a implementação da política de proteção contra exploração sexual e recomendações às autoridades policiais como proceder em situações semelhantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

PJ Olinda	Quantitativo de equipes técnicas para o antedimento dos socioeducandos	Encaminhamento de normativa SINASE sobre o tema.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de resposta ao Ofício Circular nº 00028/2017, proveniente da Assessoria Técnica em Matéria Administrativo disciplinar, solicitando o envio de informações sobre Boas Práticas Institucionais decorrentes da efetivação da Carta de Brasília.	Envio de minuta de ofício tratando dessas questões.
PJ Petrolina	1) Modelo de Termo de Inspeção em Conselhos Tutelares para averiguar as condições de funcionamento dos referidos órgãos; 2) Manual contendo diretrizes para realizar a fiscalização do fundo especificado no art. 80, inciso IV, do ECA, bem como do cumprimento das exigências contidas nos arts. 134, parágrafo único, e 136, inciso IX, ambos também do ECA.	Envio de Formulário de verificação das condições de funcionamento dos conselhos tutelares proposto pelo MPTO, como também modelos de peças referentes ao funcionamento de CT (Horário, Ponto eletrônico) e regularização FMCAD.
Coordenação CAOPIJ	Modelo de de Acp referente a destituição do cargo de conselheiro tutelar por motivo de desídia.	Envio de modelo de ACP sobre o tema.
Coordenação CAOPIJ	Minuta de resposta ao Ofício, proveniente da secretaria-executiva do sistema socioeducativo e fortalecimento dos conselhos, com questionamentos acerca de metas e indicadores do Ministério Público de Pernambuco a respeito do sistema socioeducativo	Encaminhamento de minuta de resposta abordando a temática.
Promotoria de Justiça	Vistoria de transporte escolar	Remessa de quatro recomendações e um TAC sobre o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		tema.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta da Orientação CAOPIJ nº 002/2017 contendo orientações, sem caráter vinculativo, tendo em vista a atuação do Conselho Tutelar, nas festividades Juninas que se aproximam, em bailes e boates particulares, eventos em meio aberto e congêneres.	Envio do material.
PJ Olinda	Modelos de portarias de instauração de PA para acompanhamento/fiscalização do correto funcionamento do conselho municipal de direitos da criança e do adolescente.	Encaminhamento de modelo de portaria sobre irregularidades em CMDCA.
MPCE	Atos normativos que regulamentam a divisão das atribuições das Promotorias de Justiça da seara da infância e juventude com atuação na capital de Pernambuco.	Envio de sete resoluções do CPJ que tratam sobre o tema.
Promotoria de Justiça	Sobre quantidade de atendimento pelo CREAS	Envio da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS e as Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS que tratam do tema.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de ACP para fechamento de casa de prostituição com exploração sexual infantil	Envio de minuta de ACP requerendo a suspensão das atividades do referido estabelecimento, como também a responsabilização dos gerentes ou prepostos.
Promotoria de Justiça	1) Há obrigatoriedade do município fornecer o transporte, uma vez que não há o programa TFD, em razão da pequena distância? Se sim, qual fundamento legal? Apenas o ECA? 2) Nesse caso,	Encaminhamento de modelo de acp referente ao tema TFD, fundamentado no sentido de que o dever de prestar saúde é solidário entre a união, estados e municípios e que nos termos do art. 129, item III, da CF/88, e arts. 5.º, I, da Lei n.º 7.347/85 está o Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	seria nossa atribuição ou da Defensoria Pública?	legitimado para a presente Ação.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de ofício solicitando ao PGJ ações no sentido de fazer cumprir as orientações da Resolução 002/2016 que trata do papel dos Promotores de Justiça na fiscalização da implantação e acompanhamento do plano municipal do sistema de atendimento socioeducativo.	Remessa do material.
Promotoria de Justiça	Sobre a existência de parâmetros legais ou infralegais, inclusive resoluções do CONANDA, sobre a utilização do Benefício de Prestação Continuada por entidade de acolhimento de crianças e adolescentes.	Informou-se que o Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social – BPC é regulamentado pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e pelo Decreto nº 6.214 de 26 setembro de 2007. Foi enviado ainda as orientações técnicas de acolhimento do CONANDA que também fala sobre o BPC.
Promotoria de Justiça	Disponibilização de ACP contra o Estado de Pernambuco referente a transferência de adolescentes para clínica especializada (drogas).	Realizado contato com a Fazenda Esperança em Garanhuns e informamos que ela atende adolescentes do sexo masculino e o telefone de contato.
PJ Fernando de Noronha	Solicitação de informações sobre procedimentos judiciais de autorização de viagem para crianças e adolescentes	Procedeu-se o envio de jurisprudência e informou-se que nos termos do art. 147 a competência será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável ou, na falta deles, pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente. Na hipótese de casais separados, a competência caberá ao Juiz da infância e juventude do domicílio daquele a quem se atribuiu a guarda, conforme a súmula 383 do STJ (SÚMULA N. 383A competência para processar e julgar as ações conexas de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.)
Coordenação CAOPIJ	Solicitação da ACP sobre a unidade CASE Cabo de Santo Agostinho/FUNASE	Localização e disponibilização da ACP contra FUNASE – CASE Cabo de Santo Agostinho – ARQ.8007340
PJ Santa Cruz do Capibaribe	Solicitação de ações sobre Direito à Educação Infantil	Disponibilização de 12 modelos de peças ministeriais sobre Ed. Infantil.
PJ Olinda	Solicitação de modelos de ações sobre o PPCAM	Envio de guias, minutas de peças e normas que tratam sobre o tema.
PJ Paulista	Solicitação de material sobre Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes	Remessa de cartilhas, guias e cartazes para palestra sobre ESCCA
PJ Itamaracá	Solicitação de material sobre Acolhimento Institucional	Envio de minutas de leis e peças ministeriais.
Promotoria de Justiça	Questionamento sobre o funcionamento do Conselho Tutelar	Envio dos seguintes esclarecimentos: Cabe à legislação local definir a forma de fiscalização do cumprimento do horário de funcionamento do Conselho Tutelar e da jornada de trabalho de seus membros (Resolução 170/2014/CONANDA). Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: I – cobertura previdenciária; II – gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; III – licença-maternidade; IV – licença-paternidade; V – gratificação natalina. Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares. (ECA, art. 134). Foi feita remessa de sugestões da COPEIJ quanto aos plantões e horas extras.
PJ Itamaracá	Informações sobre Transporte Fora do Domicílio.	Encaminhado modelo de ACP sobre TFD de Crianças e adolescentes.
Promotoria de Justiça	Informações sobre cyberbullyng	Envio de cartilha, confeccionada pelo CAOPIJ, que trata de cyberbullyng.
PJ Catende	Solicitação de peças sobre CT, CMDCA e Fundo Municipal.	Remessa de modelo de TAC para estruturação de CT, CMDCA e do Fundo Municipal.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de elaboração de comunicação sobre o mapeamento dos Plano Municipais de Atendimento Socioeducativo	Envio de Minuta de ofício INFORMANDO aos senhores promotores de justiça com atuação na área da infância e juventude a respeito do Mapeamento da implantação dos PAMSEs.
Promotoria de Justiça	Solicitação de peças sobre acompanhamento de adolescente em situação de risco	Encaminhamento de modelos de procedimentos administrativos de acompanhamento de adolescente em situação de risco, modelo de medida de proteção proposto pelo MP, modelo de recomendação ao Conselho tutelar para que aplique as medidas de proteção previstas no art. 101, I a VII e modelo de acolhimento.
PJ Jaboatão dos Guararapes	Informação sobre participação do MP em Audiência Judicial	Envio de Jurisprudências sobre o tema: Ausência de intimação pessoal do Ministério Público impetrante da pauta de julgamento gera nulidade?
PJDCC Infância e Juventude	Elaboração de resposta em ACP sobre FUNASE	Confecção de minuta de resposta, nos autos da Ação Civil Pública, proposta em face do Estado de Pernambuco e FUNASE, referente às manifestações preliminares acerca da concessão da tutela de urgência, bem como em relação ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		despacho de fl. 834.
PJ Olinda	IC nº. 06/2016 (Conselho Tutelar)	Envio de normas com subsídios para elucidação de questões atinentes ao IC nº 06 - 2016
PJ Pesqueira	Aplicação de medida de proteção à criança indígena	Remessa de jurisprudência a respeito da competência em medida de proteção em face de criança indígena.
Coordenação CAOPIJ	Regulamentação do uso de recursos de Penas e Medidas Alternativas	Envio de normas referentes a utilização dos recursos oriundos das Penas e Medidas Alternativas de prestação pecuniária de que trata a Resolução nº 154/2012-CNJ.
Promotoria de Justiça	Destituição do Poder Familiar	Encaminhamento de peça de Destituição de Poder Familiar de mãe menor de idade com problemas mentais.
PJ Joaquim Nabuco	Requisição de regulamentação sobre Direitos da Criança e do Adolescente	Envio de normas, súmulas e jurisprudências a respeito de reexame necessário em relação a causas urgentes envolvendo direitos da criança e do adolescente.
Promotoria de Justiça	Regulamentação quanto à participação em espetáculos públicos e congêneres e uso da imagem de crianças e adolescentes	Remessa de modelos de autorizações de divulgação de imagens de crianças e adolescentes, como também da Portaria 04/2013 que disciplina a participação de crianças e adolescentes em espetáculos públicos, certames de beleza e atividades que veiculem a imagem de crianças e adolescentes
Coordenação CAOPIJ	Medida de Proteção cabível ao Conselho Tutelar	Confecção de minuta de medida de proteção a ser utilizado pelo CT.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de material sobre Conselho Tutelar para auxiliar operadores do Direito	Disponibilização de Pré-projeto contendo cartilha, jurisprudência, normas e minutas de peças no sentido de auxiliar o operador do direito no trato de questões relevantes ao tema Conselho Tutelar.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Coordenação CAOPIJ	Compilação dos dados do Força Tarefa	Disponibilização de minuta de relatório detalhado a respeito das ações desenvolvidas no bojo do Força Tarefa materializado pelo projeto nº 001/2015 CAOPIJ
PJ Amaraji	Solicitação de modelos de ACP, através de contato telefônico	Encaminhamento de 04 (quatro) modelos de ACP.
33ª. PJDC	Solicitação de pesquisa legislativa e jurisprudencial, modelos de recomendação, TAC ou ações sobre a participação de menores de 18 anos em jogos eletrônicos, através de contato telefônico	Encaminhamento de 01 (um) modelo de pedido de portaria judicial de <i>lan house</i> ; 02 (dois) modelos de TAC; 01 (uma) decisão judicial em ACP; 04 (quatro) jurisprudências; Portaria nº 1549/2002; link do Ministério da Justiça para classificação indicativa de jogos eletrônicos http://portal.mj.gov.br/ClassificacaoIndicativa/jsp/ConsultarJogoForm.do
MPBA	Consulta do MPBA sobre Ausência de Defensor Público na apresentação de adolescente autor de ato infracional ao MP	Demanda encaminhada à Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães, que remeteu a resposta a este CAOPIJ por e-mail.
CEDCA	Participação na 137ª Assembleia Extraordinária Conjunta de Avaliação do do Plano Estadual Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco (2008/2017)	Participação na 137ª Assembleia Extraordinária Conjunta de Avaliação do do Plano Estadual Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco (2008/2017)
2ª PJ Belo Jardim	Solicitação de esclarecimentos acerca da destinação dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA)	Envio de resposta por e-mail.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de pesquisa sobre autorização de viagem para crianças e adolescentes	Envio de texto sobre a respectiva temática.
CEDCA	Preenchimento do instrumental de avaliação	Coleta e inclusão dos indicadores dos eixos estratégicos sob



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

	do Plano Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.	responsabilidade do MPPE.
MPCE	Solicitação do MPCE do provimento com as atribuições do centro de apoio do MPPE, a fim de unificar a atuação e as atribuições, tendo por base os CAOs de outros Estados	Envio da Lei Complementar nº 12/94, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
2ª PJ Belo Jardim	Solicitação de modelos de Recomendação sobre Cobrança de taxas não especificadas e cobranças de taxas adicionais em escolas	Demanda encaminhada ao CAOP Patrimônio Público
Coordenação CAOIJ	Consulta acerca de autorização judicial para produzir fotografias de crianças e adolescentes com poucas chances de adoção	Envio de resposta ao solicitante por e-mail, com informações sobre o Projeto FAMÍLIA - Um direito de toda Criança e Adolescente, da Comissão Judiciária de Adoção de Pernambuco (CEJA-PE)
6ª. PJDCC	Elaboração de peça jurídica	Envio de peça jurídica: Recurso de Agravo de Instrumento interposto contra a decisão interlocutória proferida nos autos da ACP nº 0009104-72.2017.8.17.0001
Coordenação CAOIJ	Pesquisa sobre a vedação da aplicação da MSE de internação (art. 122, ECA) em substituição à medida de proteção para tratamento de dependência química (art. 101, inc VI, ECA).	Envio de texto sobre a respectiva temática.
CEDCA	Participação na 137ª Assembleia Extraordinária Coinjunta de Avaliação do do Plano Estadual Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco (2008/2017)	Participação na 137ª Assembleia Extraordinária Coinjunta de Avaliação do do Plano Estadual Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco (2008/2017)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

CEDCA	Solicitação de preenchimento da planilha para fins de Avaliação do Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador em Pernambuco.	Encaminhamento ao Coordenador do CAOPIJ de sugestão de consulta, por meio de Ofício Circular dirigido às Promotorias de Justiça, para que, no prazo de 10 dias, disponibilizem informações acerca do acompanhamento do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.
5ª. PJDC Jaboatão dos Guararapes	Elaboração de peça jurídica	Envio de peça jurídica: Réplica à contestação na Ação Civil Pública nº: 00044384-05.2017.8.17.0810.
5ª. PJDC Jaboatão dos Guararapes	Solicitação de modelos de peças	Demanda encaminhada à Central de Recursos Cíveis, que enviou a resposta por e-mail, a qual foi encaminhada à PJ solicitante.
1ª. PJDC Olinda	Intervenções em Procedimentos Administrativos encaminhados ao Setor Psicossocial das PJ Olinda	PA 134/2015 – Relatório do CREAS PA 136/2015 – Entrevista PA 006/2016 – Visita domiciliar PA 032/2016 – Entrevista e visita domiciliar PA 060/2016 – Entrevista com adolescente e familiares PA 062/2016 – Manutenção do acompanhamento PA 067/2016 – Entrevista com familiares PA 069/2016 – Entrevista PA 086/2016 – Declaração técnica PA 090/2016 – Visita domiciliar PA 100/2016 – Visita domiciliar PA 107/2016 – Relatório ao Conselho Tutelar II PA 108/2016 – Visita domiciliar PA 119/2016 – Entrevistas e visita domiciliar PA 123/2016 – Relatório ao Conselho Tutelar II PA 128/2016 – Relatório do CRAS PA 133/2016 – Relatório ao Conselho Tutelar II



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

3ª. PJC Camaragibe	Solicitação modelos de peças acerca de Busca e Apreensão de crianças.	Encaminhamento de 05 (cinco) modelos de peças sobre a temática
2ª. PJC Palmares	Solicitação de modelos de peças acerca de criação/ instalação/ manutenção de unidade de acolhimento.	Encaminhamento de 02 (dois) modelos de recomendação; 02 (dois) modelos de TAC; e 02 (dois) modelos de ACP
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa sobre Prazos Processuais: ECA x NCPC	Envio de texto sobre a respectiva temática.
1ª. PJDC Olinda	Solicitação modelos de peças acerca de medidas socioeducativas em meio aberto	Encaminhamento de 05 (cinco) modelos de Ação Civil Pública sobre a temática
CIJ/TJPE	Participação na reunião ordinária do Comitê Gestor do Projeto Acolher, realizada no auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude	Participação na reunião ordinária do Comitê Gestor do Projeto Acolher, realizada no auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude
5ª. PJDC Jaboatão dos Guararapes	Solicitação de análise acerca de decisão judicial	Envio de resposta por e-mail.
Coordenação CAOPIJ	Edição e atualização da página eletrônica do MPPE referente ao espaço reservado ao CAOP Infância e Juventude. Nessa página são postados artigos, doutrina, legislação, cartilhas, informativos e jurisprudência. Todos estes focados na temática de proteção às crianças e aos adolescentes.	Demanda permanente atendida
Coordenação CAOPIJ	Atualização do banco de dados deste CAOPIJ com Legislação, Jurisprudência, doutrina e Modelos de peças referentes às atribuições do Ministério Público na Área da Infância	Demanda permanente atendida



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	e Juventude.	
Coordenação CAOPIJ	Consultas ao Diário Oficial do Estado, a fim de acompanhar as ações do MP/PE na área da Infância e Juventude.	Demanda permanente atendida

2018

Solicitante	Demanda	Resposta
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de ACP acerca de Destituição de Conselheiro Tutelar	Remessa do material solicitado.
Promotoria de Justiça de Jaboatão dos Guararapes	Solicitação de modelo de Contrarrazões a Agravo de Instrumento em matéria de Infância e Juventude	Envio de modelo de peça, encaminhado pela Central de Recursos Cíveis.
Promotoria de Justiça de Rio Formoso	Pesquisa sobre a obrigatoriedade de dedicação exclusiva dos Conselheiros Tutelares	Envio do material solicitado.
Promotoria de Justiça de São Lourenço da Mata	Solicitação de modelos de peças referentes às condutas, deveres, formação continuada, afastamento e destituição de Conselheiros Tutelares; respostas às requisições ministeriais; e reestruturação do Conselho Tutelar.	Encaminhamento dos seguintes modelos: 01 de Portaria de instauração de Procedimento Administrativo; 02 de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil; 02 de Termo de Ajustamento de Conduta; 04 de Recomendação; e 02 de Ação Civil Pública.
Promotoria de Justiça de Ribeirão	Solicitação de modelos de peças referentes às condutas, deveres, formação continuada, afastamento e destituição de Conselheiros Tutelares; respostas às requisições ministeriais; e reestruturação do Conselho Tutelar.	Encaminhamento dos seguintes modelos de peças: 01 de Portaria de instauração de Procedimento Administrativo; 02 de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil; 02 de Termo de Ajustamento de Conduta; 04 de Recomendação e 02 de Ação Civil Pública.
Promotoria de Justiça da Capital	Solicitação de complementação de peça processual de	Envio de minuta da parte final da peça, elaborada a partir das considerações do Coordenador, Dr.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Contrarrazões recursais	Guilherme Lapenda, contendo requerimento de Extinção do Processo Sem Resolução do Mérito (art. 485, VI, NCPC), em virtude da ausência de interesse processual, com a extinção da medida socioeducativa de internação imposta ao representado, vez que ultrapassado o limite legal de 21 anos de idade para a respectiva execução (art. 121, §5º, ECA).
Promotoria de Camaragibe	Consulta: Um adolescente de 14 anos foi levado pelo Conselho Tutelar de Sirinhaém para o município de Camaragibe, onde ficou acolhido. Contudo, o jovem seguiu sem a Guia de Acolhimento. Como regularizar o acolhimento?	Envio de resposta, no sentido de que deve ser feito requerimento ao Juízo para que este expeça carta precatória ao Juízo de origem, solicitando a respectiva Guia de Acolhimento.
Promotoria de Olinda	Solicitação de modelos de ACP para destituição de conselheiro tutelar por atos e condutas incompatíveis com a idoneidade do cargo	Encaminhamento de modelos de peças do acervo do CAOPIJ sobre o tema, bem como modelo de ACP para destituição de conselheiro tutelar, com adaptações referentes ao NCPC.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa acerca dos Princípios da Instrumentalidade das Formas e Aproveitamento dos Atos Processuais.	Envio do material solicitado.
Promotoria de Justiça de Custódia	Complementação de Recomendação sobre Acolhimento Institucional	Envio da peça encaminhada ao CAOPIJ, acrescida do Considerando referente ao art.92, §1º do ECA, segundo o qual o dirigente da entidade de acolhimento institucional é equiparado ao guardião para todos os efeitos de direito.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de Nota Técnica	Elaboração da minuta de Nota Técnica sobre a exigência da idade



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		mínima de 06 (seis) anos, até o dia 31 de março do ano letivo da matrícula, para o ingresso de crianças na primeira série do ensino fundamental.
Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Participação na 1ª Reunião anual do Programa Acolher, do Tribunal de Justiça de Pernambuco – programa em rede, cujo objetivo é prestar assistência social, psicológica e jurídica a toda mulher que manifeste o desejo de entregar sua criança para adoção.	Participação na 1ª Reunião anual do Programa Acolher, realizada no dia 01/03/2018, no Auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude, sendo o CAOPIJ MPPE membro do Comitê Gestor do respectivo programa.
Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Elaboração de Relatório da 1ª Reunião do Programa Acolher	Elaboração e envio do Relatório da 1ª Reunião anual do Programa Acolher.
Coordenação CAOPIJ	Modelo de Portaria de Instauração de Procedimento Preparatório	Remessa do material solicitado.
Promotoria de Justiça de Petrolina	Solicitação de modelos de peças referentes às condutas, deveres, formação continuada, afastamento e destituição de Conselheiros Tutelares; respostas às requisições ministeriais; e reestruturação do Conselho Tutelar.	Encaminhamento dos seguintes modelos: 01 de Portaria de instauração de Procedimento Administrativo; 02 de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil; 02 de Termo de Ajustamento de Conduta; 04 de Recomendação e 02 de Ação Civil Pública.
Promotoria de Justiça de Inajá	Consulta acerca de Representação de ex-prefeito. Conflito de atribuição com o MPF. Verbas do FNDE. Ausência de prestação de contas do	Demanda encaminhada ao CAOP Patrimônio Público, que enviou modelo de peça (Declínio de Atribuição).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	PNAE.	
Promotoria de Justiça de Paudalho	Solicitação de modelo de ACP, a fim de acionar o Estado a fornecer cuidador para criança com necessidades especiais que necessita de acompanhamento em sala de aula durante o período escolar.	Envio de modelo de ACP com pedido de obrigação de ofertar, imediatamente e de forma contínua, a todas as crianças e adolescentes diagnosticados com deficiência e necessidade de apoio escolar, o profissional de apoio escolar (ADI/PNE), sem prejuízo das demais medidas inerentes à oferta de Educação Especial.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa sobre a impossibilidade de atuação da Defensoria Pública como substituto processual em sede de ação de acolhimento institucional	Elaboração de minuta sobre a referida temática
Promotoria de Justiça de Buenos Aires	Solicitação de modelo de peça	Encaminhamento de modelo de cumprimento de decisão judicial que fixa obrigação de fazer estabelecida em Acordo Judicial celebrado nos autos de Ação Civil Pública.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta do Ofício Circular nº 003/2018/CAOPIJ	Elaboração de minuta de ofício para encaminhamento do Guia Prático do Plantão da Infância e Juventude – Ato Infracional e da Res CPJ nº 003/2005, que institui o sistema de plantão
Promotoria de Justiça de São Vicente Férrer	Solicitação de modelos de Recomendação sobre Conselho Tutelar e aplicação de medidas de proteção.	Encaminhamento de 03 modelos de Recomendação sobre o tema.
Promotoria de Justiça de Jataúba	Solicitação de modelo de TAC referente a repasse das verbas destinada ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Envio de modelo de peça sobre a referida temática.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de nota técnica	Elaboração de minuta da Nota Técnica nº 01 – CAOPIJ, que trata da vedação de tratamento vexatório na aplicação da medida



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade.
Promotoria de Justiça de Salgueiro	Solicitação de modelos de peças sobre repasses financeiros a entidades de acolhimento municipais.	Encaminhamento de 08 (oito) peças relacionadas ao respectivo tema
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de peça processual	Elaboração de minuta de manifestação ministerial
Promotoria de Justiça de Jaboatão dos Guararapes	Solicitação de orientação quanto à legislação referente a Repúblicas Jovens (política nacional de assistência social aos jovens que saíram de casas de acolhimento aos 18 anos sem serem adotados).	Envio do resultado da pesquisa, com base no documento “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2009; e na “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, aprovada por meio da Resolução nº 109/ 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
Coordenação CAOPIJ	Envio de peças jurídicas atinentes à temática Educação ao respectivo CAOP	Encaminhamento de 1- Declínio de Atribuição em favor da PGJ e PGR; e 2- Recomendação acerca de instruções nas situações de atos infracionais ou de indisciplina, praticados nas dependências de Estabelecimentos de Ensino.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de Nota Técnica	Elaboração da minuta da Nota Técnica nº 02/2018 - CAOPIJ, acerca da obrigatoriedade da dedicação exclusiva dos Conselheiros Tutelares.
Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Participação na 2ª Reunião anual do Programa Acolher, do Tribunal de Justiça de Pernambuco	Participação na 2ª Reunião anual do Programa Acolher, realizada no dia 12.04
Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Elaboração de Relatório da 2ª Reunião do Programa Acolher	Elaboração e envio do Relatório da 2ª Reunião do Programa Acolher
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de atualização de modelos de peças	Envio de modelos de Portaria de instauração de PP, PA e IC; de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

	referentes a Acolhimento Institucional	Recomendação; de Ação Civil Pública e de Ação de Acolhimento Institucional .
Coordenação CAOIJ	Designação para treinamento do curso do Sistema Eletrônico de Informações - SEI usar	Participação no treinamento do curso SEI usar
Promotoria de Justiça	Solicitação de modelos de peças	Envio de modelo de Formulário de verificação das condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares e de Portaria de instauração de PA para Fiscalização de CT
Promotoria de Justiça de Betânia	Solicitação de modelos de peças	Encaminhamento de modelo de Ação para Destituição de Poder Familiar
Ministério Público de Goiás	Solicitação de informações quanto à existência, quantidade e locais no Estado do Pernambuco que possuam Vara Especializada de Execução de Medidas Socioeducativas.	Demanda encaminhada, através de Ofício, à Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE
Ministério Público da Bahia	Questionamento quanto à responsabilidade dos Conselheiros Tutelares em realizarem a entrega de adolescente autor de ato infracional, liberado pelo Ministério Público, após oitiva informal, aos pais ou responsáveis não presentes ao ato.	Demanda encaminhada, por e-mail, à 6ª PJDCC.
Promotoria de Justiça de Chã Grande	Solicitação de orientação sobre Projeto da PJ Chã Grande, relativo à cumulação da advertência (art. 28, I, LD) com a aplicação da medida de proteção prevista no art.101, II, do ECA, nas hipóteses de remissão, nos	Envio de resposta, por e-mail, conforme orientação da Coordenação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

	casos de posse de drogas para consumo pessoal.	
Promotoria de Justiça	Solicitação de modelos de peças	Encaminhamento de modelo de ACP de obrigação de fazer, com pedido de tutela provisória de urgência ; e modelo de Ação de Acolhimento Institucional cc pedido de tutela de urgência - NCP
Coordenação CAOIJ	Elaboração de minuta de ofício	Elaboração de minuta de ofício para encaminhamento da Cartilha “Conselho é com e eu gosto” aos Coordenadores de Circunscrição
Coordenação CAOIJ	Solicitação de modelos de peças	Adaptação e envio de modelo de Representação por infração administrativa. Art. 258, ECA – sobre o acesso de criança ou adolescente a locais de diversão
Coordenação CAOIJ	Pesquisa jurisprudencial: ECA x Princípio da "perpetuatio jurisdictionis"	Envio do material solicitado
Promotoria de Justiça	Solicitação de modelos de peças	Adaptação e envio de modelos de TAC sobre proibição da venda de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas a menores de 18 anos (art. 243, ECA).
Promotoria de Justiça de Salgueiro	Solicitação de material para palestra sobre adoção	Encaminhamento do material solicitado e sugestão de divulgação do Programa Acolher
Promotoria de Justiça de Canhotinho	Solicitação de envio da Nota Técnica nº 002/2018 - CAOIJ	Envio da respectiva nota técnica
Promotoria de Justiça	Solicitação de modelos de peças	Adaptação e envio dos seguintes modelos: 1- Portaria de conversão de PP em IC – sobre Omissão do Conselho Tutelar; e 2- Portaria de instauração de IC- Destituição CT.
Coordenação CAOIJ	Adaptação de modelos de peças jurídicas da Cartilha Educação Inclusiva e do Guia Creche e Pré-Escola	Adaptação e envio de modelos de Portaria de instauração de PP, PA e IC; modelo de Recomendação e de Ação Civil Pública; modelos de Ofícios a Vereadores, Conselho Tutelar e Prefeito



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Coordenação CAOPIJ	Pesquisa jurisprudencial sobre competência territorial para processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente (arts. 241, 241-A e 241-B do ECA)	Envio do material solicitado
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa jurisprudencial sobre crimes de racismo na internet	Envio do material solicitado
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa jurisprudencial sobre crimes contra a honra na internet	Envio do material solicitado
Ministério Público do Ceará	Solicitação de modelo de agravo de instrumento para recorrer de decisão que indeferiu o pedido feito pelo Parquet de internação provisória do adolescente	Encaminhamento de dois modelos de peças: 1- Agravo de Instrumento contra decisão que indeferiu pedido de internação provisória a Adolescente autor de Ato Infracional; e 2- Agravo de Instrumento para manutenção da internação provisória.
Promotoria de Justiça de Olinda	Solicitação de envio de modelo de ACP para obrigar o Município a contratar profissional de Psicologia para o CREAS; e de indicação de base legal/ regulamentar que exige que o CREAS tenha, em seu corpo técnico, profissional de tal qualificação.	Envio de resposta e do modelo de ACP solicitados
Promotoria de Justiça de Poção	Elaboração de Parecer Técnico	Co-elaboração, junto com o colega Gilberto Lucio, do Parecer Técnico nº 004/2018, ref. ao Inquérito Civil nº001/2017, da PJ de Poção-PE.
Promotoria de Justiça de Petrolândia	Solicitação de pesquisa sobre a necessidade de atendimento educacional especializado aos portadores de Transtorno do Espectro Autista.	Envio do material solicitado e modelos de peças (Modelo de Portaria de instauração de PA; Recomendação; TAC e ACP) pertinentes ao tema Educação Inclusiva.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Ministério Público do Ceará	Solicitação de modelo para rebater tese	Envio de pesquisa jurisprudencial sobre 1- a possibilidade de concessão parcial de liminar contra o Poder Público, em virtude da inexistência de caráter satisfativo; 2- hipóteses de mitigação da impossibilidade de concessão de medida que esgote o objeto da ação (art. 1º, §3º, da Lei nº 8437/92)
Coordenação CAOPIJ	Kit de modelos de peças sobre a Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida)	Envio de KIT contendo 07 (sete) modelos de peças sobre a Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida)
Ministério Público de Rondônia	Questionamento se o TJPE editou ato normativo que discipline o procedimento a ser adotado na escuta especializada e no depoimento especial, nos moldes da Lei nº 13.431/2017.	Resposta no sentido de que existem atos do TJPE anteriores à Lei nº 13.341/2017, quais sejam: 1 - O Provimento nº 07 de 13/05/2010; 2- A Portaria nº 47 de 16/06/2010; e 3-O Provimento nº 04 de 2015, informando que se encontra em trâmite, no Conselho da Magistratura do TJPE, proposta de alteração do Provimento, para adequação à Lei vigente.
Ministério Público do Ceará	Solicitação de modelo de procedimento que trata do aparelhamento de Conselho Tutelar.	Encaminhamento de modelos de peças concernentes à estruturação do Conselho Tutelar.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de peça	Envio de modelo de Recomendação acerca de festividades e regulamentação da entrada de crianças e adolescentes (art.149, ECA).
Coordenação CAOPIJ	Revisão ortográfica da Cartilha de Orientação aos Promotores de Justiça para atuação no Direito a Creches e Pré-escolas	Revisão ortográfica da Cartilha de Orientação aos Promotores de Justiça para atuação no Direito a Creches e Pré-escolas
Promotoria de Justiça	Solicitação de modelo de peça	Encaminhamento de modelo de Recomendação sobre carga horária do Conselho Tutelar



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Participação na 3ª reunião ordinária do Comitê Gestor do Projeto Acolher, realizada no auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude	Participação na reunião ordinária do Comitê Gestor do Projeto Acolher, realizada no auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude, no dia 07/06/2018
Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Elaboração de Relatório da 3ª Reunião do Comitê Gestor do Programa Acolher	Elaboração e envio do Relatório da 3ª Reunião anual do Programa Acolher.
Ministério Público do Rio Grande do Norte	Consulta sobre abordagem a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em estabelecimentos privados	Demanda encaminhada, por ofício, à Secretaria de Desenvolvimento Social, Infância e Juventude
Promotoria de Justiça de São Vicente Férrer	Solicitação de arquivo da Lei Estadual n.º 16.003/2017	Envio do texto legislativo solicitado, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação, nas escolas públicas e privadas, no âmbito do Estado de Pernambuco, da cartilha institucional, “E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas”, produzida pelo Ministério Público de Pernambuco.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de pesquisa de legislação	Envio da Lei Complementar Estadual n.º 12/94 e da Lei Complementar Estadual n.º 21/98.
Promotoria de Justiça	Solicitação de elaboração de minuta de peça	Envio de minuta de Ação de Acolhimento Institucional de adolescente portadora de deficiência auditiva
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de encaminhamento de peça jurídica	Encaminhamento ao CAOP Educação da Portaria PJBOD n.º 003, de 29 de maio de 2018, para acompanhamento e fiscalização de políticas públicas, equipamentos e instituições relacionados à área de Educação, no município de Bodocó/PE.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de Peça	Adaptação e envio de modelo de Relatório de Inspeção dos Conselhos Tutelares e modelo de Portaria de Instauração de PA – funcionamento de CT.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Promotoria de Justiça São Vicente Férrer	Questionamento acerca da exigibilidade de legislação estadual e solicitação de modelos de peças/cartilhas	Envio de resposta, segundo orientação do Coordenador, Dr. Guilherme Lapenda, bem como dos modelos solicitados.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de peça	Adaptação e envio de modelo de Ata de Reunião do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta do Ofício nº 42/CAOPIJ	Elaboração de minuta de ofício para encaminhamento de Modelos de Peças e materiais concernentes à fiscalização do Conselho Tutelar.
Coordenação CAOPIJ	Atualização do banco de dados deste CAOPIJ, com Legislação, Jurisprudência e Modelos de peças referentes às atribuições do Ministério Público na área da Infância e Juventude.	Demanda permanente atendida
Promotoria de Justiça de Ibimirim	Solicitação de pesquisa acerca das atribuições do Conselheiro Tutelar em caso de trabalho infantil	Remessa de resposta, no sentido de que pode ser realizada fiscalização pelo Conselho Tutelar (arts. 70 e 136, ECA). E, constatada situação de risco ou violação aos direitos de crianças e adolescentes, constitui atribuição do CT encaminhar a respectiva Notícia de Fato ao MP (art. 136, inc. IV, ECA). Contudo a autuação, em razão da prática de trabalho infantil, deve ser feita através da Delegacia Regional do Trabalho – DRT.
Promotoria de Justiça de Floresta	Solicitação de modelo de peça para produção antecipada de prova – Depoimento Especial de crianças vítimas de violência	1-Adaptação e envio de Modelo de Ação Cautelar para produção antecipada de prova – realização de Depoimento Especial, nos moldes da Lei nº 13.431/2017; e 2-Encaminhamento de Modelo de fluxo para implementação da Lei nº 13.431/2017.
Promotoria de Justiça de Itambé	Solicitação de modelos de peças	Encaminhamento de 03 modelos de Recomendação acerca de funcionamento do Conselho Tutelar, vedação de acumulação de cargos e obrigatoriedade de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		dedicação exclusiva dos Conselheiros Tutelares.
Promotoria de Justiça de Tabira	Solicitação de pesquisa sobre a possibilidade de suspensão de medidas socioeducativas, em razão de internação para tratamento de drogadição.	Envio de 1- legislação pertinente ao tema: art. 60, inc. III e art. 64, §4º, ambos da Lei nº 12.594/2012; e art. 112, §3º, do ECA; 2- publicação do MPPR; 3- artigo com sugestão de optar-se pela aplicação de MSE de liberdade assistida (art. 112, inc.IV, ECA) em cumulação com medida protetiva de inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a "toxicômanos" (art.101, inc.VI, ECA); 4- jurisprudência (favorável e contrária); 5- Modelo de ACP, do MPMG, com pedido de tratamento para dependentes químicos dentro da unidade.
Promotoria de Justiça de Ibimirim	Solicitação de modelo de peça	Encaminhamento de modelo de Representação pela aplicação de Medidas de Proteção, adaptado de peça do MPMA.
Promotoria de Justiça de Jaboatão dos Guararapes	Solicitação de pesquisa sobre execução de medidas socioeducativas aplicadas em sede de remissão	Envio de resposta no sentido de que 1) No caso de Remissão que aplique Medida Protetiva, Advertência ou Obrigação de reparar os danos: a execução ocorre nos próprios autos do processo em que a medida foi imposta; e 2) No caso de Remissão que aplique Liberdade Assistida: a execução ocorrerá em novos autos. Observando-se que não pode ser aplicada medida de semiliberdade ou de internação por meio de remissão, ainda que judicial.
Promotoria de Justiça de Flores	Solicitação de pesquisa acerca do procedimento de apuração de ato infracional	Encaminhamento do Guia Prático do Plantão da Infância e Juventude – ato infracional.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

Promotoria de Justiça	Solicitação de modelo de peça	Envio de modelo de Ação de Acolhimento Institucional adolescente portadora de deficiência auditiva.
Coordenação CAOIJ	Solicitação de elaboração de modelos de peças para a cartilha Conselho é bom e eu gosto	Adaptação e envio de 03 modelos de Recomendação; 01 modelo de TAC; 01 modelo de Portaria de instauração de IC; 01 modelo de ACP.
Coordenação CAOIJ	Solicitação de pesquisa	Encaminhamento da Resolução RES-CPJ N°001/2010 e da Lei Complementar n° 100 de 21/11/2007 (DOPE 22/11/2007), que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco e dá outras providências.
Coordenação CAOIJ	Solicitação de modelo de peça ao Ministério Público do Ceará.	Solicitação e recebimento de modelo de ACP referente à rede de proteção para a situação de violência sexual de crianças e adolescentes.
Promotoria de Justiça de Olinda	Solicitação de sugestões/ subsídios para procedimento sobre acompanhamento e fiscalização de grandes eventos.	Encaminhamento de modelo de TAC “Grandes Eventos”, adaptado da PJ de Pesqueira.
Coordenação CAOIJ	Solicitação de material sobre Educação Inclusiva	Envio do material solicitado, referente a Orientações aos Promotores de Justiça acerca da Educação Inclusiva, elaborado com base no Guia Prático: O Direito de Todos à Educação, do MPSP.
Coordenação CAOIJ	Solicitação de pesquisa	Envio do material solicitado sobre a decisão do STF acerca da idade mínima para ingresso na Educação Infantil e Ensino Fundamental, do dia 02/08/2018.
Coordenação CAOIJ	Solicitação de modelo de peça para publicação na página do CAOIJ	Adaptação e envio de modelo de Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório instaurado com base em denúncia de Trabalho Infantil.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de peça	Encaminhamento de modelo adaptado de ACP de obrigação de fazer para fornecimento de material didático-escolar c/c pedido de tutela provisória de urgência.
Ministério Público do Rio Grande do Norte	Solicitação da Lei Estadual de criação de direitos e instituição do Fundo para Infância e Adolescência (FIA), a fim de auxiliar na elaboração de Lei que versa sobre a temática pleiteada.	Encaminhamento do texto atualizado da Lei Estadual nº 10.973, de 17 de novembro de 1993, que instituiu o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado de Pernambuco.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de peça	Adaptação de modelo com base em peça elaborada pela PJ de Santa Cruz do Capibaribe. TAC firmado entre MP e o Conselho Tutelar e a Polícia Civil, que estabelece protocolo de atendimento para os casos em que estejam ausentes ou não forem localizados os responsáveis legais por adolescentes autores de ato infracional, nas hipóteses de liberação pela autoridade policial.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de Edital de Convocação de Audiência Pública,	Encaminhamento de Edital de Convocação de Audiência Pública, da PJ de São Bento do Una, com o objetivo de discutir a regularização municipal dos bares e estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas e proibição de venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes.
Promotoria de Justiça de Marial	Solicitação de modelo de peça	Remessa de modelo de Recomendação sobre a obrigatoriedade de dedicação exclusiva dos Conselheiros Tutelares.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de pesquisa acerca de instalação de câmeras de videomonitoramento em	Não obstante existam divergências sobre o tema, há decisão da 10ª Turma do TRT da 4ª Região (RS), no sentido de que tal recurso não



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	salas de aula.	compromete a liberdade de cátedra ou a autonomia do professor, não limita a sua atuação pedagógica nem as relações entre os seus alunos. https://www.conjur.com.br/dl/acord-ao-trt-cameras-sala-aula.pdf
Promotoria de Justiça	Solicitação de modelo de peça	Adaptação e envio de modelo de Ação de Acolhimento institucional c/c pedido de registro (art. 102, §1º, ECA), elaborada pela 1ª PJDCC.
Coordenação CAOPIJ	Participação em reunião	Participação na Reunião sobre indicadores de avaliação do Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo – PEDAS – do Estado de Pernambuco (2015-2024).
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelos de peças para a cartilha sobre Acolhimento Familiar	Adaptação e envio dos seguintes modelos de peças: 1-Modelo de Portaria de instauração de PA para implementação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 2- Modelo de Recomendação administrativa ao Prefeito e ao CMDCA - implementação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 3- Modelo de TAC - implementação do Serviço de Acolhimento Familiar; 4- Modelo de ACP - Implantação Política de Acolhimento Familiar; 5- Modelo de Arquivamento e remessa ao CSMP; 6- Ofício ao Prefeito - Família Acolhedora; 7-Ata de reunião - Família Acolhedora.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de pesquisa	Envio do material solicitado no sentido de que o STF decidiu que pais não podem tirar filhos da escola para ensiná-los exclusivamente em casa, prática conhecida como educação domiciliar ou “homeschooling”, no termo em inglês.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Promotoria de Justiça de Olinda	Solicitação de pesquisa sobre a conveniência da permanência de equipe psicossocial para atendimento das demandas do Conselho Tutelar.	Envio de resposta no sentido de que O Conselho Tutelar, a exemplo do que ocorre com o Juiz da Infância e da Juventude (conforme arts. 150 e 151, do ECA), deve ter uma equipe técnica interprofissional permanentemente à sua disposição.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de pesquisa acerca de eventual limitação de alunos com deficiência em salas de aula.	Envio da resposta solicitada, no sentido de que deve-se verificar se há disposição na legislação municipal.
Ministério Público da Paraíba	Solicitação do envio de cópia da Lei Municipal que prevê o funcionamento do Conselho Tutelar na capital do Estado, a fim de subsidiar trabalhos de estudo e pesquisa do CAOP/CAE.	Encaminhamento da legislação solicitada: 1- Lei ordinária nº 16.776/2002; 2- Lei ordinária nº 17.175/2006; 3- Lei ordinária nº 17.533/2009; 4- Lei ordinária nº 17.959/2014; 5- Lei Orgânica do município de Recife; e 6- Decreto nº 28.603/2015.
Promotoria de Justiça de Tuparetama	Solicitação de pesquisa sobre as instituições de acolhimento do Estado de Pernambuco.	Envio do material solicitado e dos contatos telefônicos da Divisão de Regulação de vagas das instituições de acolhimento, da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de peça-Recomendação ao CT- Ano Eleitoral	Adaptação e envio de modelo de Recomendação aos Conselheiros Tutelares, no sentido de que devem abster-se de realizar propaganda política nas dependências do Conselho Tutelar, tampouco se utilizar indevidamente de sua estrutura para a realização de atividade político-partidária.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de revisão da cartilha “VOLTEI” - Combate à evasão escolar	Envio do texto revisado.
Coordenação CAOPIJ		Redação e envio de minuta da Nota Técnica que estabelece orientação no sentido de que seja observada a decisão do Plenário



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

	Solicitação de elaboração de minuta de Nota Técnica	do STF, no julgamento conjunto da ADC 17 e da ADPF 292, que julga constitucional o corte etário fixado na data limite de 31 de março, para que estejam completas as idades de mínimas de 04 (quatro) anos para o ingresso na Educação Infantil; e 06 (seis) anos, no Ensino Fundamental, a fim de que haja uma uniformização dos sistemas de ensino em todo território nacional.
Coordenação CAOIJ	Elaboração de minuta de Nota Técnica	Envio de minuta da Nota Técnica 04- CAOIJ, no sentido de que, nas hipóteses de determinação judicial do acolhimento de crianças e adolescentes, o cumprimento do mandado judicial incumbe ao Oficial de Justiça (art. 154, inc. II, NCPC), cabendo ao Conselheiro Tutelar, após solicitação do Juízo ou de ofício, analisar a viabilidade de acompanhar o serventuário do Poder Judiciário no cumprimento da respectiva ordem, sem, no entanto, substituir o papel do auxiliar da Justiça no exercício suas funções precípua.
Coordenação CAOIJ	Solicitação de modelo de peça	Adaptação e envio de modelo de Parecer favorável em Ação de Adoção Unilateral – Relação poliafetiva, adaptado de peça elaborada pela 2ª PJDCC.
Coordenação CAOIJ	Solicitação de modelo de peça	Adaptação e envio de modelo de Parecer favorável em Ação de Destituição do Poder Familiar cc Adoção na qual o MP posicionou-se favoravelmente ao deferimento do pedido de adoção da criança pela requerente (companheira do genitor da criança), sem, contudo, excluir a genitora biológica, em virtude de não estar presente qualquer das hipóteses de decretação da perda do poder familiar. Multiparentalidade. *Modelo adaptado de peça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		elaborada pela 2ª PJDCC (2018).
Promotoria de Justiça de Abreu e Lima	Solicitação de pesquisa	Envio da resposta fornecida pela Gerência Executiva de Políticas sobre Drogas do município.
Promotoria de Justiça de Vitória de Santo Antão	Solicitação de adaptação de minuta de ACP de obrigação de fazer com pedido de tutela provisória de urgência – para obrigar município a construir 4 creches, para crianças de até 3 anos de idade.	Envio da respectiva minuta, com as devidas adaptações, bem como de jurisprudência sobre o tema.
Promotoria de Justiça de Belo Jardim	Solicitação de pesquisa acerca da ausência de repasses do FIA ao Município	Adaptação e encaminhamento de 1- Modelo de Portaria de instauração de PA para acompanhamento e fiscalização de políticas públicas; 2- Modelo de Recomendação, para regularizar os repasses ao FMDCA; 3- Modelo de TAC para regularização dos repasses ao FMDCA; 4- Modelo de Portaria de conversão de PP em IC apuração irregularidades no repasse do FMDCA.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de ofício	Elaboração do Ofício Circular nº 003/2018- CAOPIJ, através do qual foi encaminhado o Guia Prático do Plantão da Infância e Juventude - Ato Infracional, que contém esclarecimento quanto à sistemática do plantão da infância, no sentido de que constitui atribuição do Promotor de Justiça Plantonista o oferecimento de Representação Socioeducativa.
Promotoria de Justiça de São Joaquim do Monte	Solicitação de modelo de peça	Envio de modelo de ACP para destituição de Conselheiro Tutelar.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de peça	Envio de modelo de Ação de Acolhimento Institucional c/c pedido de Registro, adaptado de peça elaborada pela 1ª PJDCC.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelos de peças	Envio de modelos de peças sobre estruturação do Conselho Tutelar



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Promotoria de Justiça de Belo Jardim	Solicitação de pesquisa acerca de Conselho Tutelar	Envio de modelos de 1-Portaria de instauração de PA; 2-Portaria de instauração de PP; 3- Portaria de instauração de IC; e 4- Portaria de conversão de PP em IC.
Promotoria de Justiça	Solicitação de pesquisa de jurisprudência sobre Dislexia- acompanhamento pedagógico e Transporte escolar – alunos universitários	Envio do material solicitado
Ministério Público do Rio Grande do Norte	Solicitação de sugestões de atuação na fiscalização das entidades de atendimento não governamentais (art. 90, inc. I e II, ECA).	Demanda encaminhada para distribuição entre as PJDCCs. Despacho proferido pela Dra. Andrea Karla Reinaldo, no sentido de que fiscaliza o Programa de Execução de MSE em meio aberto através de Procedimento Administrativo, com visitas da equipe técnica aos CREAS, responsáveis pela execução por área de atuação. Resposta remetida ao MPRN.
44ª PJDCCAP	Solicitação da 44ª PJDCCAP, através do Ofício nº 521/2018, de parecer acerca da Notícia de Fato formulada pela Comissão dos Agentes Socioeducativos do Estado de Pernambuco.	Elaboração de minuta de parecer técnico-jurídico, no sentido de que incumbe ao Poder Público providenciar a realização de concurso público para provimento dos cargos no âmbito do Sistema Socioeducativo do Estado de Pernambuco, os quais prescindem de titulação de nível superior, tendo em vista que a contratação temporária de pessoal constitui exceção ao princípio constitucional do concurso público.
Coordenação CAOPIJ	Adaptação de modelo de peça	Adaptação de modelo de Recomendação
Promotoria de Justiça de Olinda	Solicitação de pesquisa acerca do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Envio de resposta, com base no art. 4º da Resolução nº 105/2005 do CONANDA, ao nosso Coordenador, que deliberou por convertê-la em nota técnica.
Coordenação		Elaboração da Nota Técnica Conjunta 01/2018 CAOPIJ – CAOP Criminal, que estabelece uma



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

CAOPIJ	Solicitação de elaboração de minuta de nota técnica.	orientação, no sentido de que, nos crimes envolvendo violência sexual contra crianças e adolescentes, é cabível a indenização por danos morais, cujo pedido deve ser formulado expressamente na inicial acusatória, como parte integrante da reparação mínima dos danos trazidos pelo crime à vítima (art. 387, inc. IV, do Código de Processo Penal).
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de elaboração de minuta de nota técnica.	Elaboração e envio de minuta da Nota Técnica Conjunta nº 02-2018 CAOPIJ - CAOP Criminal, com o escopo de estabelecer uma orientação geral aos órgãos de execução, no sentido de que postulem pela remessa da cópia da mídia contendo o Depoimento Acolhedor às autoridades competentes de outras esferas (cível, família, infância e juventude, criminal), para utilização como prova emprestada, visando a evitar a renovação da oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, assim como sua revitimização.
Promotoria de Justiça de Fernando de Noronha	Solicitação de modelos de peças	Adaptação e envio de 03 (três) modelos de Recomendação e 02 (dois) modelos TACs acerca da proibição da venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de pesquisa sobre argumentos favoráveis e contrários à redução da maioria penal.	Envio do material solicitado.
Promotoria de Justiça de Goiana	Solicitação de modelo de Recurso de Apelação	Encaminhamento de modelo de peça (que nos foi enviado pela PJDCC) no qual o MP requer a reforma da sentença, para aplicação da MSE de semiliberdade em substituição às



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		medidas de LA c/c PSC.
Promotoria de Justiça de Floresta	Solicitação de modelos de peças para acompanhamento e fiscalização do Conselho Tutelar	Envio do “Kit Acompanhamento e Fiscalização CT”, contendo: 1- Modelo de Ata de Reunião Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA; 2- Modelo de Portaria de instauração de PA - acompanhamento e fiscalização do funcionamento do CT; 3- Modelo de Relatório de Inspeção CT.
TJPE	Reunião do comitê gestor do Programa Acolher do TJPE	Participação na reunião do comitê gestor do Programa Acolher do TJPE.
TJPE	Relatório da Reunião do Comitê Gestor do Programa Acolher nº 05/2018.	Elaboração do Relatório da Reunião Comitê Gestor do Programa Acolher nº 05/2018.
Promotoria de Justiça de Goiana	Solicitação de material de apoio para realização de audiência pública sobre funcionamento do Fundo da Criança e do Adolescente e Conselho de Direitos.	Envio de Edital de convocação da 2ª PJDC de Garanhuns e Roteiros para a realização de audiências públicas e escutas sociais.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de elaboração de minuta de nota técnica.	Elaboração de minuta da Nota Técnica nº 06/2018 CAOPIJ, com o escopo de disponibilizar aos órgãos de execução orientações pertinentes ao horário de funcionamento do Conselho Tutelar.
Promotoria de Justiça de Goiana	Solicitação de pesquisa	Encaminhamento dos últimos quantitativos da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE recebidos neste Centro de Apoio.
Consulta pública	Consulta sobre criança em situação de risco no município de Arcoverde e omissão do Conselho Tutelar	Diante da situação relatada – possível omissão do Conselho Tutelar – fornecemos orientação no sentido de que o fato fosse comunicado ao Ministério Público, que possui atribuição de fiscalizar



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

		<p>tal órgão protetivo. Haja vista que caso a criança permaneça em situação de risco, mesmo "família extensa", seria o caso de o MP solicitar medidas de proteção ou ingressar com uma ação de acolhimento institucional. Porque tem as implicações de ordem criminal, além da questão protetiva. De acordo com o §2º do art. 101 do ECA, o CT pode, sim, intervir para a tomada de medidas emergenciais – como no caso de vítimas de violência ou abuso sexual. Mas se não o fez, omitiu-se. Portanto, é inteiramente cabível comunicar tal fato ao MP, que poderá tomar as providências cabíveis, inclusive, propor Ação de Acolhimento Institucional em favor dessa criança. Essa "denúncia"/ comunicação pode ser através do 0800: 0800-281-9455, do Disque 100, ou na sede das PJ de Arcoverde.</p>
TJPE	Reunião do comitê gestor do Programa Acolher do TJPE	Participação na reunião do comitê gestor do Programa Acolher do TJPE.
TJPE	Relatório da Reunião do Comitê Gestor do Programa Acolher nº 06/2018.	Elaboração do Relatório da Reunião Comitê Gestor do Programa Acolher nº 06/2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

12.2 – Acolhimento Institucional e Instituições de Educação

Daniella Cordeiro Cruz Silva Santos – Analista em Pedagogia e Luciana Enilde de Magalhães Lyra Macêdo – Analista Ministerial em Psicologia (até 31/10/2017)

O CAOPIJ atua na área de Convivência Familiar e Comunitária (Programa Acolher, Acolhimento Institucional e Adoção) atendendo às demandas das Promotorias de Justiça nas cidades do interior e região metropolitana do Estado, assim como, na Capital, através de reuniões interinstitucionais, participação e realização de eventos sobre a temática.

Desde 2009, por conta da Lei nº 12.010, que dispõe sobre a sistemática da garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, diversas ações foram implementadas com o objetivo de aprimorar a atuação do Ministério Público na área de Acolhimento Institucional e Familiar de crianças e adolescentes em nosso país. Tais ações passaram a ser disciplinadas pela Resolução Nº 71/2011, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que regulamenta a atuação dos Promotores de Justiça na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento.

Cumprindo suas funções enquanto órgão auxiliar, a equipe do CAOPIJ realizou inspeções nas instituições de acolhimento com a finalidade de averiguar a adequação do funcionamento às diretrizes nacionais, com foco na qualidade dos serviços, bem reuniu dados sobre todas as unidades de acolhimento existentes em Pernambuco para fins de acompanhamento da atuação do Promotor de Justiça pela Corregedoria do Ministério Público de Pernambuco – MPPE e pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Além do acompanhamento das instituições, de acordo com as demandas dos promotores, a equipe realiza estudos de casos individuais sobre a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

possibilidade de reintegração familiar ou de inserção em família substituta (adoção) de crianças e adolescentes que se encontram afastados do convívio familiar por medida de proteção, visando subsidiar o posicionamento do membro do *Parquet* em ações de Acolhimento Institucional e/ou de Destituição do Poder Familiar.

É de se ressaltar que as ações e atividades na área de acolhimento, além do foco na qualidade dos serviços prestados à população, teve como objeto de intervenção a necessidade de municipalização do atendimento, conforme ações previstas no projeto do CAOPIJ N° 002/2015: “Instituições de Acolhimento: caminhos para a qualificação e municipalização do atendimento” (iniciado no ano de 2015), cujas ações foram ampliadas em 2016.

A partir das inspeções nas diversas instituições em todo o Estado, foi possível verificar inúmeras irregularidades, tais como: ausência de equipe técnica, inexistência das Guias de Acolhimento, número de crianças e adolescentes superior ao estabelecido nas Normas Técnicas, estrutura física precária, com sérios riscos à saúde e à vida das crianças e dos adolescentes acolhidos, além de situações de negligência e violência física e sexual impetradas por funcionários das unidades aos acolhidos. Diante disso, surgiu a necessidade de uma articulação mais ampla, que envolvesse o MP e demais órgão do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, dessa forma se iniciaram os Encontros Regionais sobre Acolhimento Institucional.

Na área de Educação as demandas são diversas e complexas, à medida que também envolvem diversos órgão públicos e setores da sociedade civil. Foram trabalhadas as seguintes especificidades durante as inspeções de 2015: educação inclusiva, qualidade no atendimento, violência escolar e demanda por educação infantil em creches.

Ainda no que concerne à qualidade da oferta do ensino, foram analisadas nas inspeções a deficiência da prestação do serviço de creche. Faz-se necessário uma intervenção mais sistemática do Ministério Público, tendo em vista as ações propostas pela Comissão da Infância e Juventude e de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em atenção à proteção integral da infância e da adolescência, nos termos do artigo 227 da Constituição Federal, que buscam o aumento da oferta de vagas em creches e realizar ações coordenadas para garantir a universalização da pré-escola em todos os municípios brasileiros. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (artigo 20 da Lei nº 9.394/96).

Em 2016, as ações nas áreas de Educação incluíram as temáticas de qualidade do ensino, violência escolar, educação especial, transporte público, irregularidade na contratação de funcionários da área, dentre outras. Na Convivência Familiar e Comunitária, tiveram destaque o Programa Acolher, o acolhimento institucional e a adoção, nas cidades do interior e região metropolitana do Estado. Tais ações são efetivadas visando subsidiar as atividades dos Promotores de Justiça, seja através de respostas (assessoria, inspeções e relatórios técnicos) às demandas individuais dos promotores, ou de projetos e intervenções mais amplos, propostos pelo CAOPIJ, com a finalidade de gerar repercussões e impactos positivos no trabalho institucional em todo o Estado.

12.2.1 – Inspeções em Instituições de Acolhimento

Município	Unidade Inspeccionada	Período
Jaboatão dos Guararapes	Casa de Acolhida Estação Feliz	Fevereiro/2015
Lajedo	Casa Lar Abrigo da Criança e do Adolescente	Mai/2015
Jaboatão dos Guararapes	Lar de Maria	Junho/2015
Gravatá	Serviço de Acolhimento	Julho/2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Jaboatão dos Guararapes	Lar de Maria	Julho/2015
Palmares	Granja Paraíso (masculina)	Agosto/2015
Palmares	Casa Lar Heleninha (feminina)	Agosto/2015
Garanhuns	Centro de Atendimento à Criança – CEAC	Agosto/2015
Arcoverde	Associação Raio de Luz	Setembro/2015
Abreu e Lima	Instituto para a Vida	Dezembro/2015
Águas Belas	Casa de Acolhimento de Águas Belas	Fevereiro/2016
São Bento do Una	Lar Anjos Aquilles e Pietro	Fevereiro/2016
Pesqueira	Abrigo Acolher	Fevereiro/2016
Moreno	Cidade Evangélica dos Órfãos – CEO	Fevereiro/2016
São Lourenço da Mata	Instituição Acolhedora Dona Ivanilda Maria da Silva	Fevereiro/2016
Cabo de Santo Agostinho	Instituição de Acolhimento Recanto da Criança	Março/2016
Cabo de Santo Agostinho	Instituição de Acolhimento Recanto do Adolescente	Março/2016
Ibimirim	Casa da Criança e do Adolescente de Ibimirim	Abril/2016
Palmares	Casa Granja Paraíso (masculina)	Maió/2016
Palmares	Casa Lar Heleninha (feminina)	Maió/2016
Triunfo	Casa Aconchego Raio de Sol	Maió/2016
Bezerros	Casa de Acolhimento Carminha de Góes	Outubro/2016
Camaragibe	Associação de Braços Abertos	Outubro/2016
Petrolina	Casa Anjo da Guarda	Novembro/ 2016
Petrolina	PETRAPE – Associação dos Amigos do PETRAPE	Novembro/ 2016
Petrolina	CEMAM – Casa Abrigo Laura Vicuña do Centro Maria Auxiliadora	Novembro/ 2016
Timbaúba	Casa da Criança e do Adolescente de Timbaúba – CAT	Fevereiro/2016
São Bento do Una	Lar dos Anjos Aquiles e Pietro	Fevereiro/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Tupanatinga	Inspeção e relatório: Casa de Acolhimento Criança Cidadã	Março/2017
Olinda	Casa de Acolhimento de Olinda	Março/2017
Olinda	Associação Casa de Meu Pai	Abril/2017
Olinda	Casa de Passagem Diagnóstica	Abril/2017
Garanhuns	Centro Municipal de Acolhimento de Crianças e Adolescentes – Abraçar I	Abril/2017
Garanhuns	Centro Municipal de Acolhimento de Crianças e Adolescentes – Abraçar II	Abril/2017
Garanhuns	Centro de Atendimento à Criança – CEAC	Abril/2017
Petrolina	Casa Anjo da Guarda	Maior/ 2017
Petrolina	PETRAPE – Associação dos Amigos do PETRAPE	Maior/ 2017
Petrolina	CEMAM – Casa Abrigo Laura Vicuña do Centro Maria Auxiliadora	Maior/ 2017
Cabo de Santo Agostinho	Unidade de acolhimento	Setembro/2017
Jaboatão dos Guararapes	Unidade de acolhimento	Setembro/2017

12.2.2 – Reunião / orientação sobre o funcionamento das Instituições de Acolhimento

Município	Promotor(a) de Justiça	Período
Gravatá	Reunião com o Conselho Tutelar, equipe técnica da instituição de acolhimento local e PJ Gravatá	Julho/2015
Abreu e Lima	Reunião com a PJIJ Abreu e Lima sobre a situação de Acolhimento Institucional no município	Dezembro/2015
Belo Jardim	Dra. Sophia Volfovitch	Março/2016
Moreno	Leonardo Brito Caribé	Fevereiro/2016
Triunfo	Guilherme Graciliano Araújo Lima (Orientação por telefone)	Fevereiro/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Ibimirim	Filipe Wesley Leandro	Abril/2016
Triunfo	Guilherme Graciliano Araújo Lima (Reunião sobre a implantação da unidade de acolhimento com a equipe técnica do CAOPIJ, o Promotor de Justiça da comarca e a representante do município)	Maio/2016

12.2.3 – Reunião para estudo de casos e discussão sobre a situação de crianças e adolescentes acolhidos

Município	Promotor(a) de Justiça	Período
Belo Jardim	Dra. Sophia Wolfvitch	Março/2016
Triunfo	Dr. Guilherme Graciliano	Dezembro/2016

12.2.4 – Procedimentos interventivos para realização de estudo de caso sobre a possibilidade de adoção de grupo de irmãos

Procedimento Interventivo	Município	Período
Escuta à criança	Belo Jardim	Março/2016
Escuta à criança	Belo Jardim	Março/2016
Entrevista a pretendente à adoção	Belo Jardim	Março/2016
Visita domiciliar a pretendente à adoção	Belo Jardim	Março/2016
Visita domiciliar à família extensa de pretendente à adoção	Olinda	Março/2016
Visita domiciliar à família de adolescente residente em Triunfo	Recife	Dezembro/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

12.2.5 – Ação interinstitucional sobre os procedimentos relativos ao
Acolhimento de Crianças e Adolescentes, à reintegração
familiar e à Adoção em Pernambuco

Ação	Instituições Participantes	Encaminhamento / Resultados	Período
Reunião	Ministério Público de Pernambuco através do CAOPIJ: Coordenador do CAOPIJ – Dr. Luiz Guilherme Lapenda 2ª Promotoria de Justiça em Defesa da Cidadania da Capital – Dra. Ana Maria Maranhão – Equipe técnica – Daniella Cruz e Luciana Macêdo. Tribunal de Justiça de Pernambuco / Coordenadoria da Infância e Juventude: Coordenador da CIJ – Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo Equipe técnica da CIJ.	Elaboração de ofício conjunto (CIJ/TJPE e CAOPIJ/MPPE) para ser encaminhado a todos os promotores e juízes do Estado de Pernambuco com atuação na infância e juventude, contendo recomendações e diretrizes para a atuação.	Março/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

12.2.6 – Outras Ações no âmbito da Convivência Familiar e Comunitária



Ações	Período
Participação no I Seminário Regional do Programa Acolher na Universidade Federal Rural de Pernambuco	Maio/2015
Assistência interdisciplinar ao Inquérito Civil nº 004/2011-1ª PJCI do município de Itamaracá, nº de Auto: 2014/ 1788193, nº Doc: 5741071	Setembro/2015
Informe referente ao Ofício nº 0618/2015 à 2ª Promotoria de Justiça da Ilha de Itamaracá	Setembro/2015
Levantamento sobre estrutura física mínima e recursos financeiros para as instituições de acolhimento	Outubro/2015
Levantamento de crianças e adolescentes acolhidas fora do município de sua residência	Outubro/2015
Participação no III Seminário Internacional sobre Qualidade dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes: O cuidado como um direito humano. Realizado pela Associação dos pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescentes (NECA) no município de São Paulo/ SP	Novembro/2015
Elaboração de relatório síntese sobre a participação no III Seminário Internacional sobre Qualidade dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, realizado pela Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA) em São Paulo/SP	Março/2016
Reunião com representantes da Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA) de São Paulo/SP para firmar parceria, na qual Pernambuco	Maio/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

será a sede do Seminário Regional Qualidade dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, que contemplará todos os Estados do Nordeste. Além de discussão e planejamento do evento.

12.2.7 – Educação

Na área de Educação as demandas são diversas e complexas, englobando várias questões que necessitam da intervenção do Ministério Público através de seus representantes e da atuação das equipes técnicas.

As ações do CAOPIJ, em 2016, tiveram como foco a prestação e a qualidade da oferta do ensino no município de Moreno. Além da elaboração de minuta de projeto para uma intervenção mais sistemática do MP, tendo em vista as ações propostas pela Comissão da Infância e Juventude e de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em atenção à proteção integral da infância e da adolescência, nos termos do artigo 227 da Constituição Federal, que buscam o aumento da oferta de vagas em creches e realizar ações coordenadas para garantir a universalização da pré-escola em todos os municípios brasileiros.

12.2.8 – Inspeções em Instituições de Ensino

Escola	Promotor(a) de Justiça/ Município	Período
Creche Escola Santa Clara e Associação das Mulheres Unidas de Garanhuns	PJ Garanhuns	Abril/2015
Escola Salesiana Padre Rinaldi	PJ Carpina	Novembro/2015
Municipal de 1º Grau Sevy Rocha	Leonardo Brito Caribé/Moreno	Fevereiro/2016
Municipal Professora Noemi Guerra	Leonardo Brito Caribé/Moreno	Fevereiro/2016



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

12.2.9 – Outras Ações no âmbito da Educação

Ações	Período
Orientações técnicas para subsidiar o Inquérito Civil Nº 003/2012, que versa sobre a necessidade de ampliação da oferta de vagas em creches no município de Cabo de Santo Agostinho	Maio/2015
Assessoria à Promotora de Justiça de Nazaré da Mata/PE, sobre Violência Escolar	Dezembro/2015
Elaboração de Nota Técnica para a imprensa do MPPE referente à criação e aperfeiçoamento para a matrícula em creches nos municípios do Estado de Pernambuco	Fevereiro/2016
Elaboração de minuta de projeto para criação e expansão de oferta de vagas em creches e pré-escolas da rede pública.	Abril/2016
Participação em audiência de conciliação sobre a oferta de ensino na cidade de Moreno com a participação do Promotor de Justiça, Dr. Leonardo caribé, a Juíza da Comarca, Dra. Ana Carolina Avellar Diniz, a Procuradora-Geral do município, Dra. Dayseanne Dolores do Monte Monteiro, representantes da Secretaria de Educação, e o SIMPREMO (Sindicado dos Profissionais de Educação).	Abril/2016
Reunião com representantes do DETRAN, PMPE, DER para tratar do prosseguimento ao Termo de Compromisso de Integração Operacional assinado pelos referidos órgão e o MPPE, para vistoriar o transporte público escolar.	Julho/2016
Reunião no Detran para definir estratégias para garantir a fiscalização nas vistorias veículos que prestam o serviço oficial de transporte público escolar nos municípios de Pernambuco. Elaboração de ação para Campanha e Seminários.	Outubro/2016
Reunião no CAOPIJ com representante do Detran e do departamento de comunicação do MPPE, para alinhar estratégias para implantação da Campanha e Seminários Regionais que trata da temática Transporte Público Escolar.	Dezembro/2016
Estudo de caso foi realizado por solicitação do Promotor de Justiça Maxwell Anderson de Lucena Vignoli, para pronunciamento técnico desta equipe em relação à denúncia do Procedimento Preparatório nº 01/2017 – 29ª PJDC	Janeiro/2017
Orientações Técnicas em atendimento à solicitação apresentada pela Promotoria de Justiça de Tamandaré Ofício nº 098/2016	Fevereiro/2017
Reunião no CAOPIJ com representante do Detran e do departamento de comunicação do MPPE, para alinhar estratégias para implantação da Campanha e Seminários Regionais que trata da temática Transporte Público Escolar.	Fevereiro/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

12.2.10 – Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA)

Conforme Portaria PGJ nº341/ 2017 – MPPE, considerando a resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do CNMP, que dispõe sobre a Política Nacional de incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público, a equipe técnica do CAOPIJ compõe o Grupo Temporário do NUPIA visando desenvolver estudos e propor medidas para contribuir com o planejamento da política de Autocomposição do MPPE, como também, com a implantação de um núcleo permanente na referida área.

12.2.11 – Atividades internas/ Reuniões

Atividades	Data
Apresentação do projeto básico de ação; Definição da composição de três subnúcleos sobre: Mediação e Conciliação, Negociação e Práticas Restaurativas;	09/03/2017
Apresentação do plano de projeto pela equipe da AMPEO;	17/03/2017
Apresentação e discussão do texto “Mecanismos Autocompositivos no Sistema de Justiça”, Autor Gregório Assagra de Almeida e Igor Lima Goettenauer de Oliveira; Planejamento referente à organização interna e atividades do NUPIA	24/03/2017
Proposta de realização da Caravana de Oficinas a partir de setembro 2017; Proposta de acompanhar as visitas do PGJ às Promotorias do interior do Estado, com o objetivo de sensibilização dos membros e servidores sobre a autocomposição; Apresentação e discussão dos textos da Política nacional de incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público, resolução nº 118/2014, sobre criação do Núcleo de Solução Alternativa de Conflitos, Resolução nº 150/2016 e a Lei de Mediação nº 13.140/2015	31/03/2017
Apresentação e discussão do texto “Novo perfil constitucional do Ministério Público – Negociação e Mediação e a postura resolutiva e protagonista do Ministério Público na resolução consensual das controvérsias, conflitos e problemas” de Gregório Assagra de Almeida, Martha Silva Beltrame e Michel Betenjane Romano; Apresentação dos dados dos atendimentos realizados no Núcleo de Justiça Comunitária de Casa Amarela no ano de 2016	12/04/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Apresentação e discussão dos textos “A mediação no âmbito do Ministério Público”; “Técnicas de negociação no âmbito do Ministério Público” e “A importância da justiça restaurativa”.	19/04/2017
Discussão e planejamento sobre o funcionamento dos subnúcleos que compõem o NUPIA	05/05/2017
Planejamento da Caravana das Oficinas com fixação de cronograma	12/05/2017
Planejamento das Oficinas de sensibilização	26/05/2017
Apresentação do relatório sobre a visita ao Ministério Público do Paraná; Proposta de criação dos projetos: Justiça comunitária – mediação Potencializar – Práticas restaurativas Sim! - Negociação Formar – de sensibilização e capacitação	09/06/2017
Planejamento das oficinas de sensibilização; Elaboração dos Slides para apresentação na Caravana das Oficinas.	15/06/2017
Reunião na sede das Promotorias de Justiça da Infância Juventude da Capital para tratar sobre o Encontro Individualizando o Cuidado: Estratégias para Utilização dos Planos Individuais de Atendimento.	29/09/2017

12.2.12 – Atividades Externas

Ações	Período
Participação no evento “Críticas à Justiça Restaurativa por restaurativistas”, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) , com as professoras Raffaella Pallamolla e Fernanda Rosenblatt, numa promoção do grupo Além das Grades, Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Grupo Asa Branca de Criminologia e Rede Justiça Restaurativa Pernambuco	Fevereiro/2017
<i>Visita ao município de Ponta Grossa/PR para conhecer as experiências no âmbito da Justiça Restaurativa que vêm sendo desenvolvidas na Comarca, com o intuito de obter mais elementos para o planejamento das ações do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA)</i>	31/05/2017 a 02/06/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

12.3 – Assessoria Técnica em Psicologia e Serviço Social

Maria Luíza Duarte Araújo – Analista Ministerial em Serviço Social (até 22/06/2015) e Gilberto Lucio da Silva – Analista Ministerial em Psicologia

12.3.1 – Inspeções de unidades de cumprimento de medidas socioeducativas

A demanda por visitas de inspeção às unidades de cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, internação provisória, e internação da Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco – FUNASE, nos municípios de Vitória de Santo Antão, Garanhuns, Petrolina, Jaboatão dos Guararapes, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho e Recife, foi efetivada em atenção à Resolução nº 67, de 16 de março de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações nessas unidades pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.

Essas visitas incluem a realização de entrevistas com os dirigentes, equipes profissionais e adolescentes atendidos, além do registro fotográfico de todos os ambientes visitados, fornecendo dados para a intervenção da Promotoria de Justiça solicitante, objetivando a melhoria na qualidade dos serviços de atenção a crianças e adolescentes desenvolvidos nessas unidades, visando, sobretudo, manter o caráter pedagógico das medidas socioeducativas.

Unidades da FUNASE Inspeccionadas		
Solicitante	Unidade Inspeccionada	Data
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM I	28.01.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM II	28.01.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM Santa Luzia	28.01.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM Areias	28.01.2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM Jaboatão dos Guararapes	28.01.2015
2ª. PJDC Garanhuns	CASEM Garanhuns	05.02.2015
2ª. PJDC Garanhuns	CASE/CENIP Garanhuns	05.02.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM II	26.03.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM Santa Luzia	26.03.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM Areias	26.03.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM Jaboatão dos Guararapes	26.03.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM II	26.03.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM I	10.04.2015
2ª. PJDC Garanhuns	CASEM Garanhuns	15.04.2015
2ª. PJDC Garanhuns	CASE/CENIP Garanhuns	15.04.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASE Cabo de Sto. Agostinho	03.05.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASE Santa Luzia	12.05.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CENIP Santa Luzia	12.05.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASE Jaboatão dos Guararapes	19.05.2015
1ª. PJDC Petrolina	CASE Petrolina	20.05.2015
1ª. PJDC Petrolina	CASEM Petrolina	20.05.2015
1ª. PJDC Petrolina	CENIP Petrolina	21.05.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CENIP Bongí	02.06.2015
2ª. PJDC Garanhuns	CASEM Garanhuns	10.06.2015
2ª. PJDC Garanhuns	CASE/CENIP Garanhuns	10.06.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM I	12.06.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM II	12.06.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM Santa Luzia	12.06.2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM Areias	17.06.2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM Jaboatão dos Guararapes	17.06.2015
1ª. PJDC Vitória de Sto. Antão	CASE Vitória de Sto. Antão (Pacas)	18.08.2015
2ª. PJDC Garanhuns	CASEM Garanhuns	17.09.2015
2ª. PJDC Garanhuns	CASE/CENIP Garanhuns	17.09.2015
1ª. PJDC Petrolina	CASE Petrolina	21.03.2016
1ª. PJDC Petrolina	CASEM Petrolina	21.03.2016
1ª. PJDC Petrolina	CENIP Petrolina	22.03.2016
1ª. PJDC Cabo de Santo Agostinho	CASE Cabo	30.08.2016
1ª. PJDC Petrolina	CASE Petrolina	13.09.2016
1ª. PJDC Petrolina	CENIP Petrolina	14.09.2016
1ª. PJDC Petrolina	CASEM Petrolina	15.09.2016
1ª. PJC Vitória de Santo Antão	CASE Vitória de Sto. Antão (Pacas)	14.12.2017

12.3.2 – Elaboração de relatórios longitudinais no âmbito da socioeducação

Por solicitação da 6ª. e da 39ª. PJDCC, foram elaborados relatórios longitudinais, que utilizaram como material de referência os relatórios bimestrais e anuais, produzidos pela Equipe II do CAOPIJ, em observância à Resolução nº 67/2011/CNMP, após as visitas presenciais, com o fito de descrever a evolução das condições de funcionamento de cada unidade em estudo, ao longo de períodos específicos de seis a doze meses.

A análise longitudinal inclui os principais aspectos identificados no período em apreço, em torno aos eixos destacados no Roteiro para Inspeção das Unidades de Semiliberdade – Anexos II e IV da Resolução nº. 67/2011, a saber: ambiente e infraestrutura, gestão e recursos humanos, atendimento socioeducativo e indicadores de direitos humanos, além de sugestões de providências que necessitavam ser implementadas, visando o atendimento de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

parâmetros mínimos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescentes – ECA, pela Lei nº. 8069/90, pela Lei nº 12.594/12 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE), e pela política do SINASE, aprovada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Res. nº. 119/2006/CONANDA/SEDH).

Relatórios Longitudinais		
Solicitante	Unidade Inspeccionada	Entrega
6ª. e 39ª. PJDCC	CASE Abreu e Lima	Fevereiro/2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM Santa Luzia	Abril/2015
6ª. e 39ª. PJDCC	CASEM II	Mai/2015

12.3.3 – Inspeção em serviços de acolhimento institucional e organizações não governamentais que trabalham com o público infantojuvenil

A avaliação sobre a prestação de serviços em entidades públicas e privadas compreendeu a realização de visitas de inspeção interprofissional a unidades de acolhimento institucional, unidades de atendimento socioeducativo e organizações não governamentais que trabalham com o público infantojuvenil.

Em atenção à demanda das 32ª. e 33ª. PJDCC, realizaram-se visitas a entidades registradas no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), referentes às Regiões Político-administrativas III, IV e V do município do Recife.

Foram inspeccionadas as unidades de Acolhimento Institucional em atenção à Resolução Nº 71 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que disciplina a atuação dos Promotores de Justiça na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento. É de se ressaltar que a analista ministerial em serviço social, Maria Luiza Duarte Araújo, foi cedida pela PJ Olinda para



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

participar das inspeções realizadas em Petrolina, nos meses de março e setembro de 2016, e em Vitória de Santo Antão, no mês de novembro de 2017.

Órgão solicitante	Unidade Inspeccionada	Data
32ª. e 33ª. PJDCC	Educandário Casa da Providência	07.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Centro Comunitário Salesiano do Recife	07.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Associação Pestalozzi do Recife	07.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Centro Dom Hélder Câmara – CENCHEC	08.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Associação Beneficente Criança Cidadã – ABCC	08.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Integrarte – Centro de Integração, Cidadania e Arte	08.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Projeto Barnabé	08.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	RENAPSI – Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração	08.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Lar Batista Elizabeth Mein – LARBEM	08.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Movimento de Transformação Integral dos Valores Humanos – MOTIVAH	08.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora	08.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Casa da Criança Marcelo Asfora	14.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Associação Bem Estar Familiar no Brasil – BENFAM	14.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Associação de Pais e amigos dos Excepcionais – APAE	14.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Centro de Reabilitação e Valorização da Criança – CERVAC	14.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Aldeias Infantis SOS Brasil	14.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Grupo de Mulheres Cidadania Feminina	14.01.2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

32ª. e 33ª. PJDCC	Grupo Educacional Arte Paquera	14.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Centro de Atendimento Bem-te-Vi	15.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Centro Social Dom João Costa	15.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Clube das Mães dos Moradores do Alto do Refúgio	15.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Grande Circo Arraial – Escola Pernambucana de Circo	15.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Grupo de Mães Frederico Ozanã	15.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Grupo Mulher Maravilha	15.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Grupo Semente do Amanhã da Guabiraba	15.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Abrigo Jesus Menino de Órfãos e abandonados	22.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Centro Educacional Social e Cultural - CESC	22.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Desafio Jovem do Recife	23.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Educandário Magalhães Bastos	23.01.2015
32ª. e 33ª. PJDCC	Inspeção: Centro Educativo Jardim das Oliveiras	03.02.2015
1ª. PJDC Petrolina	Associação dos Amigos do PETRAPE	22.03.2016
1ª. PJDC Petrolina	Centro Maria Auxiliadora Pró-Menor Carente	22.03.2016
1ª. PJDC Petrolina	Casa Anjo da Guarda	22.03.2016
1ª. PJDC Petrolina	Centro Maria Auxiliadora Pró-Menor Carente	13.09.2016
1ª. PJDC Petrolina	Associação dos Amigos do PETRAPE	15.09.2016
1ª. PJDC Petrolina	Casa Anjo da Guarda	15.09.2016
1ª. PJC Vitória de Santo Antão	Casa de Acolhimento Caminhos do Amanhã	29.11.2017
1ª. PJC Vitória de Santo Antão	Instituto Vitória Humana	29.11.2017
1ª. PJC Vitória de Santo Antão	Instituto Espaço Vida	29.11.2017



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

12.3.4 – Assessoria Especializada em Psicologia

Após a substituição de componentes da equipe interprofissional, realizada nos últimos anos, fez-se necessário o remanejamento das atribuições e a organização das competências técnicas, existindo demandas específicas que exigem atenção diferenciada no âmbito das políticas públicas socioassistenciais, socioeducativas, e no atendimento à saúde mental de crianças e adolescentes.

Conforme Resolução PGJ nº 01/2016, art. 49, foi prestada assistência às Promotorias de Justiça em ações e procedimentos que envolvam conhecimentos técnicos na área de Psicologia, conforme atribuições do cargo de Analista Ministerial, área Psicologia:

- I) Realizar avaliações sobre a prestação de serviços em entidades públicas e privadas, enfocando os aspectos psicológicos e psicossociais, utilizado-se de instrumentos da psicologia;
- II) Realizar avaliações psicológicas e perícias em sua área de atuação, inclusive na participação de discussão de casos clínicos junto a equipes profissionais de saúde;
- III) Realizar estudos e pesquisas relacionados à área de Psicologia;
- IV) Prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios em matérias de sua área de formação ou especialização, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados;
- V) Executar outros trabalhos técnicos ou administrativos inerentes à sua área de atuação, designados por autoridade competente.

Destaque-se, como parte das intervenções da assessoria especializada em psicologia, a idealização, organização e colaboração na execução dos seguintes projetos institucionais do CAOPIJ: *Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes; Conselho é bom e eu gosto: priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares em Pernambuco; Cidadania Enfrentando a Violência: Fortalecimento do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo; CAOPIJ Online; e A casa é sua: implementando*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

programas de Acolhimento Familiar, os quais foram abordados em tópico anterior.

Além disso, no biênio 2017-2018, as seguintes demandas foram atendidas especificamente pelo analista ministerial em Psicologia:

2017		
Órgão Solicitante	Demanda	Resposta
1ª. PJDC Olinda	Elaboração de um informe técnico sobre os serviços da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS previstos para serem implantados em municípios com população acima de 400.000 habitantes, considerando a atenção ao público adulto e infantojuvenil, para subsidiar IC 007/2015	Parecer Técnico 001/2017 – contendo verificação dos atuais serviços de atenção à saúde mental infantojuvenil em Olinda e a indicação de instalação de CAPS i no município
Coordenação CAOPIJ	Identificação do perfil dos equipamentos componentes e organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), considerando o atendimento ao público infanto-juvenil	Parecer Técnico 002/2017 - Base legal e operacional da rede de atenção à saúde mental infantojuvenil
Promotoria de Justiça da Comarca de Chã Grande	Regulamentação e possibilidades de intervenção terapêutica das Comunidades Terapêuticas na atenção à saúde mental e suporte social de adolescentes, utilizando tratamentos semelhantes aos desenvolvidos por grupos de Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos	Parecer Técnico 003/2017 - Base legal e operacional da intervenção de comunidades terapêuticas no atendimento de adolescentes
Coordenação CAOPIJ	Reunião com Dra. Maísa Oliveira, Dra. Aline Arroxelas, Promotoras de	Ata de Reunião com registro das deliberações e encaminhamentos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Justiça de Olinda, CAOP Saúde, CAOPIJ e a Secretaria de Saúde do município de Olinda sobre a rede de atendimento municipal.	
24ª. PJDCC	Compilação dos dados contidos nos relatórios do Plantão da Infância e da Juventude do MPPE, relativos ao local de moradia do adolescente autor de prática de ato infracional residente na comarca do Recife, bem como o tipo e o local de ocorrência do ato.	Parecer Técnico 004/2017 - Perfil dos adolescentes residentes na comarca de recife atendidos no plantão da infância e juventude da capital.
2ª. PJDC Jaboatão dos Guararapes / CAOP Saúde	Posicionamento técnico sobre a extinção do CAPS Adi do município e transferência dos atendimentos da população infantojuvenil para o CAPS AD de adultos e parecer quanto a eventual comprometimento da proposta terapêutica a ser executada.	Colaboração na confecção do Pronunciamento nº 04/2017 – CAOP Saúde.
Coordenação CAOPIJ	Mapeamento da implantação dos Planos de Atendimento Municipal às Medidas Socioeducativas (PMASE), realizado pelas Coordenações das Circunscrições Ministeriais, tomando por base as respostas, por meio de ofícios e certidões oriundos das Varas de Justiça de cada Comarca e das prefeituras municipais consultadas	Elaboração dos Informativos 01/2017 (10.02.2017); 04/2017 (15/06/2017); e 05/2017 (21/07/2017).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

1ª. PJDC Olinda	Estudo e planejamento das intervenções em Procedimentos Administrativos encaminhados ao Setor Psicossocial das PJDC locais (Extrajudicial).	Realização de “mutirão”, em parceria com a equipe interprofissional lotada nas PJ Olinda, entre os dias 04 a 07 de dezembro, que incluiu: leitura dos autos, elaboração de plano de ação, realização de visitas domiciliares e agendamento de entrevistas.
Coordenação CAOPIJ	Colaboração na confecção dos relatórios do Projeto Transporte Escolar também precisa passar na prova	Relatória dos encontros realizados nas comarcas de Salgueiro, Petrolina, Surubim, Caruaru e Arcoverde.
1ª. PJDC Olinda	Intervenções em Procedimentos Administrativos encaminhados ao Setor Psicossocial das PJ Olinda	PA 134/2015 – Relatório do CREAS PA 136/2015 – Entrevista PA 006/2016 – Visita domiciliar PA 032/2016 – Entrevista e visita domiciliar PA 060/2016 – Entrevista com adolescente e familiares PA 062/2016 – Manutenção do acompanhamento PA 067/2016 – Entrevista com familiares PA 069/2016 – Entrevista PA 086/2016 – Declaração técnica PA 090/2016 – Visita domiciliar PA 100/2016 – Visita domiciliar PA 107/2016 – Relatório ao Conselho Tutelar II PA 108/2016 – Visita domiciliar PA 119/2016 – Entrevistas e visita domiciliar PA 123/2016 – Relatório ao Conselho Tutelar II PA 128/2016 – Relatório do CRAS PA 133/2016 – Relatório ao Conselho Tutelar II



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

2018			
Demanda	Descrição Sumária	Situação Atual	Período
Resumo do Relatório de Atividades 2017	Resumo das principais ações desenvolvidas pelo CAOP Infância e Juventude para a Construção do documento – Retrospectiva – Exercício 2017.	Elaboração e envio do Informativo n 01/2018.	Janeiro
TAP Conselho é bom e eu gosto	Elaboração do resumo executivo do projeto	Concluída	Janeiro
Campanha SER CRIANÇA	Campanha institucional implementada nas redes sociais Facebook e Instagram	Confecção e divulgação de 11 (onze) posts	Janeiro (fase I – cinco postagens) e maio (fase II – seis postagens)
Campanha INFÂNCIA INFORMA	Campanha institucional implementada nas redes sociais Facebook e Instagram	Confecção e divulgação de posts com informações revelantes no âmbito da infância e juventude, a exemplo de: Nota Técnica 03/2018; Cadastro Atualizado; Escuta Especializada e Depoimento Especial; Divulgação da página e da Lei 16003/2017.	Ação permanente
Manutenção e atualização da página CAOP Infância Juventude nas redes sociais	Pesquisa e publicação de matérias e postagens no âmbito dos direitos de crianças e adolescentes	Em desenvolvimento	Ação permanente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Utilização da rede social Instagram	Inserção da página do CAOPIJ na rede social Instagram	Em desenvolvimento	Ação permanente
Estatística de Avaliação dos Seminários do projeto Conselho é bom e eu gosto	Quantificação dos dados e elaboração das estatísticas de avaliação quantitativa e qualitativa dos eventos realizados em Arcoverde, Caruaru e Garanhuns	Concluída	Março
Prêmio CNMP	Seleção e organização de documentação sobre o projeto Cidadania Enfrentando a Violência, executado no biênio 2016/2017, com encaminhamento para a AMPEO	Concluída	Março
Apresentação de projeto	Confecção de apresentação em Power-Point do projeto Conselho é bom e eu gosto	Concluída	Março
Confecção do relatório dos Seminários do Projeto Conselho é bom e eu gosto	Relação de relatório com a descrição das atividades dos eventos Arcoverde, Caruaru e Garanhuns	Concluída	Abril
Cartilha CONSELHO É BOM E EU GOSTO	Pesquisa e elaboração de texto e de material de apoio para projeto	Concluída	Abril
Mapeamento PMASE	Atualização de dados sobre a implantação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo	Inserção dos dados encaminhados no primeiro quadrimestre de 2018	Mai (última atualização)
Cartilha A CASA É SUA	Pesquisa e elaboração de texto e	Encaminhada à Assessoria de	Fevereiro a setembro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	de material de apoio para projeto	Comunicação	
Avaliação do PMASE Camaragibe	Solicitação da PJ Camaragibe sobre a adequação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	Elaboração e encaminhamento do Parecer Técnico 001/2018	Abril
Avaliação do PMASE Tamandaré	Solicitação da PJ Tamandaré sobre a adequação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	Elaboração e encaminhamento do Parecer Técnico 002/2018	Abril
Avaliação do PMASE Jaqueira	Solicitação da PJ Jaqueira sobre a adequação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	Elaboração e encaminhamento do Parecer Técnico 003/2018	Abril
Capacitação do Curso Sistema Eletrônico de Informações – SEI Usar	Atendimento ao Aviso SGMP 007/2018, em 06/03/2018	Concluída	Abril
Projeto CAOPs em Ação	Elaboração de Resumo Executivo do Projeto	Em desenvolvimento	Maio
Assessoramento Técnico à Promotoria de Justiça	Solicitação da PJ São Vicente Férrer quanto ao horário de funcionamento do Conselho Tutelar	Encaminhadas cartilhas sobre a temática para e-mail funcional da PJ	Abril
Projeto Criando Espaços na Rede de Atenção: um CAPS para crianças e adolescentes	Avaliação da retomada dos seminários previstos para as Circunscrições restantes	Indicação de consulta ao CAOP Saúde para avaliar a oportunidade da ação; Verificar a agenda dos colaboradores para definição do	Abril



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

		cronograma	
Elaboração de Nota Técnica	Condições legais e éticas para exercício/quebra do sigilo profissional no atendimento psicológico	Nota Técnica CAOPIJ 003/2018, divulgada pelo Ciranda de Notícias 011/2018, pelo Facebook e Instagram do CAOPIJ, e em matéria jornalística no D.O.	Maio
Capacitação para administrar página do CAOPIJ no Portal do MPPE	Treinamento para utilização do módulo de alimentação do Portal do MPPE	Concluída	Maio
Avaliação do PMASE Poção	Solicitação da PJ Poção sobre adequação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	Elaboração e encaminhamento do Parecer Técnico 004/2018	Maio
Pesquisa do trabalho desenvolvido no âmbito da Infância e Juventude nos Ministérios Públicos Estaduais e Distrito Federal	Consulta aos portais mantidos pelos Ministérios Públicos Estaduais e Distrito Federal.	Inclusão de links para os sites específicos do Ministério Público em cada estado na página do CAOPIJ no portal do MPPE	Maio
Projeto Novos Horizontes – Infância, Juventude e Educação	Elaboração e organização do relatório de atividades do evento realizado em Fernando de Noronha, de 23 a 25 de maio de 2018	Concluída	Maio
Atualização do Cadastro de Instituições de Acolhimento em Pernambuco	Conferência e publicação dos dados de todos os serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes em	Em desenvolvimento (última atualização em setembro/2018)	Ação permanente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	atividade no estado de Pernambuco		
Atualização Portal MPPE	Inserção de novos links e arquivos nas pastas Cartilhas e Manuais, Instrumentos Jurídicos e COPEIJ	Em desenvolvimento	Ação permanente
Divulgação de notícias na página do CAOPIJ	Elaboração e inserção de textos e posts na categoria Notícias	Em desenvolvimento	Ação permanente
Recebimento e movimentação das guias de trabalho de competência da equipe psicossocial	Consulta à movimentação do ARQUIMEDES	Em desenvolvimento	Ação permanente
Ciranda de Notícias	Inserção das informações e documentos anexos, correspondentes à Ciranda de Notícias 019/2017 e 001 a 011/2018, na página do CAOPIJ, no portal do MPPE	Concluída	Junho
Relatório de Atividades semestral	Elaboração e organização do relatório de atividades semestral do CAOPIJ	Concluído	Junho
Apreciação Técnica	Solicitação apresentada pela PJ Afrânio, sobre parâmetros de estruturação de serviços de Acolhimento Institucional	Encaminhamento de e-mail com especificações técnicas e material de apoio	Julho
Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual	Organização e divulgação do material de apoio para o evento realizado em Garanhuns, em	Revisão do folder da programação; Elaboração do questionário de inscrições online;	Julho



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	16/07/2018.	Envio de e-mails de divulgação para PJs da 5ª. Circunscrição e redes de atenção municipais; Produção e divulgação de postagens com indicação do site de inscrições nas redes sociais (Facebook e Instagram).	
Estatística de Avaliação do Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual em Garanhuns	Leitura e categorização das respostas apresentadas nas fichas de avaliação (n = 58).	Avaliação quantitativa e qualitativa do evento.	Julho
Campanha DATAS E EVENTOS	Campanha institucional implementada nas redes sociais Facebook e Instagram	Em desenvolvimento, com elaboração e divulgação de postagens no Dia Internacional da Família; Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual; Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, entre outros.	Ação permanente
Projeto GT ESCCA	Elaboração do relatório do Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual em Garanhuns	Encaminhamento para apreciação da Coordenação do CAOPIJ.	Agosto e setembro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Kit de apoio jurídico sobre Conselhos Tutelares	Inclusão, no portal do MPPE, do kit de apoio jurídico, que compõe a cartilha Conselho é bom e eu gosto	Disponibilizados modelos de peças judicial, extrajudiciais e para uso dos Conselheiros Tutelares, úteis na resolução de problemas relevantes detectados.	Agosto
Avaliação sobre a composição e atribuições do Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS)	Solicitação da PJ Olinda, nos autos do IC 001/2018, sobre a conformidade da atual composição da equipe do CREAS Olinda, notadamente quanto ao não atendimento de demanda psicoterapêutica pelo próprio serviço.	Elaboração e encaminhamento do Parecer Técnico 005/2018	Agosto
Divulgação de modelo de Promoção de Arquivamento	Solicitação da Coordenação do CAOPIJ para elaborar postagem sobre o modelo de Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório instaurado com base em denúncia de Trabalho Infantil	Concluída	Agosto
Divulgação do Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC)	Divulgação da logomarca do PPAC, desenvolvido pela Fundação Abrinq, e inserção do link para a página do programa no portal do MPPE e nas redes sociais Facebook e Instagram	Concluída	Agosto
Avaliação do PMASE Salgueiro (Of. 80/2018/ PJ)	Solicitação da PJ Salgueiro sobre adequação do Plano	Elaboração e encaminhamento do Parecer	Setembro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Salgueiro) Auto 2018/38286 Doc 9146867	Municipal de Atendimento Socioeducativo	Técnico 006/2018 (Doc 10037627)	
Inspeção em Serviço de Acolhimento Institucional (Of. 313/2018/ PJ Timbaúba) Auto 2018/3828 Doc 99146867	Visita Técnica à Unidade Institucional de Acolhimento para Crianças e Adolescentes Ruth de Lima Borba – UNICA.	Realização de visita à entidade em 27.07.2018. Elaboração de relatórios de fotos e de dados. Envio de relatórios e anexos (Doc 10037627)	Setembro
Inspeção em equipamento da rede socioassistencial (PJ Olinda)	Solicitação de visita interprofissional ao CREAS municipal pela PJ Olinda	Realização de visita interprofissional em 17/09/2018. Elaboração de relatório técnico.	Setembro
Treinamento Gsuíte	Realização de treinamento Gsuite na plataforma Google	Concluído	Setembro
Inspeções Anuais em Unidades de Internação e de Acolhimento (CI 154/2018 1ª. PJDC Petrolina)	Solicitação, conforme às Resoluções no. 67 e no. 71 do CNMP, para inspeção nas Casas de Acolhida e nas Unidades de Atendimento Socioeducativo daquele município	Agendamento programado para novembro/2018 (cancelado)	Setembro
Internação e/ou atendimento de adolescentes	Solicitação da PJ Camaragibe, por e- mail, legislação específica em relação a comunidades terapêuticas para internamento involuntário de adolescentes para drogadição, se existe, alguma instituição em Recife e/ou na Região	Elaboração de Nota Técnica sobre a temática (não foi utilizada).	Setembro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

	Metropolitana, bem como, modelo de ação referente a adolescentes em conflito com a lei devido a ingestão de álcool, drogas.		
Campanha O TEMA É...	Campanha institucional implementada nas redes sociais Facebook e Instagram	Em desenvolvimento, com elaboração e divulgação de postagens sobre: Violência contra crianças e adolescentes (2), prevenção do suicídio na adolescência (5), e acolhimento institucional (1).	Ação permanente
Enunciados COPEIJ	Inserção dos Enunciados 2010 a 2018 no portal do MPPE/ CAOPIJ	Concluído	Outubro
Avaliação do PMASE Jaqueira/Maraial (Of. 770/2018/GAB/PJ)	Solicitação da PJ Maraial sobre adequação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, e sua adequação às considerações e sugestões contidas no Parecer Técnico 003/2018.	Encaminhamento de informativo apontando que a avaliação resta prejudicada por se tratar de município diverso do anteriormente avaliado (Jaqueira/Maraial)	Novembro
Cartilha Conselho é Bom e eu gosto	Revisão para publicação	Concluída	Novembro
Notas Técnicas	Inserção das Notas Técnicas no. 04, 05/2018, e da Nota Técnica Conjunta CAOPIJ/CAOP_Criminal no portal do MPPE	Concluído	Novembro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Modelos de Ação de Acolhimento Institucional	Inserção dos modelos de peças na página do CAOPIJ.	Concluído	Novembro
Relatório Quadrienal	Elaboração do relatório de atividades do CAOPIJ 2015/2018.	Concluído	Novembro a dezembro

12.3.5 – Participação em eventos técnicos e/ou científicos

Atendendo às demandas internas, oriundas de Promotorias de Justiça e outros setores do MPPE, ou a convites de órgãos e entidades externas, a equipe II do CAOPIJ contribui em temas de sua competência técnica, em especial a questão da violência contra crianças e adolescentes, da saúde mental e da drogadição.

Solicitante	Atividade	Data
Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes	Palestra no Seminário de Enfrentamento à Violência Sexual de Jaboatão dos Guararapes	08.05.2015
Núcleo de Justiça Comunitária – Casa Amarela	Palestra sobre violência contra crianças e adolescentes	27.05.2015
FAFIRE	Palestra no Seminário: Entre a dor e o silêncio: um diálogo interdisciplinar sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes	13.06.2015
CREAS Regional Mata Norte	Palestra no Encontro “A aplicação efetiva da legislação vigente”	16.06.2015
ABEAD	XXIII Congresso Brasileiro da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas – Mesa Redonda: Outros aspectos relacionados ao álcool	23 a 26.09.2015
ALEPE	Audiência Pública: Exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias estaduais e nas vias federais que cruzam Pernambuco	19.11.2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Prefeitura do Recife	Encontro da RAPS Recife	17 e 18.12.2015
Coordenação CAOPIJ	Encontro do projeto Criando Espaços na Rede de Atenção em São Lourenço da Mata	30.03.2016
Coordenação CAOPIJ	Encontro do projeto Criando Espaços na Rede de Atenção em Olinda	29.04.2016
Coordenação CAOPIJ	Encontro do projeto Criando Espaços na Rede de Atenção em Palmares	01.06.2016
Coordenação CAOPIJ	Encontro do projeto Criando Espaços na Rede de Atenção em Salgueiro	10.08.2016
Coordenação CAOPIJ	Encontro do projeto Criando Espaços na Rede de Atenção em Petrolina	14.09.2016
Coordenação CAOPIJ	Encontro do projeto Criando Espaços na Rede de Atenção em Gravatá	28.09.2017
Coordenação CAOPIJ	Encontro do projeto Criando Espaços na Rede de Atenção em Caruaru	04.10.2017
Coordenação CAOPIJ	Encontro do projeto Criando Espaços na Rede de Atenção em Garanhuns	27.11.2017



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

13. Considerações Finais

O CAOP Infância e Juventude, órgão auxiliar das atividades funcionais do Ministério Público, desenvolveu, durante o período de 2015 a 2018, ações de organização administrativa, em que se destaca a expressiva utilização do sistema Arquimedes, projetos técnico-institucionais no âmbito da estruturação de serviços públicos em educação, em saúde, e de fortalecimento da rede de acolhimento institucional e do sistema socioeducativo, inclusive tomando por base as atividades de inspeções técnicas e vistorias às casas de acolhimento temporário e nas unidades de internação e de semiliberdade, na rede de ensino e de saúde infantojuvenil.

É de se ressaltar o fortalecimento da comunicação com os membros da instituição, expresso na constante interação e no apoio aos Promotores de Justiça que operam diretamente no âmbito da infância e da juventude, de modo que suas intervenções ampliem a garantia de direitos sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais podemos destacar: assegurar o acesso das crianças e adolescentes à educação; zelar pelo direito à convivência familiar e comunitária; fortalecer ações de combate a todo tipo de violência e negligência; atuar quando um adolescente comete ato infracional; garantir às crianças e adolescentes o atendimento à saúde que necessitarem, incluindo medicamentos; e buscar em todos os municípios a implantação e manutenção adequada do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos.

Os projetos técnico-institucionais têm se caracterizado como uma das principais prioridades da atual gestão, e têm como metas primordiais: (1) promover a troca de informações seja em relação ao acolhimento institucional,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

ao acolhimento familiar e ao sistema socioeducativo, seja quanto ao atendimento pelas redes de educação e de atenção em saúde mental voltada a crianças e adolescentes nos municípios participantes em cada circunscrição ministerial, fomentando maior articulação da rede de atendimento; (2) contribuir para o aprimoramento dos serviços e dos fluxos, com discussão sobre questões técnicas em suas respectivas temáticas.

A partir das intervenções realizadas e da articulação com diversos órgãos e instituições que atuam na garantia de direitos a crianças e adolescentes, tem-se ampliada a troca de experiências e conhecimentos, a capacitação de equipes e o estabelecimento de parcerias para realização de ações e eventos.

Ressalte-se que todas as inspeções, vistorias e participação em audiências públicas são sempre realizadas na qualidade de apoio, quando solicitado pelo Promotor de Justiça, que é acompanhado pela equipe técnica deste setor. Apoio que tem sido considerado fundamental para as ações de indução e acompanhamento dos planos socioeducativos municipais, de estruturação e/ou organização dos serviços de atenção a crianças e adolescentes usuários/dependentes de substâncias psicoativas, e de reformulação e reordenamento dos serviços de acolhimento institucional.

Outro ponto que não se pode deixar de frisar, é que no recente Relatório Preliminar da Correição Temática da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) restou evidenciado como experiências inovadoras promovidas por este Centro de Apoio: a criação de grupo de WhatsApp, para responder instantaneamente às dúvidas e demandas dos membros da instituição; e a utilização das redes sociais Facebook e Instagram para informar a população sobre os direitos das crianças e adolescentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

Por fim, é de se salientar que este CAOPIJ procura sempre inovar em suas ações, bem como desempenha seu mister da melhor forma possível, promovendo os direitos e garantias das crianças e adolescentes, posto que, cada passo no sentido da efetivação de tais direitos dos quais são titulares, assegura-lhes um desenvolvimento sadio e integral e as bases para o pleno exercício da cidadania.

Recife, 11 de dezembro de 2018.

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Promotor de Justiça e Coordenador do CAOPIJ



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

14. Referências

ANDI – COMUNICAÇÕES E DIREITOS. *Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Guia de referência para a cobertura jornalística*. Brasília, outubro de 2013.

ASSIS, S. G., FARIAS, L. O. P. (Orgs.) *Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

BATALHAS, V. C. R. *Acolhimento familiar: práticas e representações das famílias de acolhimento*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto Universitário, Lisboa, 2008, 73 p.

BRASIL. *Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

_____. *Lei n. 12.010*, de 03 de agosto de 2009. Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, 2009.

_____. *Lei n. 12.594*, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE),. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jan. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília: MDS, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social/CONANDA. *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. MDS/SNAS: Brasília, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Conselho Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Resolução nº. 109, de 11 de novembro de 2009.

CERUTTI, N. E. F. (2010). *O serviço de acolhimento familiar no município de Cascavel – PR: o caso do Programa Família Acolhedora*. Disponível em:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOPIJ

http://www.direitodascrianças.com.br/admin/web_files/arquivos/d8303a885de8c952bd1a8d6e3cf30b75.pdf. Acesso em: 09 jan 2016.

CHILDHOOD BRASIL. *Centros de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violências: Boas práticas e recomendações para uma política pública de Estado / Benedito Rodrigues dos Santos, Daniella Rocha Magalhães, Itamar Batista Gonçalves*. São Paulo: Instituto WCF/Brasil, 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Guia de Atuação para Promotores de Justiça da Criança e do Adolescente: garantia do direito à convivência familiar e comunitária*. Brasília: CNMP, 2017.

COPEIJ/GNDH/CNPGJ. *Nota Técnica nº 03/2016*. Grupo Nacional de Direitos Humanos/ Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça.

DIGIÁCOMO, M. J.. *O Conselho Tutelar em perguntas e respostas* (2012). Disponível: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1082>. Acesso em: 19 out 2017.

DIGIÁCOMO, M. J. *Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado*. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, 2017.

GOMES, M. O projeto Família Acolhedora no Rio de Janeiro. In C. Cabral (Org.), *Acolhimento familiar: Experiências e perspectivas* (pp. 45-56). Rio de Janeiro, RJ: UNICEF/Terra dos Homens/ Booklink, 2004.

MARTINS, P. C. *O acolhimento familiar como resposta de proteção à criança sem suporte familiar adequado*. *Infância e Juventude*, 4 (out/dez), 2005: 63-84.

MARTINS, L. B., COSTA, N. R. A., ROSETTI-FERREIRA, M. C. *Acolhimento Familiar: caracterização de um programa*. *Paidéia*, set-dez, vol. 20, no. 47, 2010: 359-370.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. *Manual do Promotor de Justiça da Infância e da Juventude*. Florianópolis: MPSC, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Conselho Tutelar: perguntas e respostas*. Belo Horizonte: MPMG, 2017.

MINUCHIN, S. *Caleidoscopio Familiar: Imágenes de violencia y curación*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1984.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude –
CAOIJ

RECIFE. *Decreto nº 24.945*, de 07 de dezembro de 2009. Regulamenta o Programa Família Acolhedora. Disponível em: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/decreto/24945>. Acesso em: 08 jan 2016.

RECIFE. *Decreto nº. 25.183*, de 16 de abril de 2010. Retifica o art. 13 do Decreto nº.24.945, de 07 de dezembro de 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2010/2519/25183/decreto-n-25183-2010-retifica-o-art-13-do-decreto-n-24945-de-07-de-dezembro-de-2009>. Acesso em: 08 jan 2016.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I.; NAIFF, L.; BAPTISTA, R. *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

ROCHA, E. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* / Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito_a_conviv_familiar_ipea_2004.pdf. Acesso em: 09 jan 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2017.

VALENTE, J. *Família Acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento*. São Paulo: Paulus, 2013.